Governo Federal

Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Resolução nº 553/CONSEA, de 05 de novembro de 2018.

Aprova a reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso de História - Campus de Rolim de Moura

O Presidente do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.000688/2016-81 – Volumes I-IV;
- Parecer 2295/CGR, da relatora conselheira Eleonice de Fátima Dal Magro;
- Deliberação na 169ª sessão da Câmara de Graduação, em 18.09.2018;
- Deliberação na 96ª sessão Plenária, em 17.10.2018;

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso de História - Campus de Rolim de Moura, anexo a esta resolução, nos seguintes termos:

- **Curso:** Licenciatura Plena em História;
- **Grau acadêmico conferido:** Licenciado em História;
- **Titulação conferida ao egresso:** Licenciado em História;
- **Modalidade de ensino:** Presencial;
- **Regime de matrícula:** Semestral;
- **Período mínimo de integralização:**4 (quatro) anos ou 8 (oito) semestres;
- **Período máximo de integralização:** 6 (seis) anos.
- **Carga horária para integralização do curso:** 3.640h;
- **Número de alunos por turma:** 50 (entrada no 1º semestre);
- **Turno de funcionamento:** Noturno;
- **Endereço:** Av. Norte-Sul, 7300. Bairro Nova Morada. Cep: 76.940-000 – Rolim de Moura.

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Conselheiro Ari Miguel Teixeira Ott
Presidente

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de Rondônia
***Campus* de Rolim de Moura**
Curso de História

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Rolim de Moura - RO, 2017

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de Rondônia
***Campus* de Rolim de Moura**
Curso de História

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Documento elaborado com o objetivo de reformular o PPC de História (Licenciatura Plena) da Universidade Federal de Rondônia/Unir, *Campus* de Rolim de Moura, com vistas a promover melhorias na estrutura organizacional e didático-pedagógica do curso, bem como atender à demandas e diretrizes desta Universidade e do Ministério da Educação/MEC.

Rolim de Moura - RO, 2017

ANEXO DA RESOLUÇÃO 553/CONSEA, DE 01/11/2018

Universidade Federal de Rondônia

Ary Miguel Teixeira Ott
Reitor

Marcelo Vergotti
Vice-Reitor

Jorge Luiz Coimbra de Oliveira
Pró-Reitora de Graduação

Charles Dam Souza Silva
Pró-reitora Administrativa - PRAD

Dr. Rubens Vaz Cavalcante
Pró-reitor de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis - PROCEA

Me. Otacílio Moreira de Carvalho Costa
Pró-reitor de Planejamento - PROPLAN

Valdir Aparecido de Souza
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPesq.

Dalza Gomes da Silva
Diretora do *Campus* de Rolim de Moura

Wagner Walker de Albuquerque Alves
Vice-Diretor do *Campus* de Rolim de Moura

Rodrigo Tavares Godoi
Chefe do Departamento de História do *Campus* de Rolim Moura

Gilmara Yoshihara Franco
Vice-Chefe do Departamento de História do *Campus* de Rolim Moura

Comissão de Elaboração
NDE de História, ProfºMsc. João Maurício Gomes Neto, ProfªDrª Gilmara Yoshihara Franco. Assessoria técnica – TAE Dério Garcia Bresciani

Sumário

1. APRESENTAÇÃO....13
2. IDENTIFICAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO....14
2.1. Informações Institucionais: 14
2.2. Histórico da Unidade Federal de Rondônia....16
2.3 Inserção Regional 17
2.4 Missão....18
2.5 Objetivos e Metas 18
2.6 Estrutura Organizacional 18
2.7 Áreas de Atuação Acadêmica....19
2.7.1 Políticas de Ensino 20
2.7.2 Políticas de Extensão e Pesquisa 21
2.8 Contextualização da Realidade Econômica e Social da Região de Abrangência do *Campus* 22
2.8.1 Dados Socioeconômicos da Região....22
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA 25
3.1. Objetivos do Curso 25
3.1.1 Objetivo Geral 25
3.1.2 Objetivos Específicos 25
3.2 Concepção do Curso: Princípios Teóricos Norteadores 27
3.3 Justificativa....33
3.4 Legislação....35
3.5 Perfil do Egresso....37
3.6 Competências e Habilidades....39
3.7. Campos de Atuação 40
3.8 Perfil do Curso....42
4. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO....44
4.1 Estrutura Curricular 44
4.1.1 Organização curricular: integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão 44
4.2. Distribuição da Carga Horária....46
4.2.1 As Disciplinas Optativas como Elemento de Flexibilização Curricular 48
4.2.2 A Prática como Elemento de Articulação entre a Formação e o Fazer Pedagógico em Sala de Aula (Prática como Componente Curricular)....49
4.2.3 As Disciplinas Científico Culturais de Formação Geral, Específica e Pedagógica....49
4.2.4 Compartilhamento de Disciplina....50
4.3 Estágios Supervisionados do Curso de Licenciatura em História 51

4.3.1 Estágio Supervisionado do Ensino de História I - II – III:Ensino Fundamental e Médio 51
4.3.2 Estágio Supervisionado em Ambientes Não-Escolares 52
4.3.3 Os Estágios Extracurriculares 53
4.4 Matriz Curricular (Semestres, Distribuição dos Componentes Curriculares, Estágios, Créditos e Carga Horária) 55
4.4.1 Ementário: Componentes Curriculares Obrigatórios 59
Licenciatura em História 59
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 59
DHR30050 59
EQUIVALÊNCIA 59
Licenciatura em História 60
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 60
DHR30051 60
EQUIVALÊNCIA 60
Licenciatura em História 61
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 61
DHR30052 61
EQUIVALÊNCIA 61
Licenciatura em História 62
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 62
DHR30053 62
EQUIVALÊNCIA 62
Licenciatura em História 63
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 63
DHR30054 63
EQUIVALÊNCIA 63
Licenciatura em História 64
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 64
DHR30055 64
EQUIVALÊNCIA 64
Licenciatura em História 65
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 65
DHR30056 65
EQUIVALÊNCIA 65
Licenciatura em História 66
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 66

DHR30050 66
EQUIVALÊNCIA 66
Licenciatura em História 67
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 67
DHR30058 67
EQUIVALÊNCIA 67
Licenciatura em História 68
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 68
DHR30059 68
EQUIVALÊNCIA 68
Licenciatura em História 69
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 69
DHR30060 69
EQUIVALÊNCIA 69
Licenciatura em História 70
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 70
DHR30061 70
EQUIVALÊNCIA 70
Licenciatura em História 71
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 71
DHR30062 71
EQUIVALÊNCIA 71
Licenciatura em História 72
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 72
DHR30063 72
EQUIVALÊNCIA 72
Licenciatura em História 73
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 73
DHR30064 73
EQUIVALÊNCIA 73
Licenciatura em História 74
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 74
DHR30065 74
EQUIVALÊNCIA 74
Licenciatura em História 75
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 75
DHR30066 75

EQUIVALÊNCIA 75
Licenciatura em História 76
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....76
DHR30067.....76
EQUIVALÊNCIA 76
Licenciatura em História 78
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....78
DHR30068.....78
EQUIVALÊNCIA 78
Licenciatura em História 79
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....79
30069 79
EQUIVALÊNCIA 79
Licenciatura em História 80
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....80
DHR30071.....80
EQUIVALÊNCIA 80
Licenciatura em História 81
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....81
DHR30072.....81
EQUIVALÊNCIA 81
Licenciatura em História 82
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....82
DHR30077.....82
EQUIVALÊNCIA 82
Licenciatura em História 83
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....83
DHR30073.....83
EQUIVALÊNCIA 83
Licenciatura em História 84
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....84
DHR30074.....84
EQUIVALÊNCIA 84
Licenciatura em História 86
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....86
DHR30076.....86
EQUIVALÊNCIA 86

Licenciatura em História 87
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....87
DHR30080.....87
EQUIVALÊNCIA 87
Licenciatura em História 88
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....88
DHR30078.....88
EQUIVALÊNCIA 88
Licenciatura em História 90
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....90
DHR30079.....90
EQUIVALÊNCIA 90
Licenciatura em História 92
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....92
DHR30083.....92
EQUIVALÊNCIA 92
Licenciatura em História 93
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....93
DHR30084.....93
EQUIVALÊNCIA 93
Licenciatura em História 94
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....94
DHR30085.....94
EQUIVALÊNCIA 94
Licenciatura em História 96
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....96
DHR30086.....96
EQUIVALÊNCIA 96
Licenciatura em História 97
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....97
DHR30088.....97
EQUIVALÊNCIA 97
Licenciatura em História 98
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR.....98
DHR30089.....98
EQUIVALÊNCIA 98
Licenciatura em História 99

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....99
DHR30090....99
EQUIVALÊNCIA....99
Licenciatura em História....101
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....101
DHR30091....101
EQUIVALÊNCIA....101
4.4.2 Ementário: Componentes Curriculares Optativa....102
Licenciatura em História....102
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....102
DHR30093....102
EQUIVALÊNCIA....102
Licenciatura em História....104
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....104
DHR30094....104
EQUIVALÊNCIA....104
Licenciatura em História....105
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....105
DHR30095....105
EQUIVALÊNCIA....105
Licenciatura em História....106
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....106
DHR30096....106
EQUIVALÊNCIA....106
Licenciatura em História....107
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....107
DHR30097....107
EQUIVALÊNCIA....107
Licenciatura em História....108
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....108
DHR30098....108
EQUIVALÊNCIA....108
Licenciatura em História....109
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....109
DHR30099....109
EQUIVALÊNCIA....109
Licenciatura em História....110

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....110
DHR30100....110
EQUIVALÊNCIA....110
Licenciatura em História....112
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....112
DHR30101....112
EQUIVALÊNCIA....112
Licenciatura em História....114
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....114
DHR30102....114
EQUIVALÊNCIA....114
Licenciatura em História....115
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....115
DHR30103....115
EQUIVALÊNCIA....115
Licenciatura em História....116
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....116
DHR30104....116
EQUIVALÊNCIA....116
Licenciatura em História....117
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....117
DHR30105....117
EQUIVALÊNCIA....117
Licenciatura em História....119
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....119
DHR30106....119
EQUIVALÊNCIA....119
Licenciatura em História....120
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....120
DHR30107....120
EQUIVALÊNCIA....120
Licenciatura em História....121
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....121
DHR30108....121
EQUIVALÊNCIA....121
Licenciatura em História....122
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR....122

DHR30109 122
EQUIVALÊNCIA 122
Licenciatura em História 123
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 123
DHR30110 123
EQUIVALÊNCIA 123
Licenciatura em História 124
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 124
DHR30111 124
EQUIVALÊNCIA 124
Licenciatura em História 126
DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR 126
DHR30112 126
EQUIVALÊNCIA 126
4.4.3Alterações na Matriz Curricular 127
4.4.4 Matriz de Equivalência 130
4.4.5 Quadro de Disciplinas Optativas – Matriz 2017 133
4.4.6 Avaliação do Curso pelo ENADE – Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante 134
4.4.7 Requisitos para Integralização de Currículo 134
4.4.8 Atividades Complementares do curso de História 134
4.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 135
4.6 Articulação entre a Teoria e a Prática, entre Ensino Pesquisa e Extensão 136
4.7 Perfil do Graduado em História (Licenciatura Plena) 138
4.8 Representação Gráficade um Perfil de Formação 139
4.9 Metodologias de Avaliação: Curso, Docente e Discente 140
4.10 Programas Especiais de Formação 142
4.10.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – Pibic 142
4.10.2 Programa de Educação Tutorial – PET 143
4.10.3 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid 144
4.10.4 Monitoria Acadêmica 145
4.10.5 Mobilidade Estudantil (Programa de Mobilidade de Discentes) 148
5. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO 150
5.1. Gestão Administrava e Acadêmica do Curso 151
5.1.1 Chefia do Departamento 152
5.1.2 Vice-Chefia do Departamento 152
5.1.3 Núcleo Docente Estruturante – NDE 152

5.1.4 Docentes do Curso 153
5.2. Recursos Humanos 154
5.2.1. Docentes Lotados no Departamento 154
5.2.2 Corpo Discente 159
5.2.3. Técnicos Administrativos 160
6. INFRAESTRURA 161
6.1 Apresentação da infraestrutura do Campus de Rolim de Moura 161
6.2 Requerimentos de Instalação: 162
6.3. Planta Baixa do Plano Diretor Físico 163
6.3.1 Planta Baixa do Plano Diretor Físico 163
6.3.2 Abertura de área, estrada de acesso 165
6.3.3 Planta baixa do pavimento térreo do restaurante 166
6.4 Infraestrura do Curso de História 167
6.4.1 Chefia de Departamento 167
6.4.2 Salas de Aula 167
6.4.3 Centro de Documentação em História Regional – CDR 167
6.4.4 Laboratório Prática de Ensino de História 168
6.4.5 Linhas de Pesquisa e Ações de Extensão 169
6.4.6 Políticas e Ações de Acessibilidade e Inclusão 169
7. BIBLIOTECA E ACERVO BIBLIOGRÁFICO 170
7.1 Periódicos Especializados indicados na Bibliografia do ementário 171
8. BIBLIOGRAFIA 172
9. ANEXOS 174
ANEXO I: REGIMENTO DOS SEMINÁRIOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA 174
ANEXO III - REGIMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS 185

1. APRESENTAÇÃO

O Curso de Licenciatura em História foi implantado na Universidade Federal de Rondônia/UNIR-*Campus* José Ribeiro Filho em Porto Velho-RO no ano de 1982. Durante esse tempo seu currículo sofreu mudanças incorporando o bacharelado. A formação de professores e pesquisadores foi reforçada ao longo desses anos, tornando o curso uma referência da qualidade do ensino nesta Universidade, como se comprovou nas avaliações nacionais.

Em 1996 o referido curso foi estendido ao *Campus* de Rolim de Moura por meio de uma política de implantação de cursos finitos nos campi do interior, oportunidade na qual se realizaram duas entradas de 40 estudantes. Os/as professores/as se deslocavam de Porto Velho à Rolim de Moura para lecionar nessas turmas. Assim, uma biblioteca básica na área de história foi constituída no *Campus* de Rolim de Moura.

Quando o curso de História deixou de ser oferecido houve uma forte pressão da comunidade para mantê-lo como curso permanente do *Campus*, mas naquele momento, devido à política do Governo Federal, pouco propícia à expansão e interiorização do Ensino Público Superior, não se permitia a contratação de professores/as, bem como o provimento da infraestrutura necessária para o seu funcionamento efetivo.

A partir de 2007, com a criação pelo Ministério da Educação/MEC do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a adesão da UNIR, abriu-se a possibilidade de criação de novos cursos, contexto no qual se apresentou o projeto de criação do curso de licenciatura em História no *Campus* de Rolim de Moura, com o objetivo de formar professores/as do Ensino Fundamental e Médio nesta cidade e na macrorregião atendida pelo *Campus*, já que esta é uma antiga reivindicação desta população.

Tem-se nesse momento, a primeira atualização do Projeto Político e Pedagógico do Curso/PPC, a qual ocorre após nove anos de sua proposição inicial e sete depois de seu início efetivo, tendo o curso formado já três turmas de licenciados(as) em História e passado pela Avaliação de Reconhecimento do Ministério da Educação.

O projeto pedagógico de qualquer curso é uma permanente construção, pois ambiciona mais a reflexão sobre os caminhos construídos, os percalços enfrentados e as possibilidades que se aventam a partir dessa trajetória do que projetar a história na sua totalidade, o que efetivamente é impossível. Não o pretendemos concluído, porque entendemos o currículo como um processo em construção, um artefato social e cultural, e, portanto, não se trata de um componente inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento. O currículo envolve relações de poder e transmite visões sociais particulares e interessadas, produzindo identidades individuais e sociais. O currículo não deve ser concebido com um caráter final, concluído, e sim como uma prática de significação, como uma prática produtiva, uma relação social, uma relação de poder, uma prática que produz identidades sociais.

O curso de Licenciatura em História torna-se de singular importância para o *Campus* de Rolim de Moura no momento atual, em que a nova legislação de ensino nos orienta a dedicar maior atenção ao aspecto da formação do/a professor/a e ademais, há um grande número de professores/as leigos/as lecionando a disciplina na Educação Básica na Região atendida pelo *Campus*.

2. IDENTIFICAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Informações Institucionais[1]:

Dados da Mantenedora – Sede Administrativa
Código da Mantenedora: 15587
CNPJ: 04.418.943/0001-90
Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA
Base legal da IES (Ato de Criação): Lei nº 7011, de 08/07/82
Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal

[1] As informações institucionais desta Universidade foram extraídas do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018) da Universidade Federal de Rondônia, disponível em:

Endereço: Avenida Presidente Dutra, nº 2965, Centro. CEP: 76801-974 - Município: Porto Velho UF: RO - Telefone: 69 2182-2020 E-mail: reitoria@unir.br

Dados da Mantida
Código da Mantida: 699
Nome da Mantida: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
Sigla: UNIR -Disponibilidade do Imóvel: Próprio
CEP: 76.808-695 UF: RO Município: Porto Velho, Rodovia BR 364 km 9,5 - sentido Rio Branco-AC - Telefone(s): (69) 2182 2019/(69) 2182 2018 Fax:(69) 2182 2019
Site: www.unir.br E-mail: reitoria@unir.br
Organização Acadêmica: Universidade / Categoria Administrativa: Pública Federal
Foco de Atuação: Educação superior de qualidade
Missão: Produzir e difundir conhecimento, considerando as peculiaridades amazônicas,
visando o desenvolvimento da sociedade.
Visão: Ser referência em educação superior, ciência, tecnologia e inovação na Amazônia,
até 2018.
Campus Rolim de Moura: Av. Norte Sul, 7300, Nova Morada, Rolim de Moura/RO
Criado em 1982, através do Estatuto e Regimento UNIR.
Diretora: Profa. Dra. Dalza Gomes da Silva
Telefone: (69) 3442-1119 (Direção) e 3442-1128 (Secretaria Acadêmica).
E-mail: direcaorm@unir.br
Página:

2.2. Histórico da Unidade Federal de Rondônia[2]

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) foi criada por meio da Lei 7.011, de 08 de julho de 1982, iniciando suas atividades acadêmicas no mesmo ano, com três cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. A esses cursos somou-se a estrutura herdada da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO), vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO. Em ato contínuo, passou a ofertar os cursos de Licenciaturas em Pedagogia, História, Letras, Educação Física e Geografia quando da sua integração ao Sistema Federal de Ensino, estabelecendo sua sede administrativa na cidade de Porto Velho com atuação em todo o Estado de Rondônia.

Ela surgiu como uma Instituição de Ensino Superior de perfil funcional voltada a atender a gigantesca demanda por profissionais qualificados em virtude da criação da nova unidade da Federação. Assim, foi instituída com o intuito de formar professores para atuar na rede de ensino recém-criada e fornecer quadros técnicos de administradores, contadores e economistas para gerenciar o novo Estado.

Em 1996, no *Campus* de Guajará-Mirim, tiveram início os cursos de Mestrado e Doutorado institucionais em Línguas Indígenas, entretanto, somente depois de 2001 os Programas de Pós-graduação ganharam nova ênfase com o Mestrado em Biologia Experimental e, a partir deste, foram sendo criados novos programas. Ao longo de treze anos, a oferta de cursos foi se expandindo e, atualmente, a UNIR possui treze programas institucionais com 15 (quinze) cursos e 04 (quatro) programas em rede.

A princípio, o desenvolvimento institucional pode ser evidenciado em quatro aspectos: a expansão acadêmica, com a criação de cursos e contratação de recursos humanos, a organização interna, com o marco dos

[2] Histórico constante no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018) da Universidade Federal de Rondônia, disponível em: Observa-se que muitos dos dados e gráficos constantes nesta sessão foram originalmente formulados pelos docentes do Departamento de Medicina Veterinária, da Universidade Federal de Rondônia e constam no Projeto Pedagógico daquele curso, conforme se pode verificar em:http://www.veterinariarolimdemoura.unir.br/pagina/exibir/1084.

planejamentos e avaliação existentes na UNIR, a expansão física, com a visão do atendimento da UNIR em todo o Estado de Rondônia, e sua ordenação política, que incidem nas ações de gestão em razão dos processos de escolha dos dirigentes. Entre seus objetivos estão:

- Promover a produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- Formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica;
- Estimular e proporcionar os meios para criação e a divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional;
- Estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região;
- Manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais, desde que não afetem sua autonomia, obedecidas as normas legais superiores.

A UNIR define sua personalidade acadêmica pelo dinamismo e por uma profunda preocupação social. Nossa Universidade já se faz presente em alguns dos municípios do Estado, levando o ensino superior das mais variadas áreas do conhecimento e, portanto, auxiliando no desenvolvendo do Estado como do Brasil. A parceria junto aos poderes públicos e aos órgãos da sociedade é sistematicamente buscada e o intercâmbio com instituições acadêmicas do País e do exterior é estimulado.

2.3 Inserção Regional

A região Norte, especificamente o estado de Rondônia, por sua posição geográfica, tem papel estratégico quanto à soberania nacional, e consequentemente, exige maiores esforços de integração para ampliar gradativamente sua atuação.

2.4 Missão

O Plano de Desenvolvimento Institucional expõe como objetivo da Instituição produzir e difundir conhecimento, considerando as peculiaridades amazônicas, visando o desenvolvimento da sociedade.

2.5 Objetivos e Metas

Ainda segundo o PDI (2014-2018) os objetivos a seguir especificados devem orientar a atuação da Fundação Universidade Federal de Rondônia: Esta IES constiui-se como uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, tendo como finalidade precípua a promoção do saber científico puro e aplicado, e, atuando em sistema
indissociável de ensino, pesquisa e extensão e, objetiva ainda, promover a produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica; estimular e proporcionar os meios para a criação e a divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional; estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região; e manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais, desde que não afetem sua autonomia, obedecidas as normas legais superiores.[3]

2.6 Estrutura Organizacional

A organização da UNIR, segundo estatuto, Título II, Artigo 6º, obedece aos princípios legais enfatizando a prevalência das atividades fim sobre os

[3] Disponível em: Acesso em 22 de dez. de 2016.

meios e afirmando o primado das pessoas pela constante valorização e qualificação dos recursos humanos. A estrutura da Fundação Universidade Federal de Rondônia compreende:

Dos Órgãos em Geral

Art. 6º Para a realização de seus objetivos, a Universidade tem sua estrutura composta de:

- Órgãos de administração superior;
- Órgãos acadêmicos,
- Órgãos de apoio; e
- Órgãos suplementares.

Da Administração Superior

Art. 7º Constituem a administração superior da UNIR os seguintes órgãos:

I - Órgãos deliberativos centrais:

a) Conselho Universitário (CONSUN);

b) Conselho Superior Acadêmico (CONSEA);

c) Conselho Superior de Administração (CONSAD).

II - Órgãos executivos centrais:

a) Reitoria; e

b) Pró-Reitorias.

2.7 Áreas de Atuação Acadêmica

A UNIR está organizada em centros, institutos e departamentos, que agregam todos os cursos sequenciais, bacharelados e licenciaturas oferecidos pela instituição no que tange a graduação. Sua estrutura atual é composta de: 07 Campi, 05 Núcleos, 29 Departamentos, 55 Cursos de Graduação, 09 Cursos de Especialização Lato Sensu Institucionais, 09 Cursos de Mestrado, 01 Curso de Doutorado; 375 Professores Efetivos, 5.510 Alunos regulares matriculados, em média, a cada período letivo, 3.525 Alunos oriundos de Projetos Especiais; 290 Técnicos-administrativos.

Os cursos de graduação desta IES estão assim distribuídos:

PORTO VELHO: (Campus Universitário José Ribeiro Filho): Administração, Arqueologia, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências da Informação,

Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil
Engenharia Elétrica, Filosofia, Física, Geografia, História, Informática, Letras/Espanhol,
Letras/Inglês, Letras/Português, Matemática, Medicina, Música, Pedagogia, Psicologia, Química, Teatro.

GUAJARÁ MIRIM: Administração, Letras/Português, Gestão Ambiental, Pedagogia.

ARIQUEMES: Engenharia de Alimentos, Pedagogia.

JI-PARANÁ: Educação Básica Intercultural, Engenharia Ambiental, Estatística, Física, Matemática, Pedagogia.

PRESIDENTE MEDICI: Engenharia de Pesca, Cacoal.

ROLIM DE MOURA: Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal, História, Medicina Veterinária, Pedagogia, Educação do Campo.

CACOAL: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia de Pesca & Aquicultura, Engenharia de Produção.

VILHENA: Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social/Jornalismo, Letras/Português, Pedagogia

2.7.1 Políticas de Ensino

No Estatuto da Fundação Universidade Federal de Rondônia, em seu Título III, Do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, Capítulo I, Art. 35. O Ensino é realizado por meio de cursos, nas seguintes modalidades:

I - graduação;

II - pós-graduação stricto sensu;

III - pós-graduação lato sensu;

IV - aperfeiçoamento e/ou atualização;

V - outros cursos profissionais;

VI - educação a distância;

VII - ensino fundamental e médio aplicado nas escolas experimentais da instituição;

VIII - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes abrangências.

2.7.2 Políticas de Extensão e Pesquisa

No Estatuto da Universidade Federal de Rondônia em seu CAPÍTULO II, Da Pesquisa, Art. 38 está consignado que a pesquisa tem como função específica a busca de novos conhecimentos, métodos e técnicas e estará voltada, principalmente, para o estudo da realidade regional e para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural, devendo realizar-se em estreita integração com o ensino e a extensão. Como consta no Artigo 39, as atividades de pesquisa poderão ser desenvolvidas e mantidas pela UNIR, ou resultar de convênios com outras instituições. Na sequência a diretriz institucional aponta que a programação das atividades de pesquisa é regulamentada pelo Conselho Superior Acadêmico, pelos Conselhos dos Núcleos e Campi e pelos Colegiados nos termos deste Estatuto e do Regimento Geral.

No que se refere a Extensão, o Capitulo III, Da Extensão, consigna, em seu Art. 41 que a extensão é função de integração da Universidade com a comunidade, busca o desenvolvimento sócio-econômico-cultural da região, prolongando e redimensionando o ensino e a pesquisa. Art. 42. As atividades de extensão respeitarão as exigências legais pertinentes a cada caso e serão regulamentadas pelo Conselho Superior Acadêmico, pelos Conselhos dos Núcleos e Campi e pelos Colegiados nos termos deste Estatuto e do Regimento Geral.

As atividades de extensão serão desenvolvidas por professores e alunos e poderão envolver parcerias com outras instituições (SEDUC, EMATER, EMBRAPA, IBAMA, Secretarias de Agricultura, Associações de Agricultores, Secretaria de Educação Municipal, Escolas Particulares, etc.).

2.8 Contextualização da Realidade Econômica e Social da Região de Abrangência do *Campus*[4]

2.8.1 Dados Socioeconômicos da Região

A atuação do Campus de Rolim de Moura se circunscreve principalmente ao Município de Rolim de Moura e cidades próximas, Estado de Rondônia. Localizado na parte oeste da Região Norte do Brasil, o Estado de Rondônia encontra-se em área abrangida pela Amazônia Ocidental. A maior parte do território do Estado de Rondônia encontra-se incluída no Planalto Sul-Amazônico, uma das parcelas do Planalto Central Brasileiro.

O município de Rolim de Moura localiza-se na microrregião de Cacoal a uma latitude de 11°48'13" Sul e longitude 61°48'12" Oeste, estando a 290 metros acima do nível do mar, em uma área de 1.487,35 km^2, e área urbana de 17,5 km^2. Geograficamente faz limites ao norte com as cidades de Castanheiras e Cacoal, ao leste com Pimenta Bueno e São Felipe d'Oeste, a oeste com Novo Horizonte do Oeste e Alta Floresta d'Oeste e ao sul com Santa Luzia d'Oeste e Alta Floresta d'Oeste.

Sua vegetação dominante é a Floresta Equatorial Amazônica com presenças esparsas de campos e cerrados.A hidrografia é representada pelos rios: Anta Atirada, Palha, Bamburro, São Pedro e Rolim de Moura. Ambos afluentes do Rio Machado, sendo que, o Município é cortado ainda, por vários riachos e igarapés. O clima é equatorial quente e úmido atua na região, no período entre junho e agosto às massas de ar polar conseguem penetrar na região, assim derrubando os termômetros com temperaturas inferiores aos 10°C. Esse fenômeno é caracterizado como friagem e pode durar de 2 a 7 dias dependendo da situação; mesmo assim a friagem não provoca grandes mudanças nas médias mensais.

Com uma população de 1.562.409 habitantes em uma área de 237.590,864 km^2 e 52 municípios (IBGE, 2016), Rondônia possui como Capital a cidade de Porto Velho. Distante 481 km da Capital, Rolim de Moura é um

[4] As informações, dados e gráficos constantes nesta sessão foram, originalmente, formulados pelos docentes do Departamento de Medicina Veterinária, da Universidade Federal de Rondônia e constam no Projeto Pedagógico daquele curso, conforme se pode verificar em: Acesso em 20 de janeiro de 2017.

importante polo regional, sendo a cidade mais populosa e economicamente ativa do que chamam Zona da Mata Rondoniense, com uma população estimada de 56.664 habitantes, dos quais cerca de 41.992 declaram-se alfabetizados (2016), e área de 1.458 km², com uma região de influência que abrange os municípios de,,,,,,e, totalizando uma população de cerca de 151.000 habitantes e área de 19.664 km².

POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS PRÓXIMOS A ROLIM DE MOURA	
NOME DO MUNICÍPIO	**NÚMERO DE HABITANTES**
Alta Floresta d'Oeste	25.506
Alto Alegre dos Parecis	13.993
Castanheiras	3.575
Cacoal	87.877
Espigão d'Oeste	32.712
Ministro Andreazza	10.354
Novo Horizonte do Oeste	10.237
Rolim de Moura	56.664
Santa Luzia d'Oeste	8.362
TOTAL	**249.280**

Fonte: IBGE, 2016.

De acordo com o IBGE, Rolim de Moura possui o centro de reabilitação "Centro de Educação de Rolim de Moura", para crianças de jovens com necessidades especiais. O sistema educacional municipal possui 07 (sete) Escolas de Educação Pré-Escolar, sendo 5 (cinco) públicas e 2 (duas) privadas, 27 (vinte e sete) escolas de ensino fundamental, sendo 25 (vinte e cinco) públicas e 2 (duas) privadas, 12 escolas de ensino médio, sendo 10 (dez) públicas e 2 (duas) privadas, 01 (um) centro de curso profissionalizante, 01 (um) centro educacional e 04 (quatro) faculdades. De acordo com os dados oferecidos pelas escolas, o Município conta com um total de 15.576 (quinze mil quinhentos e setenta e seis) alunos matriculados na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, o qual 70,0 % dos alunos corresponde a rede estadual, 24,62 % a rede municipal e 5,38 % a rede privada.

As principais fontes de recursos da microrregião são a agropecuária e a indústria madeireira. As lavouras de relevância são as de,,e; a pecuária extensiva ocupa grande espaço geográfico que abriga 1.572.113 cabeças de, e o crescimento do rebanho microrregional está estagnado pela superlotação das

pastagens, existindo um forte movimento de migração do rebanho de corte para o leiteiro devido a instalação de novas indústrias de processamento de.

O município possui PIB de R$838 milhões de reais e renda per capita de R$ 16.632,70, distribuindo sua composição econômica em 64% em serviços, 16% em agropecuária e 20% em indústria (IBGE, 2013).

Rolim de Moura possui um rebanho significativo dentro do estado de Rondônia, são cerca de 230 mil cabeças de gado bovino e aparece como vigésimo quinto maior em produção, no Estado. A pecuária com rebanho de corte e leiteiro é responsável pela instalação de frigoríficos e laticínios que oferecem emprego e renda para centenas de pessoas direta e indiretamente, fomentando, ainda, o setor de couro e artefatos com a instalação de curtumes.

Rebanho (Cabeças) em Rolim de Moura - 2011.	
Efetivo	**Quantidade**
Bovinos (a)	227.932
Bubalinos	59
Equinos	3.410
Asininos	27
Muares	269
Suínos	6.892
Ovinos	4.891
Caprinos	144
Aves	71.731

Fonte: Produção da Pecuária Municipal – 2011 – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/GCE/RO

A atividade comercial de Rolim de Moura é diversificada, com cerca de milhares de empresas ativas, que atraem consumidores de toda Microrregião. É comum, pessoas virem da zona rural e cidades vizinhas para adquirir produtos ofertados pelo mercado local. A diversidade e os preços são atrativos para esses consumidores. Os setores que mais se destacam são os supermercados, as autopeças, as concessionárias de veículos e máquinas agrícolas, as confecções e forte mercado de materiais de construção.

Em 2016, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Rolim de Moura é de 0,700. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Rolim de Moura apresenta uma situação boa: ocupa a 1800ª posição, sendo que 1799 municípios (32,66%) estão em situação melhor e 3707 municípios (67,31%) estão em situação pior

ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado (52 ao total), Rolim de Moura apresenta uma situação boa: ocupa a 7ª posição em número de habitantes e no PIB.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

3.1. Objetivos do Curso

3.1.1 Objetivo Geral

Implantar e desenvolver a formação de professores/as em nível superior pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, para atuarem na docência, com ênfase na educação básica, de maneira a problematizar os usos sociais do passado e tornar as reflexões sobre a prática de ensino e pesquisa como componentes fundamentais ao exercício da docência.

3.1.2 Objetivos Específicos

● Adotar postura ética na profissão, a que deve somar-se, como educador, o compromisso com a formação do(a) estudante, na sua totalidade indissociável de ser intelectual e ser humano;
● Propiciar aos estudantes a oportunidade de participar de estudos e debates acerca das várias tendências historiográficas que marcam a disciplina, mantendo-se atualizado o debate teórico e metodológico da história no contexto das ciências humanas e sociais;
● Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
● Conhecer e analisar a produção acadêmica referentes às diferentes épocas históricas, nas várias formas de organização social ensejadas pela humanidade em sua trajetória;
● Posicionar-se de forma indagadora, reflexiva e aberta à experiência a respeito dos métodos de avaliação da aprendizagem e do ensino;
● Desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão que discutam e/ou investiguem o universo de atuação do profissional de História, com ênfase aos

estudos das relações entre meio ambiente e sociedade na Amazônia Sul-Ocidental, na perspectiva da sustentabilidade e preservação dos patrimônios cultural e ambiental;

● Desenvolver habilidades na escrita, na oralidade e nas artes para potencializar a atuação profissional e a comunicação com a comunidade;

● Problematizar as relações que envolvem o mundo do trabalho e a construção de hierarquias sociais;

● Fomentar práticas educativas centradas na perspectiva dos Direitos Humanos, que enfoquem o respeito à diversidade dos grupos socais e promovam posturas de respeito a alteridade e incentivem a tolerância, sobretudo no que diz respeito às relações de gênero e étnico-raciais, a exemplo das populações tradicionais e indígenas;

● Desenvolver conhecimento e qualificação acerca dos processos de gestão escolar em âmbito administrativo e pedagógico, a partir dos princípios da gestão democrática e participativa;

● Fazer uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) relacionadas à educação, numa perspectiva emancipatória.

3.2 Concepção do Curso: Princípios Teóricos Norteadores

A criação do curso de História da Universidade Federal Rondônia, no *campus* de Rolim de Moura, em 2010, como parte das ações do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, objetivou atender, de forma permanente, a demanda por profissionais - professores/pesquisadores - que possam atuar com vistas a formação humanística dos educandos do ensino fundamental, médio e superior, não apenas dialogando de forma crítica com os estudos produzidos no campo da história e das ciências humanas como um todo, mas também que estejam habilitados a desenvolver pesquisas que possam subsidiar a relação ensino-aprendizagem.

Neste sentido, do ponto de visto teórico, a formação do professor de história ocorre em consonância com as alterações que o campo histórico vem sofrendo ao longo do século XX no ocidente; notadamente, com as contribuições oferecidas pela historiografia das Escolas alemã, francesa e

inglesa, que se faz sentir na formação do quadro de docentes que compõe o curso. No que diz respeito às perspectivas abertas pela História das décadas de 1970 e 1980, momento em que as “novas abordagens”, “novos problemas”, “novos objetos” e reformulaçõesconceituais, ampliaram as possibilidades de pesquisa, observou-se:

> [...] um novo padrão historiográfico, novas aberturas, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento na sociedade. (...). De igual maneira, o principal das preocupações historiográficas parece se descolar para o âmbito da cultura, de modo que a História Cultural passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas. (BARROS, 2012, p. 306).

Este alargamento das possibilidades de pesquisa verificado nos anos 70 do século XX, para além de não rechaçar, em seus diversos matizes, o cânon historiográfico marxista, permite que a formação professor de história se abra para áreas que há muito eram criticadas como a história política, a biografia e às temáticas que, cada vez mais, se impõem a partir do paradigma da chamada História Cultural, oportunizando uma formação plural, sob o ponto de vista temático e teórico.

Partindo de tal premissa, ou seja, de uma formação em permanente diálogo com os paradigmas que estruturam o pensamento histográfico, preconiza-se que a formação desse profissional deve estar associada ao desenvolvimento de competências de docente/pesquisador que envolvam a leitura, o debate, a reflexão, a pesquisa e ao estado da arte do fazer pedagógico dentro e fora da sala de aula. Em palavras outras, formar docentes que venham a pensar seus próprios espaços de circunscrição como passíveis de reflexão e problematização históricas, sendo esta uma prática que pode ter início no espaço escolar, na sala de aula, mas que não se encerra nela. Neste caminho, busca-se pautar, como uma das premissas fundamentais da formação do profissional em história, a conjugação entre ensino e pesquisa.

O tema da cultura é recorrente a partir dos anos de 1970 como marco das ciências humanas no âmbito dos modelos narrativos da história. A inclusão dos problemas de estética e retórica influenciaram os pesquisadores nas suas elaborações cognitivas. Pela história da historiografia compreende-se

alterações significativas no modo como os historiadores passaram a lidar com a escrita da história, quando começaram a dialogar com Teoria Literária e Teórica da Recepção. Mas, é importante que, apesar de iniciada no problema da pesquisa histórica, a forma de elaboração textual do historiador começou a se ocupar com as apropriações realizadas pelos leitores. Assim, simultaneamente a abertura de novas perspectivas para a escrita da história, com os novos problemas, objetos e abordagens, inaugurados pela matriz francesa, compreende-se, no caso alemão, a ocupação com o aprendizado histórico. Por outro lado, com a contribuição de novas pesquisas, de estudiosos das vertentes alemã, italiana, inglesa, entre outras, inclui-se também a didática da história que colocou-se como um *braço* da Teoria da História. Foi retomada a inquietação apresentada pelos escritos de Nietzsche: história para vida (RÜSEN, 2010).

A dimensão da história para vida representa que o ensino de história está, atualmente, na agenda prioritária dos historiadores. O aprendizado histórico faz parte da condição histórica de cada indivíduo. A ideia de história para vida representa que, ao contrário da concepção cética da história, que cada um aprende e orienta-se em relação a mudança temporal. Ainda em JörnRüsen, os elementos estéticos da história influenciam na liberdade. Cada pessoa, na sua relação temporal, não se sente aprisionada a repetição do passado ou que este é a explicação do presente e a possibilidade do futuro. Não se pode negar que essa é uma visão da relação temporal, da simetria entre os três tempos. Ela pode ser marcante na concepção política e tradicional da história. Uma perspectiva de um tempo ou de uma realidade *pré-dada* como orientação, uma referência a ser apreciada e respeitada. Diante essa estrutura, a estética liberta o futuro do peso do passado.

Atualmente, o ensino de história, por meio da didática da história, sustenta um posicionamento em relação a educação como condição histórica: a história está para além da disciplinarização. A compreensão da história ligada a periodizações sob a rigidez dos três tempos, não se capacita para a compreensão daquilo que ReinhartKoselleck (2006) e George Simmel (1950) chamaram de circunstância e contingência. Ignorar a relação entre evento e estrutura, das relações assimétricas do tempo induz a um raciocínio

determinista, seja ele subjetivo ou objetivo. Nos termos de Rüsen (2007), postura equivocada para se raciocinar a história. A didática da história promove a possibilidade de que o ensino de história organize, no estudante de história, a condição de projetar-se para o futuro sem o peso do ressentimento do passado. O conteúdo de história apresenta-se ao estudante sob o viés da experiência estética e não o passado maçante. As sucessões contínuas, regidas por datas e que estabelecem a noção de consequências mediante o antes e o depois, como se houvesse uma lógica dos acontecimentos numa linha imaginária do tempo, reproduz a denúncia de Nietzsche: os mortos enterram os vivos. Ver o passado como pré-condição necessária para o futuro, impede que o presente compreenda suas próprias experiências. Mesmo reconhecendo o valor da estética para a história, Rüsen não a defendeu a ponto de se aproximar das afirmações de Frank Ankersmit (2012), onde representação e referência não sejam mais pensadas sob critérios de diferença. Neste caso, há de se pensar na importância que exerce a retórica nos textos de história. Rüsen (2007) atestou ser a retórica o caminho que preserva ao conhecimento histórico o direito de lidar com experiências reais do passado. Voltando a concepção de Koselleck (2006), em relação a história, no que se pode chamar de didática da história, os estudantes precisam estar cientes da validade do conhecimento histórico porque pessoas reais de determinados tempos históricos, agiram e sofreram para enfrentar seus desafios em relação a seu próprio futuro. E, como se trata de um universal antropológico, a experiência está sempre para a mudança temporal. Em sentido genético, aqueles que vivem e desejam orientar-se no mundo, o fazem a partir de seus laços com a temporalidade. Sob um caráter exemplar da história, compreender que pessoas do passado também desejaram orientação e, suas escolhas e projetos utópicos sempre mantiveram a relação com o passado, seja ela de ordem antiquária, monumental ou crítica. O elemento retórico da história não se detém no discurso, aqui é importante citar Carlo Ginzburg (1989, 2002), posto que a retórica preserva-se por elementos de arqueologia. A retórica apreende-se a indícios que visam prova. E, para retornar ao pensamento de Rüsen (2007) e Koselleck (2006) a fonte possui o poder de veto em relação ao historiador. Mesmo, segundo Rüsen (2007), o

historiador procedendo e ordenando a heurística, ele não pode dizer o que quiser. Para Koselleck (2006), a experiência não pertence a linguagem da fonte, ela se evidencia pelas categorias espaço de experiência e horizonte de expectativa mediante as suas sincronias e diacronias. A retórica, em relação as fontes, preserva um fator fundamental: as fontes não podem dizer ao historiador o que dizer, mas a elas está garantido o direito de atestar o que não se pode dizer. Por isso, para Rüsen (2007), estética e retórica não se separam no texto de história.

A pretensão de um enunciado como este, destina-se para criticar a escola como espaço onde a história está para pensar o tempo e a experiência do passado como condições abstratas ou inúteis para a vida prática do presente. Pensar historicamente não é uma escolha, seja pela intuição ou algum determinismo, ser historicamente situado é uma condição do humano. As apropriações em relação ao tempo, seja pelos discursos políticos ou pelas mídias, é uma constante. O historiador, como especialista as ações do tempo e/ou das ações dos seres humanos, não pode ficar apartado dos processos de apropriações e disputas pela memória que ocorrem a cada dia e que, são eles que determinam as concepções comuns sobre a história. A distância entre um historiador profissional e seu público leitor, seja ele, de acordo com Hans Robert Jauss (1994), especializado ou individual, rompe-se com a observação didática da história. Ocupar-se no como as pessoas estão aprendendo sobre a história, faz parte da atividade do historiador. Deste modo, a escola passa também a ser um espaço problematizado pelo historiador para que mitos, discursos performativos e afirmações sucessivas da história sejam criticados e colocados a luz de demonstrações analíticas, dialéticas e hermenêuticas com o intuito de promover a capacidade de aprender com a história, sem ser sufocado pelo passado e pensar num futuro possível sem o provável. O profissional de história que atuará nas escolas, instituições de ensino superior ou agências de pesquisa, precisa ser capaz de lidar com a dimensão didática da história por um motivo básico já mencionado: a história não se limita a disciplina, mas por ela, se apresenta aquilo que a ultrapassa como princípio ontogenético.

Ao desafio de não limitar a história a condição disciplinar e entender seus sentidos à vida prática, questões à didática da história, colocam-se

também as premissas de ordem legal lançadas a essa área do conhecimento. Tais premissas são identificadas, por exemplo, tanto pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação quanto pelo próprio Reuni, ao reforçarem a necessidade de se pensar e potencializar a formação do docente na contemporaneidade, de maneira que o insira em perspectiva interdisciplinar nos procedimentos formativos. A perspectiva interdisciplinar pode permitir, assim, ao profissional formado pelo curso de História, transitar por outras áreas do saber, operacionalizar conceitos, procedimentos teóricos e metodológicos, sem, contudo, se afastar dos paradigmas que conferem determinada identidade a história enquanto área de saber acadêmico.

Busca-se, desta maneira, um ensino que desenvolva no estudante uma atitude investigativa e que lhe permita vivenciar a pesquisa como um processo indispensável para a aprendizagem. Também a extensão, incorporada ao processo de ensino, possibilita a compreensão da relevância social e política do próprio processo de produção do conhecimento.Assim, aliando ensino, pesquisae extensãocomo elementos basilares e ao observar os desafios e princípios que norteiamo campo teórico e metodológico da história, este Curso procura tomar para si os desafios e as responsabilidades de formar profissionais que busquem, permanentemente, a reflexão acerca da experiência humana no tempo, que pautem a sua atuação em valores éticos e que tenham a formação crítica do cidadão como uma premissa a ser construída cotidianamente. O Ensino, do mesmo modo, é compreendido considerando a experiência social dos sujeitos e intrinsecamente relacionado a pesquisa e a produção histórica.

3.3 Justificativa

O curso de Licenciatura em História fora implantado no Campus de Rolim de Moura, em uma primeira oferta, na modalidade de Curso Finito, juntamente com os cursos de Matemática e Educação Física. O objetivo da implantação de tais cursos era habilitar professores/as das mais diversas áreas no interior do Estado. Os dois últimos só foram oferecidos uma vez (uma turma). Entretanto, o curso de história, devido à demanda e à pressão exercida pela comunidade, foi oferecido em duas entradas (duas turmas): uma em 1996 e outra em 1997.

Nesse período, uma biblioteca básica foi adquirida para atender ao Curso de Licenciatura em História, cujos livros encontram-se ainda disponíveis na biblioteca do *Campus* e, gradativamente vem sendo ampliada, a partir de rubrica especificada no Plano Ação Anual do curso, a ser contemplada no Plano de Ação Geral deste *Campus.*

Posteriormente a oferta das primeiras turmas do curso de História, houve, de forma crescente, demandas por parte da sociedade local para que o curso de História fosse ofertado de forma permanente. O que, de fato ocorreu, a partir de 2009, em consonância com a plano de expansão universitária, oportunizado pelo programa REUNI, momento em que houve a formulação e tramitação da proposta de criação do Curso de Licenciatura em História em todas as instâncias da Universidade Federal de Rondônia e registrado junto ao Ministério da Educação.

O fato do curso se situar na região amazônica tem orientado o perfil de atuação e formação dos/as docentes do Departamento, bem como o perfil traçado, tendo em vistas a contratação de novos professores e professoras, de maneira a possibilitar a inserção desta Licenciatura nas discussões nacionais em relação aos estudos históricos, bem como influenciado a concepção de pesquisas relacionadas, das mais diversas maneiras, aos elementos que dão forma à história desta fração da região amazônica, contemplando suas especificidades.

Em conformidade com a proposição inicial deste Projeto Político Pedagógico, têm sido realizadas ações de ensino, extensão e pesquisa cujo enfoque colocam em evidência a história regional, a formação do profissional

de história com enfoque à docência e o debate concernente as diferentes metodologias e teorias que ensejam a produção do conhecimento histórico. A abertura desse novo leque de atuação tem evidenciado que alterações e adequações qualitativas na atual grade curricular se fazem necessárias. Mais do que simplesmente atender às exigências da Nova LDB, sem, no entanto, esquecer da adequação a ela, a prática de pesquisa, o ensino e a extensão mostram que deveria ser contemplada na nova grade, os instrumentos de pesquisa necessários (teoria, metodologia, novos objetos, etc.) e o aprofundamento nas questões regionais, tendo em vista potencializar a construção e socialização conhecimentos a respeito da historiografia amazônica, notadamente de Rondônia.

Considera-se neste que o ensino de história não deve se concentrar somente na reprodução dos conteúdos didáticos, sendo imprescindível que se formem professores/as nesta região, pois é uma demanda social. Para isso é fundamental que existam aprofundamentos em sua formação que permitam o conhecimento das diversas concepções da história. Ou seja, o desempenho didático dos professores e das professoras não deve ser mensurado ou avaliado a partir de sua lousa bem organizada, ou uma avaliação bem elaborada. Ele deve adquirir instrumentos de análise e crítica que possibilitem a compreensão do processo de produção e de conhecimento histórico, dentre as diversas dimensões do campo. Desta forma, será possível contribuir para que o/a licenciado/a ultrapasse a competência de mero/a reprodutor/a de conhecimentos e que atinja o nível de formação enquanto pesquisador/a, preocupando-se com os diversos aspectos da vida humana no processo social da história viva, que se reflete nos debates concernentes a: contradições e conflitos de classe, identidade de gênero, orientação sexual, relações étnico-raciais, exploração e uso dos recursos naturais (meio-ambiente), entre outros.

As principais razões para a implantação do curso de Licenciatura em História no *campus* de Rolim de Moura, as quais continuam em evidência, foram as seguintes:

- Atender a grande demanda de professores/as de História nos municípios do interior do Estado, especialmente da Zona da Mata. O *Campus* de Rolim de Moura não ofereceu o Curso de História pelo Programa de Habilitação e

Capacitação de Professores-PROHACAP, em razão disto, grande parcela dos/as professores/as que atuam nas escolas de educação básica não são formados/as na área, causando prejuízos à formação dos/as estudantes;

- Rolim de Moura é um município polo na Zona da Mata rondoniense, por essa razão o Campus de Rolim de Moura atende **um numeroso** público dos municípios circunvizinhos (Nova Brasilândia, Alta Floresta, Novo Horizonte, Castanheiras, São Miguel, São Felipe, Santa Luzia, Pimenta Bueno, entre outros) que se desloca para ter acesso a um curso superior público e gratuito. Desta forma o curso de história tem uma ampla abrangência e muito contribuirá para elevar a qualidade do ensino na educação básica, penalizada pela falta de professores/as habilitados/as na área.

Por ser um curso de Licenciatura em História, a formação deve estar voltada tanto às reflexões concernentes às práticas docentes quanto aos conceitos, habilidades e competências da área de atuação profissional, a exemplo do conceito de documento histórico, da problematização referente aos registros das diversas atividades humanas de cada época; da cultura material e imaterial, entre outros aspectos, sem perder de vista a formação do/a pesquisador/a, já que o exercício do ensino é também um eterno descobrir, e assim sendo, possibilita a criação de oportunidades concretas de pesquisa.

3.4 Legislação

1. PARECER CNE/CP 28, DE 02 DE OUTUBRO DE 2001. Dá nova redação ao parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
2. RESOLUÇÃO CNE/CP 02, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
3. DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - Lei 9394/96 de dezembro de 1996.
4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.

5. Diretrizes curriculares dos cursos Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia Homologado em 04/7/2001, publicado no DOU em 9/7/2001

6. PARECER CNE/CES nº 1363, aprovado em 12 de dezembro de 2001, Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

7. RESOLUÇÃO CNE/CES nº 13, aprovada em 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História, DOU de 9 de abril de 2002.

8. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

9. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

10. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

11. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

12. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

13. Parecer CNE/CP nº 14/2012 - Ministério da Educação, publicado no D.O.U. de 15/6/2012, Seção 1, p. 18. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

14. Parecer CNE/CP nº 8/2012 – Ministério da Educação, publicado no D.O.U. de 30/5/2012, Seção 1, p. 33. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
15. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que "define As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada".
16. Resolução nº 278/ CONSEA, de 04 de junho de 2012 – Regulamenta os parâmetros para a Elaboração de Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia.

3.5 Perfil do Egresso

Pretende-se formar um profissional com capacidade de exercer uma visão crítica global tanto acerca do seu *métier*, ou seja, da profissão de historiador, como também um comprometido com o exercício da docência. Para alcançar tais objetivos, buscar-se-á integrar ensino, pesquisa e extensão, alicerçando-se a prática pedagógica com vistas a articular questões relacionadas as concepções teórico-prática da história, com vistas aos seguintes objetivos formativos:

- Discernimento para buscar uma formação científica geral e específica, aliada a uma competência de análise que permita unir teoria e prática, embasada em informações e conhecimentos sobre as diferenças individuais e a natureza socioeconômica, histórica, cultural, étnica e política da realidade mundial que envolve hierarquias socialmente construídas.
- Capacidade de compreender caminhos adequados para resoluções de problemas, de forma crítica, responsáveis e sensíveis ao enfrentamento de situações concretas, aos saberes das maiorias oprimidas, construindo-se como cidadãos que entendem e assumem seu lugar na cena pública;
- Habilidades para pesquisa compreendendo-a como princípio do processo formativo, articulando ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica e social;
- A consciência de ser educador-educando tendo o processo dialógico como

princípio educativo na perspectiva de articular a vida, o trabalho e a cultura da comunidade ao processo educativo;

- Capacidade de desenvolver metodologias, tecnologias e materiais pedagógicos adequados às práticas educativas;
- Capacidade de articular a gestão democrática e participativa, na organização do trabalho escolar, no planejamento, na execução e avaliação de propostas pedagógicas na escola e nos sistemas educacionais;
- Capacidade de compreender a realidade histórica, econômica, política e social, sendo capaz de atuar como agente de transformação;
- Senso ético, abertura e disponibilidade para o trabalho coletivo;
- Habilidade de interagir com o meio local e regional e sobre ele atuar numa perspectiva projetiva e de pesquisa que contribua para o desenvolvimento humano, socioeconômico e cultural da população amazônica, colocando-se em perspectiva reflexiva;
- Sensibilidade e compromisso com a defesa do meio ambiente, da biodiversidade e da soberania da Amazônia;
- Postura combativa em defesa da educação gratuita e de qualidade como direito humano a ser oferecido pelo Estado a todos e todas e em todos os níveis;
- Ser capaz de estabelecer uma relação dialógica entre a história e as demais ciências humanas e sociais, numa perspectiva multidisciplinar, balizada por uma consciência ética e ecológica das realidades regional e brasileira;
- Deverá também construir conhecimentos acerca da evolução teórica e metodológica da história enquanto campo específico do conhecimento humano e, sobretudo, estar atualizado quanto ao debate das novas tendências da historiografia contemporânea;
- Desenvolver a capacidade de estabelecer as relações entre o regional, o nacional e o internacional, de modo a superar uma visão fragmentada do real histórico;
- Fomentar juízo crítico de sua área de conhecimento e atuação, sabendo utilizar os métodos de história para a análise dos processos históricos regional, brasileiro e mundial, atuando dessa forma como agente formador de opinião e de transformação social;

- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer as interpretações propostas pelas principais escolas historiográficas, de modo a distinguir diferentes narrativas, metodologias e teorias;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo capaz de demarcar seus campos específicos e, sobretudo, de qualificar o que é próprio do conhecimento histórico;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão em âmbito acadêmico e para além dele, de forma a comunicar-se com outros públicos e grupos socais;
- Pensar a prática educativa e a construção de saberes históricos fora do ambiente escolar, a exemplo de arquivos e locais de guarda de acervos (memoriais, centros de documentação, centros de pesquisa), museus, instituições de preservação do patrimônio histórico e cultural, bibliotecas, entre outras;
- Conhecer e distinguir as diversas concepções presentes no ensino de história, para que possa atuar com discernimento no exercício do magistério.

3.6 Competências e Habilidades

O Curso de Licenciatura em História tem como perfil a formação humanística, crítica e reflexiva, capacitando o profissional docente a atuar de maneira a articular ensino e pesquisa considerando, em suas múltiplas formas, os aspectos sociais, econômicos e políticos, ambientais e culturais dos grupos humanos, no espaço e no tempo, bem a refletir, de maneira de maneira global, sobre a realidade que o cerca. De acordo com a legislação pertinente, a saber, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso capacita para:

- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias, assim como sua interrelação;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- Competências na utilização da informática;
- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto do ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio.
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transmissão do conhecimento para os diversos níveis de ensino.

3.7. Campos de Atuação

O/a profissional egresso/a do curso de Licenciatura em História deve estar apto/a ao exercício no ensino fundamental e médio, em escolas da rede pública e privada bem como atuar no magistério superior, em universidades públicas ou privadas. Pode, ainda, atuar em diversas áreas, a saber: assessorar projetos pedagógicos na área de história; assessorias de conteúdo e pesquisa histórica a entidades públicas e privadas, ligadas aos setores culturais, políticos, artísticos, turísticos, de patrimônio e meios de comunicação de massa, entre outros; atuar junto a comunidades, associações comunitárias e sindicatos, no que se refere ao estabelecimento de políticas de incentivo à preservação de suas memórias e produção de bancos de dados que registrem e mantenham informações referentes a elas; ter iniciativa própria, prestando assessoria em História (pessoa física e jurídica) quando requisitados ou convidados.

3.8 Perfil do Curso

Nome do curso: Licenciatura Plena em História

Endereço de funcionamento:

Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia

Campus de Rolim de Moura

Endereço: Av. Norte-Sul, 7300. Bairro Nova Morada

CEP: 76.940-000 – Rolim de Moura-RO.

Endereço Eletrônico: dephistoriarm@unir.br

Página: http://www.historiarolimdemoura.unir.br

Telefone: (069) 3442-1119

Ato de Criação, Autorização e/ou Reconhecimento: Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

Número de vagas autorizadas: 50

Conceito Preliminar de Curso – CPC: Não foi atribuído conceito inicial ao curso pelo MEC, quando do início de seu funcionamento.

Turnos de funcionamento do curso: Noturno

Carga horária mínima obrigatória, para fins de certificação: 3.640 horas/aula horas, conforme distribuição apresentada no item “4.4.5. Requisitos para Integralização de Currículo”

Tempo para integralização: mínimo de 4(quatro) anos e máximo de7 (sete) anos, conforme deliberação do Conselho do Departamento de História da UNIR *Campus* Rolim de Moura, em reunião ordinária realizada no dia 05 de abril de 2018, registrada em ata de nº 03/2018.

Histórico do curso: Regularizado institucionalmente em 2009 (Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009), o curso teve a chamada para primeira turma no ano de 2010. Desde então, houve ingresso (entradas) de sete de turmas de acadêmicos. Foram formadas três turmas. Esta Licenciatura passou pela Avaliação de duas Comissões de Reconhecimento, encaminhadas pelo Ministério da Educação, obtendo conceito 3 (três) em ambas, numa escala de 1 a 5 (um a cinco).

Titulação conferida aos egressos do curso de Licenciatura em História: Licenciado em História

Modos e períodos de ingresso e número de vagas por período de ingresso: O ingresso deverá ocorrer por meio de processo seletivo interno, conforme o calendário acadêmico da Universidade. A entrada de alunos ocorrerá no primeiro semestre de cada ano letivo, a partir de 2018. O número total de vagas oferecidas por entrada é de 50 (cinquenta).

Regime de oferta e de matrícula de curso: semestral

Calendário acadêmico (número de semanas de aula, eventos como semanas acadêmicas): O calendário acadêmico anual obedecerá ao mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, nos quais será cumprida a carga horária referente aos componentes curriculares obrigatórios do curso. Atividades complementares, como pesquisa, extensão, participação em eventos, cursos, oficinas entre outras, poderão ser realizadas em paralelo, sem prejuízo a carga horária mínima obrigatória.

Distribuição da carga horária em componentes curriculares obrigatórios e componentes curriculares complementares de graduação específicas do curso:

Carga Horária Teórica Obrigatória: 2.360 horas.

Carga Horária Prática Obrigatória (Prática como Componente Curricular): 680 horas

Carga horária (Estágios Obrigatórios): 400 horas.

Carga horária (Atividades Complementares – Pesquisa, extensão, atividades culturais etc.): 200 horas.

Observação: Para fins de certificação, o estudante terá de cumprir a carga horária mínima prevista para os componentes curriculares (créditos teóricos e práticos), os estágios obrigatórios e as atividades complementares.

Formas de ingresso: Processo Seletivo Regular (Exame Nacional do Ensino Médio ou outro exame de seleção estabelecido legalmente pela Universidade); Processo Seletivo Complementar, a exemplo do Vestibulinho; Transferência Compulsória; Regime Especial; Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional e Intrainstitucional ou outras formas autorizadas pelo

Conselho Universitário, se houver, como políticas de ações afirmativas indígenas, afrodescendentes, entre outras.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

4.1 Estrutura Curricular

4.1.1 Organização curricular: integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A estrutura cuticular do Curso de Licenciatura em História pauta-se na interconexão necessária entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior. No que se refere ao elo entre o tripé das dimensões pedagógicas que interligam o ensino, a pesquisa e a extensão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN/1996, em seu no Artigo 52 afirma que: “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano..." No inciso I indica o seguinte: “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.” Significa dizer que a ciência é produzida a partir do vínculo entre teoria e prática. A própria LDB aponta para a necessidade da construção da escola vinculada à produção social, sem desconsiderar as hierarquias e desigualdades historicamente construídas nas diversas sociedades.

Na presente versão, as modificações incorporadas objetivam contemplar a Legislação vigente, com a pretensão de ampliar a articulação entre os conteúdos das disciplinas, ou seja, valer-se da interdisciplinaridade como elemento formativo. A interdisciplinaridade é entendida aqui como uma perspectiva de abordagem que, entre outros aspectos,

> (...) supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (CNE/CEB 3/1998, p.30).

A interdisciplinaridade aliada aos temas transversais tem a capacidade de permitiam aos/as acadêmicos problematizar e abordar os temas diversos temas, desconstruir realidades e (re)construir sínteses que podem trazer perspespectivas de abordagem as mais diversas possíveis.

Em atenção a Legislação pertinente, a saber o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e visando a formação de profissionais e cidadãos e cidadãs que consigam dialogar com as diferenças, no sentido de incluir a todos e todas ao sistemas educacional brasileiro, a estrutura curricular do curso, apresenta os componentes Língua Brasileira de Sinais – Libras e Fundamentos e Práticas da Educação Inclusiva, cuja finalidade, como dito, é preparar os professores formados no curso para lidarem com tais situações na atuação profissional deles na rede básica de ensino.

Ainda no que se refere a formação pela dos/as Licenciados em História, inclui-se na presente estrutura curricular, de forma transversal também objetiva a Educação em Direitos Humanos, conforme preveem os artigos 2º e 3ª das DCN, que em sua reação, estabelecer a educação em Direitos Humanos, nos seguintes termos:

> Art. 2º A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.
> § 1º Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.
> § 2º Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.
> Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:
> I - dignidade humana;
> II - igualdade de direitos;
> III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
> IV - laicidade do Estado;
> V - democracia na educação;
> VI - transversalidade, vivência e globalidade; e

> VII - sustentabilidade socioambiental. (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, p. 01)

Nesse sentido, tendo em vista as diretrizes acima expostas, reiterando a formação crítica, voltada à cidadania e que envolve premissas amplas, que não circunscrevem ou reduzem tal possibilidade a um componente específico na grade curricular do curso; e dada a competência reflexiva e problematizadora que norteia o curso de História, para pensar como foram construídas e desnaturalizar assimetrias e hierarquias sociais, políticas, culturais, econômicas, que envolvem questões diversas, como: desigualdades e identidades de gênero; orientação sexual; preconceitos sociais, raciais, linguísticos e regionais; os desafios à construção e efetivação da cidadania no Brasil; conquista e respeito aos direitos de minorias ou maiorias excluídas; afirmação e reconhecimento de populações tradicionais e indígenas; o respeito à dignidade da pessoa humana, entre outras.

Neste sentido, as alterações incorporadas a Estrutura Curricular do Curso de História, abaixo detalhadas, e em com consonância com os objetivos e concepções desta Licenciatura, contempla-se as bases necessárias para o alcance dos pressupostos definidos à conformação do profissional qualificado, a saber: capaz de atuar como cidadão crítico, e que consiga aliar teoria e prática; ensino, pesquisa e extensão ao seu fazer pedagógico cotidiano.

4.2. Distribuição da Carga Horária

A composição do rol de disciplinas que configuram o curso de Licenciatura em História, na sua versão atual, baseia-se no que dispõe a Resolução 02 do Conselho Nacional de Educação, de 01 de julho de 2015 bem como nos demais dispositivos legais que orientam a estruturação dos cursos de Licenciatura no Brasil.

A Resolução 02/2015, em seu Artigo 13, § 1º fixa a duração e as cargas horárias para os cursos de Licenciatura, nos seguintes termos “os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres, ou 4 (quatro) anos”. A Resolução também estabelece a distribuições das componentes curriculares, na forma que segue:

> I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
> II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na sua área de formação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme projeto de curso da instituição.
> III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição.
> IV – 200 (duzentas) horas de atividade teórico-prática de aprofundamento dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, conforme projeto de curso da instituição (CNE, 2015, pp. 11/12)

Com o objetivo de articular ensino, pesquisa e extensão, bem como atividades de caráter teórico e prático, o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em História do *Campus* de Rolim de Moura apresenta uma organização curricular que se compõe de quatro grandes eixos temáticos, com carga teórica (T), prática (P) e de estágios (E), estruturas da seguinte maneira:

a) **Eixo I - disciplinas de formação geral:** Filosofia (60h/T), Sociologia (60h/T), Antropologia (60h/T) e Metodologia Científica (60h/T, 20h/P). Este conjunto de disciplinas está sob a responsabilidade do Departamento de História, mas com um caráter de formação geral.

b) **Eixo II - disciplinas de formação específica:** História Antiga (60h/T, 20/P), História Medieval(60h/T, 20/P), Teoria da História I (60h/T), História das Ideias Políticas e do Pensamento Econômico (60h/T, 20h/P), História Moderna (60h/T, 20/P), História e Cultura das Populações Indígenas (60h/T), Teoria da História II (60h/T), Pré-história do Brasil (60h/T), História da América I (60h/T), História do Brasil I (60h/T, 20h/P), História da Amazônia I (60h/T), História da Amazônia II (60h/T, 20/P), Pesquisa em História (60h/T, 20/P), História da América II (60h/T, 20/P), História do Brasil II (60h/T, 20/P), História Contemporânea I (60h/T), História Contemporânea II (60h/T, 20/P), História Contemporânea III (60h/T, 20/P), História de Rondônia (60h/T, 20h/P), História da América III (60h/T, 20/P), História do Brasil III (60h/T, 20/P), História do Brasil IV(60h/T, 20/P), História da África e das Relações Étnico-Raciais (60h/T, 20/P), Teoria da História III (60h/T, 20h/P), Historiografia

Brasileira(60h/T), Seminários de Atividades Complementares (20h/P) e Trabalho de conclusão de Curso – TCC (20h/T, 100/P).

c) **Eixo III – Disciplinas para formação pedagógica**: História da Educação (60h/T), Psicologia da Educação (60h/T), Didática (60h/T, 20h/P), Fundamentos e Práticas de Ensino de História (40h/T,20/P), Legislação Educacional e Gestão Escolar (60h/T), Fundamentos e Práticas de Educação Inclusiva (40h/T, 20/P), Língua Brasileira de Sinais/Libras (40h/T, 20/P) e Estágios Supervisionados (400/E).

d) **Eixo IV – Disciplinas optativas:** Antropologia Cultural (60h/T, 20/P); Educação Popular (60h/T, 20/P); Tópicos de Cultura Social no Século XX: Relações de Gênero e Construção do Feminino (60h/T, 20/P); Cultura Política e Imprensa no Brasil Republicano (60h/T, 20/P); História, Cinema e Audiovisual (60h/T, 20/P); História, Narrativa e Fontes Literárias (60h/T, 20/P); História Oral (60h/T, 20/P); Memória e Patrimônio Cultural (60h/T, 20/P); História Ambiental (60h/T, 20/P); História Local e Regional (60h/T, 20/P); História Urbana (60h/T, 20/P); História da Arte (60h/T, 20/P); Museologia (60h/T, 20/P); História Agrária (60h/T, 20/P); Introdução a Teoria da Interpretação (60h/T, 20/P); Português Instrumental (60h/T, 20/P); Seminário e Metodologia da História (60h/T, 20/P); História do Oriente (60h/T, 20/P); História e Movimentos Sociais no Brasil (60h/T, 20/P) e Educação em Direitos Humanos (60h/T, 20/P).

4.2.1 As Disciplinas Optativas como Elemento de Flexibilização Curricular

O rol de disciplinas optativas integra os conteúdos de natureza comum à formação específica. Sobre a oferta das optativas cabe destacar, visa contemplar concepção de uma estrutura curricular flexível, com vistas à formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento, que permita ao acadêmico e a acadêmica uma formação diversificada de conteúdo, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Art. 79, parágrafo III, bem como o Parecer CNE/CES 67/2003. Ao longo da formação, o (a) acadêmico (a) terá de cursar 4 (quatro) disciplinas optativas, conforme estão relacionadas no neste PCC. Dentre o rol de disciplinas

optativas será deliberado pelo Conselho de Departamento – CONDEP, qual será ofertada nos semestres em que estão previstas.

4.2.2 A Prática como Elemento de Articulação entre a Formação e o Fazer Pedagógico em Sala de Aula (Prática como Componente Curricular)

Com uma carga total de 680 (seiscentas e oitenta) horas, distribuídas nas disciplinas que compõem os Eixos formativos da presente matriz, a prática como componente curricular está intimamente associada a articulação entre os pressupostos teóricos e prática escolar em sala de aula, reivindicada tanto na legislação que regula o tema como também por se entender, cada vez mais, que a prática é fundamental para a formação docente. Em outras palavras, a prática tem por objetivo articular o conhecimento teórico e as múltiplas possibilidades de uso e/ou abordagem em sala de aula. Assim, como dispõe o artigo 12, da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002:

> §1º A prática, na matriz curricular, não poderá ser reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.
> §º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.
> §3º No interior das áreas ou das áreas ou das disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática (RESOLUÇÃO CNE/CP, 2002, p. 4).

A necessidade de articular teoria e prática também aparece consubstanciada na Resolução nº 02, de 01 de julho de 2015. Nesse sentido, a prática como componente curricular tornar-se o espaço em que a *práxis* reflete a interlocução entre a crítica/teoria e o exercício da aprendizagem.

4.2.3 As Disciplinas Científico Culturais de Formação Geral, Específica e Pedagógica.

As disciplinas de caráter culturais voltadas tanto à formação geral, bem para a formação especifica e pedagógica somam 3.040 (duas mil e trezentas) horas. Consideradas em seu conjunto, tais disciplinas têm como seus objetivos assentados nos seguintes postulados:

- Compreender o currículo do curso como um processo aberto a mudanças no sentido de atualizá-lo conforme os debates teóricos e metodológicos da história, como um campo específico do conhecimento humano.
- Estabelecer diálogo com as outras áreas do conhecimento humano e social no que se refere aos estudos, pesquisas, debates, seminários e outros.
- Relação teórica e prática como elemento integrador das disciplinas dita teóricas com as de conteúdo histórico, possibilitando que o acadêmico e a acadêmica tenham do currículo do curso uma compreensão sistêmica e não fragmentada.
- Valorização dos saberes das múltiplas etnias e culturas presentes no chão rondoniense, notadamente no que se refere à pesquisa acadêmica.
- Cultura de avaliação do ensino-aprendizagem como um processo global que envolve conteúdo, competências e habilidades.
- Autonomia como princípio educativo que deve estar presente na relação ensino-aprendizagem.
- Uso de novas linguagens e tecnologias visando otimizar a aprendizagem.
- Conceber a pesquisa como um princípio científico e educativo, dando ênfase à prática de pesquisa como componente curricular desde os primeiros períodos do curso.

4.2.4 Compartilhamento de Disciplina

As disciplinas que compõe a estrutura curricular do curso de Licenciatura em História poderão serem compartilhadas entre os professores que atuam no curso conforme suas áreas de formação e pesquisa. Para o compartilhamento, antes da oferta de disciplinas de cada semestre, a matéria deverá ser discutida no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, instância em que deve ser apresentada a minuta do Plano de Ensino com a explicitação da carga horária a ser ministrada por cada docente, os conteúdos a serem ministrados, metodologia, as estratégias de avaliação e modalidade de compartilhamento, conforme os termos da Resolução CONSEA nº. 313, de 03 de julho de 2013, ou outra que venha a regulamentar o tema. Após discussão no NDE, a matéria deverá ser encaminhada para deliberação em reunião do CONDEP.

4.3 Estágios Supervisionados do Curso de Licenciatura em História

Os estágios supervisionados constituem-se como fundamentais da formação profissional. Com carga horária de 400 (quatrocentas) horas, distribuídos nas disciplinas de Estágio Supervisionado do Ensino de História I, II e III e Estágio Supervisionado em Ambientes não-escolares, os Estágios deverão ser desenvolvidos em ambientes autênticos de trabalhos, ou seja, nos espaços onde poderão atuar os futuros licenciados em História. A finalidade do Estágio é permitir a vivência dos licenciando nestes espaços, o que significa a possibilidade de colocar em prática os conhecimentos formativos oriundos do ambiente universitário nos espaços onde poderão atuar após a conclusão da Licenciatura em História.

Neste sentido, as atividades planejadas, desenvolvidas e avaliadas pelos acadêmicos e pelas acadêmicas constituir-se-ão em possibilidades para a elaboração de sínteses significativas, fundamentadas em reflexões e análises construídas ao longo da formação possibilitarão o desenvolvimento de atividades de intervenção na prática educativa e o aprofundamento teórico-prático das experiências de iniciação profissional.

Os objetivos dos Estágios Supervisionados são:

- Dar continuidade ao processo de formação para pesquisa em educação;
- Oportunizar gradual vivência de experiências e de domínio de conhecimentos em contato com o contexto de educação;
- Planejar, executar e avaliar intervenções educativas, orientadas e acompanhadas por professores e professoras do curso superior, que atuam em espaços e instituições escolares e não-escolares;
- Compreender o trabalho profissional do/a professor/a de História e sua importância no processo educativo.

4.3.1 Estágio Supervisionado do Ensino de História I - II – III:Ensino Fundamental e Médio

Os estágios de ensino de História serão desenvolvidos em ambientes escolares e devem ser orientados de maneira a integrar aspectos teóricos e práticos. Terá início pela construção de diagnóstico da instituição escolar e de

seu contexto, gradativa inserção e participação em projetos e ações desenvolvidas pela escola, tanto no âmbito dos processos de ensino, quanto nas dimensões relativas à gestão educacional, formação continuada e/ou aprofundamento teórico na compreensão das realidades vivenciadas.

A partir deste conhecimento e de comum acordo com a escola, os estagiários e estagiárias elaborarão atividades de intervenção que privilegiem à docência da disciplina de História, inicialmente compartilhada com professores/as da área e, ao final do estágio, como atividade de experimentação profissional no trabalho com adolescentes e jovens que estejam cursando os anos finais do ensino fundamental e ensino médio ou em atividades extra sala que atendam os alunos e alunas da escola.

Ao final do estágio os⁄asacadêmicos⁄as deverão elaborar relatório circunstanciado, constituído pela descrição e reflexão/ação sobre as experiências e atividades desenvolvidas. Utilizando instrumentos de pesquisa científica, este estágio também tem por objetivo dar continuidade ao processo de investigação sobre a prática educativa e campos de atuação do⁄a professor/a de história.

Tendo como base as diretrizes da legislação vigente e as orientações do Regimento de Estágio Supervisionado (Anexo III), a carga horária dos Estágios será integralizada entre o 4º e o 6º semestre distribuídos da seguinte forma: Estágio Supervisionado do Ensino de História I (100h), Estágio Supervisionado do Ensino de História II (120 h), Estágio Supervisionado do Ensino de História III (120h).

4.3.2 Estágio Supervisionado em Ambientes Não-Escolares

A partir das investigações teóricas desenvolvidas durante o período de formação aliados as atividades práticas, e por meio de parcerias estabelecidas entre a Universidade e instituições de caráter público e/ou privados, os acadêmicos e acadêmicas deverão realizar observação e pesquisa sobre esses lugares, entidades e/ou instituições e elaborar projetos de acompanhamento e intervenção a partir de alguma dimensão neles observadas, com cuja articulação possa ser estabelecida com o ensino de história. Entre os objetivos do Estágio em Ambientes Não-Escolares,

destacam-se:

- refletir sobre a realidade educacional brasileira, notadamente no que diz respeito à continuidade da disciplina de História no currículo nacional e as transformações de concepção e conteúdo no âmbito desse componente curricular;
- possibilitar a formação do profissional de história em outros espaços, para além da sala de aula, a partir de estudos do meio, entendendo a rua, a cidade, a feira, a praça, o bairro, o sítio, a fazenda, o parque, as aldeias, as edificações urbanas e rurais, as instituições de memória (Arquivos, Centros de Documentação, Memoriais e Bibliotecas), as entidades de classe (Sindicatos e Associações), entre outras, em sua historicidade e portanto, portadoras de historicidade e passíveis de serem problematizadas historicamente;
- pensar a formação do profissional e as transformações de concepção no decorrer no tempo, bem como promover a interação entre ensino, pesquisa e extensão.

A carga horária do Estágio Supervisionado em Ambientes Não-Escolares é de 60 (sessenta) horas e será acompanhado e orientado pelos⁄asprofessores⁄as e coordenadores⁄as de Estágio. Ao final, o acadêmica(a) deverá produzir Relatório que apresente as reflexões/ações referentes as atividades desenvolvidas, conforme consta do Regimento de Estágio Supervisionado (Anexo III).

4.3.3 Os Estágios Extracurriculares

A matriz curricular do curso de História prevê 400 horas de estágio curricular obrigatórias. Tal carga horária, bastante expressiva, tem se mostrado importante para ampliar o contato com a escola, o conhecimento dessa realidade, propiciar a vivência e construir experiências com as atividades de regência. Entrementes, por outro lado, tem se observado também algumas dificuldades, dado o fato de ser uma licenciatura que funciona no turno noturno e os estudantes geralmente trabalham durante o turno diurno, algo que os sobrecarrega bastante.

Dos estágios obrigatórios previstos, um deles tem de ser cumprido em ambiente não escolar, o que tem por motivação provocá-los a pensar e

problematizar o ensino e a presença da história para além do espaço escolar, de forma que possam investigar e tomar a rua, o bairro, a praça, a cidade, o campo, a fábrica, o sindicato, o arquivo, a biblioteca, o museu, entre tantas outras entidades e instituições, também como locais passíveis de se perceber a historicidade de sua construção e portanto, que possibilitam pensar a construção do conhecimento histórico.

Os motivos acima expressos, adensados pelo fato de outras experiências de estágio nunca terem sido demandas ao curso, fizeram com que tais situações não fossem previstas no atual PPC. Assim, após a provocação/recomendação vinda da Pró-Reitoria de Graduação/PROGRAD, por meio da Coordenadoria de Projetos Pedagógicos, a matéria foi levada para apreciação do Núcleo Docente Estruturante/NDE do curso de História, que encaminhou as seguintes ações, as quais forma apreciadas e aprovadas também no âmbito do Conselho do Departamento de História:

Os Estágios Supervisionados Obrigatórios não devem encerrar ou limitar outras experiências possíveis. Assim, além destes, os/as estudantes do curso de História poderão vivenciar outras experiências de estágios extracurriculares;

I. Mesmo não sendo obrigatórios, a possibilidade dos licenciandos em História vivenciarem outras experiências de estágio (extracurriculares) para além daqueles obrigatórios, previstos nos Regimentos dos Estágios Supervisionados, é enriquecedora à formação deles e, portanto, tal previsão deverá ser acrescida ao PPC do curso;

II. Tais experiências, caso venham a ocorrer, serão regulamentadas pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

III. Dada a impossibilidade de prever todos casos, não haverá Regimento Específico para tais experiências, sendo cada uma delas, caso venham a ocorrer, celebradas por meio de Termo de Compromisso específico, o qual deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, conforme diretrizes expressas na Lei nº 11.788, notadamente no artigo 16 do capítulo VI, “Das Disposições Gerais”.

4.4 Matriz Curricular (Semestres, Distribuição dos Componentes Curriculares, Estágios, Créditos e Carga Horária)

Apresenta-se, no quadro abaixo, a periodização da matriz curricular, destacando a carga horária total de cada disciplina, com a respectiva distribuição de créditos práticos, teóricos e de estágios. **Esta nova matriz entrará em vigência a partir das turmas ingressantes de 2018/1.**

1º SEMESTRE					
CÓDIGO	**COMPONENTE CURRICULAR**	**TIPO**	**CRÉDITO T-P-E**	**C/H**	**PRÉ-REQUISITO**
DHR 30050	História Antiga	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30051	Filosofia	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30052	Sociologia	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30053	História da Educação	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30054	Pré-História	OB	3 – 1 – 0	80	-
Total			**15 – 2 – 0**	**340**	

2º SEMESTRE					
CÓDIGO	**COMPONENTE CURRICULAR**	**TIPO**	**CRÉDITO T-P-E**	**C/H**	**PRÉ-REQUISITO**
DHR 30055	Antropologia	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30056	História e Cultura dos Povos Indígenas	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30057	História das Ideias Políticas e do Pensamento Econômico	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30058	História Medieval	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30059	Metodologia científica	OB	3 – 1 – 0	80	-
Total			**15 – 3 – 0**	**360**	

3º SEMESTRE					
CÓDIGO	**COMPONENTE CURRICULAR**	**TIPO**	**CRÉDITO T-P-E**	**C/H**	**PRÉ-REQUISITO**
DHR 30060	História do Brasil I	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30061	História Moderna	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30062	História da América I	OB	3 – 0 – 0	60	-
	Optativa I	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30063	Psicologia da educação	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30064	Língua Bras. De Sinais –Libras	OB	2 – 1 – 0	60	-
Total			**17 – 3– 0**	**400**	

4º SEMESTRE					
CÓDIGO	**COMPONENTE CURRICULAR**	**TIPO**	**CRÉDITO T-P-E**	**C/H**	**PRÉ-REQUISITO**
DHR 30065	História da América II	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30066	Teoria da História I	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30067	Legislação Educacional e Gestão Escolar	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30068	História do Brasil II	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30069	História Contemporânea I	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30070	Estágio Supervisionado do Ensino de História I	OB	0 – 0 – 5	100	-
Total			**15 – 2 – 5**	**440**	

5º SEMESTRE					
CÓDIGO	**COMPONENTE CURRICULAR**	**TIPO**	**CRÉDITO T-P-E**	**C/H**	**PRÉ-REQUISITO**
DHR 30071	História da América III	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30072	Teoria da História II	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30077	História da Amazônia I	OB	3 – 0 – 0	60	-
DHR 30073	História do Brasil III	OB	3 – 1 – 0	80	
DHR 30074	Didática	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30075	Estágio Supervisionado do Ensino de História II	OB	0 – 0 – 6	120	-
Total			**15 – 4 – 6**	**500**	

6º SEMESTRE					
CÓDIGO	**COMPONENTE CURRICULAR**	**TIPO**	**CRÉDITO T-P-E**	**C/H**	**PRÉ-REQUISITO**
DHR 30076	Pesquisa em História	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30080	História da Amazônia II	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30078	História Contemporânea II	OB	3 – 1 – 0	80	-
	Optativa II	OB	3 – 1– 0	80	
DHR 30079	Fundamentos e Práticas do Ensino de História	OB	2 – 1 – 0	60	-
DHR 30081	Estágio Supervisionado do Ensino de História III	OB	0 – 0 – 6	120	-
DHR 30082	Seminário de	OB	0 – 1 – 0	20	-

	Atividades Complementares				
Total			**14 – 6– 6**	**520**	

7º SEMESTRE					
CÓDIGO	**COMPONENTE CURRICULAR**	**TIPO**	**CRÉDITO T-P-E**	**C/H**	**PRÉ-REQUISITO**
DHR 30083	História do Brasil IV	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30084	Teoria da História III	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30085	História da África e das Relações Étnico-Raciais	OB	3 – 1 – 0	80	-
	Optativa III	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30086	História de Rondônia	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30087	Estágio Supervisionado em Ambientes Não-Escolares	OB	0 – 0 – 3	60	-
Total			**15 – 5 – 3**	**460**	

8º SEMESTRE					
CÓDIGO	**COMPONENTE CURRICULAR**	**TIPO**	**CRÉDITO T-P-E**	**C/H**	**PRÉ-REQUISITO**
DHR 30088	História Contemporânea III	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30089	Historiografia Brasileira	OB	3 – 0 – 0	60	-
	Optativa IV	OB	3 – 1 – 0	80	-
DHR 30090	Fundamentos e práticas da Educação Inclusiva	OB	2 – 1 – 0	60	-
DHR 30091	Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	OB	1 – 5 – 0	120	-
DHR 30092	Seminário de Atividades Complementares	OB	0 – 1 – 0	20	-
Total			**12 – 9 – 0**	**420**	

Legenda (Créditos): T= Teóricos; P= Práticos e E= Estágio

SÍNTESE DA CARGA HORÁRIA		
	Total de Horas	Total de Créditos
Carga Horária Teórica	2.360	188
Carga Horária Prática	680	34
Estágios Supervisionados	400	20
Total Parcial	3.440	

Atividades Complementares (AC)	200	20
Carga Horária Total	3.640	182

DISCIPLINAS OPTATIVAS PARA OFERTA		
Disciplina	**Código**	**Carga Horária**
Antropologia Cultural	DHR30093	60h/T, 20/P
Educação Popular	DHR30094	60h/T, 20/P
Tópicos de Cultura Social no Século XX: Relações de Gênero e Construção do Feminino	DHR30095	60h/T, 20/P
Cultura Política e Imprensa no Brasil Republicano	DHR30096	60h/T, 20/P
História, Cinema e Audiovisual	DHR30097	60h/T, 20/P
História, Narrativa e Fontes Literárias	DHR30098	60h/T, 20/P
História Oral	DHR30099	60h/T, 20/P
Memória e Patrimônio Cultural	DHR30100	60h/T, 20/P
História Ambiental	DHR30101	60h/T, 20/P
História Local e Regional	DHR30102	60h/T, 20/P
História Urbana	DHR30103	60h/T, 20/P
História da Arte	DHR30104	60h/T, 20/P
Museologia	DHR30105	60h/T, 20/P
História Agrária	DHR30106	60h/T, 20/P
Introdução a Teoria da Interpretação	DHR30107	60h/T, 20/P
Português Instrumental	DHR30108	60h/T, 20/P
Seminário e Metodologia da História	DHR30109	60h/T, 20/P
História do Oriente	DHR30110	60h/T, 20/P
História e Movimentos Sociais no Brasil	DHR30111	60h/T, 20/P
Educação em Direitos Humanos	DHR30112	60h/T, 20/P
Observação: dentre este rol de disciplinas optativas será deliberado pelo Conselho de Departamento – CONDEP, qual será ofertada nos semestres em que estão previstas. Ao longo da formação, o (a) acadêmico (a) terá de cursar 4 (quatro) disciplinas optativas, conforme estão relacionadas no neste PCC.		

4.4.1 Ementário: Componentes Curriculares Obrigatórios

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Antiga	DHR30050	1º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Compreender a diversidade cultural, política e social dos diversos grupos formadores da civilização humana. A pré-história e a criação da cultura. A civilização egípcia e a crença na vida após a morte. Os sumerianos, as ciências matemáticas e a noção do pecado. Os gregos, a democracia, filosofia e o pensamento racional. Os romanos, a República, o imperialismo e surgimento do cristianismo.

EMENTA
Instituições políticas, sociais, econômicas e manifestações culturais das civilizações orientais e clássicas da Antiguidade.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
A sedentarização e a revolução neolítica; As primeiras civilizações: Mesopotâmia; O Egito antigo; A ocupação da bacia do Mediterrâneo. As migrações indo-europeias; A formação da Itália romana e o desenvolvimento da República.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
GRIMAL, Pierre. **A civilização romana**. Lisboa: Edições 70, 2001.
JONES, Peter (org.). **O mundo de Atenas**. Uma introdução à cultura clássica ateniense. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
LÉVÊQUE, Pierre. **As primeiras civilizações**. Os Impérios do Bronze. Lisboa: Edições 70, 2001. v. I.

Referências Complementares:
CANFORA, Luciano. **O mundo de Atenas.**São Paulo: Cia das Letras, 2015.
FINLEY, Moses. **A política no mundo antigo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
LEAKEY, Richard L.; LEWIN, Roger. *O* **povo do lago**. O homem: suas origens, natureza e futuro. Brasília: UnB, 1996.
LÉVÊQUE, Pierre. **As primeiras civilizações**. A Mesopotâmia/Os hititas. Lisboa: Edições 70, 2000. v. II.
ROULAND, Norbert. **Roma, democracia impossível?** Os agentes do poder na urbe romana. Brasília, UnB, 1997.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Filosofia	DHR30051	1º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Capacitar o diálogo entre pensamento lógico, abstrato e reflexivo. Possibilitar a compreensão da relação entre história e filosofia.

EMENTA
Compreender o pensamento filosófico na Grécia, sua relação com a metafísica ontológica, poética, retórica e transcendência. As *escolas* filosóficas: os cínicos, os estóicos e os sofistas. O método da contradição em Sócrates, o Silogismo de Aristóteles e a dialética em Platão. A filosofia grega e a história da filosofia medieval e moderna.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Os gregos e a filosofia; As *escolas* filosóficas na Grécia; Os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles; A filosofia grega no medievo e no mundo moderno.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
BERGSON, H. **Cursos sobre a filosofia grega**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **O que é a filosofia?**Rio de. Janeiro: Ed. 34, 1992.
GHIRALDELLI JR, P. **História da filosofia**. São Paulo: Contexto, 2008

Referências Complementares:
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
GILES, Thomas Ransom. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora E.P.U, 1984.
JAPIASSU, Hilton. **As paixões da ciência: estudos de história das ciências**. São Paulo: Letras e Letras, 1991.
GARCIA, F. Luiz. **Introdução crítica ao conhecimento**. Campinas-SP: Papirus, 1988.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017..

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Sociologia	DHR30052	1º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Conhecer e conceituar os componentes básicos da Sociologia como ciência, identificando seus caracteres distintivos no contexto das demais ciências; Conhecer, teórica e concretamente, a sociedade como um fenômeno social global e identificar suas partes estruturais; Analisar, interpretar e criticar os fenômenos de mudanças, de organização e de desorganização sociais.

EMENTA
Estudar a construção do conhecimento sociológico. Os clássicos da sociologia. Objeto de estudo e métodos em sociologia. As grandes correntes da sociologia. As instituições sociais. A sociologia contemporânea.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
A construção do pensamento sociológico; Clássicos da sociologia; Vertentes: sociologia da ordem e sociologia crítica da ordem; Instituições sociais: conceituação; Apontamentos sobre a sociologia contemporânea.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max (Org.). **Temas básicos da sociologia.** São Paulo: Cultrix, 1978.
BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a sociologia?** Dialógos com Michael HviidJacobsen e Keith Tester. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
CANDIDO, Antonio. **A sociologia no Brasil [1959]**. Tempo Social, v. 18, n. 1, pp. 271-301, jun. 2006.

Referências Complementares:
ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
COHN, Gabriel (Org.). Theodor W. Adorno. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1994.
DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: abril, 1973.
FLORESTAN Fernandes. **Elementos de sociologiateórica**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
HARNECKER, Marta**. Para compreender a sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História da Educação	DHR30053	1º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Contribuir na formação de um professor/a com visão crítica da educação constituída por meio da análise do processo histórico, visto na sua dimensão dinâmica e transformadora e na compreensão dos fenômenos educacionais brasileiros em suas relações com os contextos sociais, econômicos e políticos em que se encontram inseridos.

EMENTA
As relações com história e com a educação nos aspectos políticos, econômicos, sociais e ideológicos. As teorias pedagógicas e a organização da educação. História da educação no Brasil. Tendências e perspectivas da educação contemporânea. Perspectivas educacionais na sociedade globalizada.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Educação antiga e medieval; Educação Moderna e Contemporânea; Educação Brasileira: reflexões sobre experiências da Colônia, Império e Republica; Educação brasileira, caminhos e desafios contemporâneos.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

GHIRALDELLI, Paulo, Jr. **História da Educação.** São Paulo: Cortez, 2004.
MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação na antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez, 1997.
PESOVENTO, Adriane; SÁ, Nicanor Palhares; SILVA, Sandra Jorge da.**História da Educação Indígena e Colonialidade**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

Referências Complementares:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Como Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo, UNESP, 1999.
GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2003.
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira** - A Organização Escolar. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Pré-História	DHR30054	1º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Apresentar o estado atual dos conhecimentos sobre a pré-história das populações humanas que moravam no país, a complexidade d a diversidade étnica, cultural e social, para construir um esquema sobre a possível distribuição das populações pré-históricas no Brasil, localizando-as no espaço e no tempo, dentro das limitações dos dados conhecidos, tendo como eixo do estudo as pesquisas arqueológicas mais significativas.

EMENTA
Visão geral do desenvolvimento do estudo da pré-história. Conceitos teórico-metodológicos fundamentais para a compreensão de como são obtidos, analisados e interpretados os dados, a fim de construir uma visão do passado. Desenvolvimento sócio-cultural das populações humanas no território brasileiro. Etapas culturais mais antigas. Cultura do homem do sambaqui. As populações pré-cerâmicas. Caçadores e coletores. Povos indígenas do Brasil: Classificação etnográfica. Pré-história amazônica.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Histórico do conceito de pré-história no pensamento ocidental; As populações pré-cabralinas; Povos indígenas, políticas indigenistas e a construção da nação; As populações indígenas e a ideia de Cultura Brasileira; Regiões Culturais do Brasil; A pré-história amazônica.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
FAUSTO, Carlos. **Os Índios Antes do Brasil.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **A Pré-História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.
GUARINELO, Norberto L. **Os Primeiros Habitantes do Brasil.** São Paulo, Atual Editora, 1994.

Referências Complementares:
LAHR, Marta M. e NEVES, Walter (Org.). Dossiê Surgimento do Homem na América. **Revista da USP.** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo,1997.
LEROI-GOURHAN, André. **Pré-História**. São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1981.
PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: Editora UNB, 1991.
SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Caçadores e Coletores da Pré-História do Brasil.** São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/EDUNISINOS, 1984.
TENÓRIO, Maria Cristina (Org.) **Pré-História da Terra Brasilis.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Antropologia	DHR30055	2º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Investigar o ser humano como um todo - ser biológico, ser cultural e ser social preocupando-se em revelar os fatos da natureza e da cultura na busca da compreensão da sua existência através das suas manifestações culturais, comportamentos e vida social.

EMENTA
Teorias Antropológicas Clássicas. Antropologia política. Antropologia Simbólica. Antropologia da Religião. Relações de Gênero e da Sexualidade. Antropologia do corpo, da saúde e da doença. Memória e Identidades Étnicas. Etnologia Indígena.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Teoria Antropológica Clássica; Antropologia política; Antropologia Simbólica; Antropologia da Religião; Antropologia das Relações de Gênero e da Sexualidade; Antropologia do corpo, da saúde e da doença; Memória e Identidades Étnicas; Etnologia Indígena (Etnologia, Indigenismo e o Imaginário Colonial)

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1997.
VELHO, Gilberto. **Antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

Referências Complementares:
LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**, São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1976.
LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974.
VIERTLER, Renate Brigitte. **Ecologia cultural**: uma Antropologia da mudança. São Paulo: Ática,1988.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância de Alma Selvagem**.São Paulo: Cosac &Naify, 2002.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História e Cultura dos Povos Indígenas	DHR30056	2º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Apresentar a trajetória histórica de populações indígenas que habitaram e habitam o território brasileiro. Debater a respeito da ideia de "índio genérico" e de noções e conceitos que tendem a naturalizar, no tempo e no espaço, diversidade étnica e cultural das populações indígenas. Investigar como noções de "modernidade", "progresso" e "civilização" construíram alteridades negativas ás populações indígenas, cujas formas de organização expressão outros valores/concepções. Problematizar as cosmogonias indígenas e o tratamento geralmente dado a elas pela historiografia ocidental, ao trata-las como "lendas" ou "mitos". Compreender políticas que buscam assegurar a cidadania indígena como respeito e direito à existência, numa sociedade multiétnica.

EMENTA
Etnocentrismo e modelos civilizatórios: modernidade, progresso e a construção da alteridade das populações indígenas. Reflexões sobre a trajetória de formação histórica dos povos indígenas no Brasil, em diversas especialidades e temporalidades. A diversidade das expressões culturais das populações indígenas, delineadas através das tradições linguísticas (tradição oral e pictórica), religiosas, dos símbolos, das artes e das literaturas.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Eurocentrismo, etnocentrismo e narrativa histórica; Colonização, Políticas Indigenistas e luta pela cidadania entre populações indígenas no Brasil; História indígena e política indigenista na colônia, no império e na república; A Lei nº 11.645 e o ensino de História e cultura indígena: abordagens e possibilidades práticas e investigativas; Cidadania indígena, políticas de inclusão e desafios contemporâneos à democracia brasileira; Povos Indígenas de Rondônia

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
CUNHA, M. Carneiro da (org). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro:**o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.
MONTEIRO, John M. **Negros da terra**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Referências Complementares:
CERTEAU, Michel de. **A Cultura Plural.** Campinas SP, Papiros, 2012.
HAUBERT, M. **Índios e jesuítas no tempo das Missões.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. RJ: Civilização brasileira, 1970.
WOLF, Eric R**. Etnicidade e Nacionalidade**. São Paulo: EDUNB/ Ed. Unicamp, 2003.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História das Ideias Políticas e do Pensamento Econômico	DHR30050	2º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Estudar o desenvolvimento do pensamento econômico e político, partindo do contexto da antiguidade clássica e da idade média à emergência do pensamento econômico europeu, para compreender a estrutura sócio-política do Estado Moderno, as formas de governo e os Modos de Produção na contemporaneidade.

EMENTA
Contexto pré-científico. Idade Média. Poder. Estado Moderno. A emergência do pensamento econômico europeu. Economia e Política na contemporaneidade.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Contribuição de Platão e Aristóteles. O pensamento de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Contribuição de Maquiavel. A Revolução Industrial. A Revolução Francesa. O Iluminismo. O pensamento Marxista: origem e atualidade. Ciência Política e relações de poder: principais teorias e interpretações. Sociedade e Estado. Poder e sistemas políticos: categorias, relações e teses sobre o problema do poder. Modelos de Estado. As teorias das formas de governo: evolução e classificação. Os sistemas políticos: absolutismo, liberalismo, socialismo. O mercantilismo: pensamento e prática. A fisiocracia e as origens do liberalismo econômico. Teorias do Valor e conceitos de valor. Processo de produção do capitalismo, circulação e reprodução do capital. Valor de troca, dinheiro e capital. O processo de reprodução. A transformação de valor em preço. As leis de movimento de capitalismo. Economia no socialismo. A ideia de Subdesenvolvimento e Desenvolvimento. Estado de Bem estar Social. Globalização.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
CHÂTELET, F. **História da Ideias Políticas.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 19

Referências Complementares:
HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital**. 15 ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 2012.
HUBERMAM, Leo. **História da Riqueza do Homem.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.
HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. Petrópolis, VOZES, 1977
MARX, K. O **Capital: crítica da economia política.**v. 1. 2ª ed. São Paulo: Nova

Cultural, 1985.
PLATÃO, **A República**. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Medieval	DHR30058	2º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Compreender as grandes linhas do pensamento da cultura ocidental:
A Antiguidade Tardia. A influência germânica. O feudalismo e o modo de produção feudal. Os avanços tecnológicos/ A vida cultural/ A religião. O advento dos árabes na história/Uma longa Idade Média

EMENTA
Estudar as instituições políticas, sociais, econômicas e manifestações culturais da Idade Média ocidental e oriental.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
A Antiguidade Tardia. A influência germânica. O feudalismo e o modo de produção feudal. Os avanços tecnológicos. A vida cultural. A religião. O advento dos árabes na história. Uma longa Idade Média.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
FINLEY, Moses. Amos e escravos. In: **A economia antiga**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1986.
HOURANI, Albert Habib. **Uma história dos povos árabes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 2 V.

Referências Complementares:
BASCHET, Jérôme. **A civilização medieval**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.
ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
FOURQUIN, Guy. **História econômica do ocidente medieval.** Lisboa: Edições 70, 2000.
RIBEIRO, Daniel Valle. **Igreja e Estado na Idade Média:** relação de poder**.** Belo Horizonte: Atual Editora, 1998.
VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental**. Séculos VIII-XIII. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Metodologia Científica	DHR30059	2º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Abordar os conceitos, princípios e processos fundamentais do conhecimento científico bem como, as regras, as normas técnicas de apresentação de trabalho científico e os processos e fases de investigação científica aplicados aosestudos de história.

EMENTA
Metodologia científica na sua multiplicidade técnica, formal e estética. Resenha, fichamento e esquema para a leitura de textos. Da identificação de conceitos, enunciados, palavras-chave e palavras-ideias. A constituição de proposição, parágrafos, produção de enredo e desenvolvimento de argumentação na produção de texto.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Elementos formais, técnicos e estéticos da metodologia científica; O ato da leitura; O enunciado, os conceitos; Ler por fichamento, resenha e esquema; Identificação de palavras-chave e palavras-ideias; O ato da escrita; A proposição; Sujeito e predicação; Produção de enredo e argumentação.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2006.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: **a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2003.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

Referências Complementares:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000.
CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Construindo o saber**: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 14ª ed. Campinas: Papirus, 2003.
CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
ISKANDAR, Jamil I. **Normas da ABNT.** Curitiba: Juruá, 2005.
SANTOS, A. R. **Metodologia Científica –** A construção do conhecimento. Rio de Janeiro; DP&A, 2002.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História do Brasil I	DHR30060	3º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Compreender o período colonial brasileiro buscando relacionar as discussões historiográficas que contemplam vários aspectos da vida sócio-econômica-cultural da colônia, partindo da análise da sociedade escravista colonial, para abordar de maneira sistemática a dinâmica social e política dos séculos XVI e XVII e os sujeitos sociais do período: Estado português, igreja, indígenas e negros.

EMENTA
Abordagens historiográficas sobre a ocupação portuguesa no Brasil. As estruturas da colonização: sistema Colonial e as estruturas de poder. Sociedade, religião, cultura e Ideologia. O escravismo colonial. Expansão da ocupação portuguesa e economia colonial. Sociedade e resistências à ordem colonial.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Abordagens historiográficas sobre a ocupação portuguesa no Brasil; Os avanços e as diversidades regionais na ocupação; Administração e economia; Sociedade e Resistências à ordem colonial; resistência indígena, resistência negra e a formação dos quilombos; Revoltas populares no período colonial

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000
FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1985.

Referências Complementares:

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** Rio de Janeiro: Globo, 1987.
FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: as Origens da Família Patriarcal Brasileira**. Rio de Janeiro. José Olympio, 1987.
REIS, João José, e Flávio dos Santos GOMES (orgs.) **Liberdade por um fio: história dos quilombolas no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. SP: Cia. das Letras, 1995.
VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1989.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Moderna	DHR30061	3º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Analisar as transformações e os diversos ritmos econômicas, sociais, políticas e culturais que envolvem as sociedades europeias no período moderno. Analisar os movimentos religiosos – Reforma e Contrarreforma e os movimentos intelectuais e artísticos surgidos na Europa Ocidental Moderna: Renascimento e Iluminismo.

EMENTA
A transição do feudalismo ao capitalismo: transformações econômicas e sociais entre os séculos XIV e XV. As grandes navegações e mercantilismo. Reforma e Contrarreforma. Renascimento cultural e Iluminismo.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
A Passagem do Feudalismo para o Capitalismo; Expansão marítima, mercantilismo e colonialismo; O Iluminismo e o Renascimento; Reformas Religiosas; Sociedade de Cortes, Estado Absolutista e o lugar do indivíduo; Racionalismo e emergência do Pensamento científico.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
CASSIER, Ernest. **A filosofia do iluminismo.** Trad. Álvaro Cabral.Campinas – SP: Ed. Unicamp, 1992.
DELUMEAU, Jacques. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Impressão Universitária, Ed. Estampa, 1984. 2 v.
ELIAS, Nobert. **O processo civilizador:** Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Referências Complementares:
DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.
HELLER, Agnes. **O Homem do Renascimento**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
LEFEBVRE, Georges. **O grande medo**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História da América I	DHR30062	3º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Analisar as características principais das sociedades pré-colombianas e sua diversidade, os processos de encontro e dominação europeia sobre estas populações e os principais aspectos das sociedades geradas ao longo dos séculos XVI e XVII, para melhor compreender as relações culturais, políticas e econômicas do período.

EMENTA
Estudar as sociedades ditas pré-colombianas, os contatos, interações e violências físicas e simbólicas comuns ao processo de chegada dos europeus ao que depois seria denominado América; bem como o processo colonização e territorialização desta espacialidade.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Sociedades na América pré-colombiana; A Expansão marítima europeia; A "conquista" da América no contexto do expansionismo europeu; Encontros e desencontros na "descoberta do outro"; Iluminismo, universalismo e contradições do domínio europeu no "Novo Mundo"; Escravidão e formas de trabalho compulsório. O domínio hispânico e a autonomia das colônias do Norte. As lutas anticolonialistas. Crise do Antigo Sistema Colonial.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina.** vol. I e II. São Paulo: Edusp, 1998.
RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
TODOROV, Tzvetan**. A conquista da América: A questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Referências Complementares:
GRUZINSKI, Serge. **O pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
LEON-PORTILLA, Miguel. **A Conquista da América Vista pelos Índios.** Petrópolis: Vozes, 2001.
O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América.** São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. São Paulo: Atual, 1995.
PINSKY, Jaime. (org.). **História da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 1994.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Psicologia da Educação	DHR30063	2º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Propiciar o conhecimento dos fenômenos que compõem e influenciam o processo de aprendizagem e do desenvolvimento humano, a distinção das diferentes teorias que fundamentam o processo de aprendizagem e do desenvolvimento, permitindo a reflexão sobre o relacionamento entre aprendizagem e desenvolvimento como componentes de um estudo global do ser humano em situação educativa.

EMENTA

Estudar as concepções teóricas que tratam os processos de desenvolvimento, ensino e aprendizagem e suas relações com a formação docente.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Psicologias da Aprendizagem: conceituação, objetivos e métodos; Entender como os princípios psicológicos relacionam-se com a educação e o processo de ensino-aprendizagem; Compreender a importância da psicologia da educação na formação docente.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CARRARA, K. (org.) **Introdução à Psicologia da Educação**: seis abordagens. São Paulo: AVERCAMP, 2004.
GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação**: fundamentos teóricos aplicações à prática pedagógica. Vozes. 2009.
FONTANA, Roseli, CRUZ, Maria Nazaré. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual. 1997.

Referências Complementares:

FERREIRO, Emília: **Atualidade de Jean Piaget**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
FREIRE, Paulo. **Educação "bancária" e educação libertadora**. In: PATTO, Maria Helena Souza. Introdução à Psicologia Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
FREITAS, M. T. de A. **Vygotsky & Bakhtin** – Psicologia e Educação: um intertexto. São Paulo, Ática, 1994.
GOLDER, M. (Org.) **Leontiev e a psicologia histórico-cultural**: Um homem em seu tempo. São Paulo: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Atividade Pedagógica: Xamã, 2004.
MACHADO, A . M. e SOUZA, M.P. R. (orgs.) **Psicologia Escolar**: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Língua Brasileira de Sinais – Libras	DHR30064	3º Semestre	**CT**	**CP**
			40	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Proporcionar subsídios teóricos e práticos que fundamente a atividade Docente na área do surdo e da surdez e compreender as transformações educacionais, considerando os princípios sócio-antropológicos e as novas perspectivas da educação relacionadas à comunidade surda. Conscientizar os futuros profissionais da docência sobre a importância do acolhimento aos alunos com deficiência auditiva, nas relações pedagógicas, aliando teoria e prática. Analisar crítica e reflexivamente as metodologias e as mudanças que estão ocorrendo nas instituições e na sociedade a partir da inclusão; capacitar os futuros profissionais para estabelecer comunicação básica, através da língua de Sinais – LIBRAS.

EMENTA
Aspectos da Linguagem de Sinais e sua importância: cultura e história. Identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da Língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a Língua Portuguesa.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Conceituação de Língua de Sinais; O que é cultura e comunidade surda?; Surdo quem é ele? O que é surdez?; Amparo legal da educação inclusiva; Textos e contextos da educação inclusiva;
Noções de Linguística aplicada a LIBRA; Exercícios práticos (sinais).

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
BRASIL MEC/SEESP. **Educação Especial** - Língua Brasileira de Sinais (Série Atualidades Pedagógicas). Caderno 3. Brasília/DF. 1997.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto no 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002.
QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos:** A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre/RS. Artes Médicas. 1997.

Referências Complementares:
CULLER, J. **Introdução à Teoria Literária**. São Paulo: Beca Edições, 1999.
GÓES, M. C. R. de (Org.). **Surdez**: Processo Educativos e Subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000. p. 51-84.
PEREIRA, M. C. P.; RUSSO, A. **Tradução e Interpretação de Língua de Sinais:** técnicas e dinâmicas para cursos. São Paulo: Cultura Surda, 2008.
QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira:** Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História da América II	DHR30065	4º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Compreender o processo de formação dos estados americanos. Entender a relação entre política, cultura e dominação na América Latina. Investigar os processos revolucionários e a construção da democracia no continente americano. Problematizar a história da América e sua relação com a história ensinada.

EMENTA
Historiografia relativa à temática em estudo. A América no âmbito do capitalismo internacional no século XIX: liberalismo e reelaboração das relações de trabalho. Caudilhismo e Militarismo. Imperialismo e relações internacionais. Ideologia e projetos de emancipação. Cultura e Sociedade.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
América independente: conceito e abordagens teóricas; Historiografia dos processos de independência; Formação e desenvolvimento dos Estados Nacionais; Os golpes de Estado e a instalação de ditaduras civil-militares; A política externa dos Estados Unidos na e para a América Latina; Políticas indigenistas na América Latina; Imperialismo e teoria da dependência econômica.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
BETHELL, L.(org.) **História da América Latina*: da independência até 1870***. S. Paulo: EDUSP, 2001.
COSTA, EmiliaViotti, da Costa. **Coroas de Glória, lágrimas de sangue***:* a rebelião dos escravos de Demerara em 1825. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Referências Complementares:

BAÉZ, Fernando. **História da destruição cultural da América Latina***:* da conquista a globalização.Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2010.
IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, Mar 1988, vol.2, no.1, p.5-40.
PINSKI, Jaime [et. al.]. **História da América através de textos**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
SCHOULTZ, Larz. **Estados Unidos, poder e submissão**: uma história da política norte americana em relação à América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
ORO, Ari Pedro e URETA, Marcela. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. **Horizontes Antropológicos**. [online]. 2007, vol.13, n.27, pp. 281-310.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Teoria da História I	DHR30066	4º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Situar a História no contexto epistemológico e filosófico, delimitando o lugar do historiaodr, seus problemas teóricos e metodológicos que influenciam o desenvolvimento da história como ciência identificando as principais tendências da produção historiográfica.

EMENTA
Constituição da história ciência, seus diálogos com a filosofia e epistemologia. Concepções de cientificidade da história na Alemanha, França e Inglaterra no contexto do séc. XIX. A relação entre história e as filosofias da história do séc. XVII a XIX.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
A cientificidade da história; As filosofias especulativas e analíticas da história; Poética, retórica e lógica na história; Metafísica transcendetal, ontológica e dialética na história; *Historismus*, Escola Metódica, Positivismo e Marxismo.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
COHEN, G.A. **A Teoria da História de Karl Marx**: uma defesa. Campinas: Unicamp, 2016.
RÜSEN, J. **Teoria da História**: uma teoria da histórica como ciência. Curitiba: UFPR, 2015.
FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004.

Referências Complementares:
ARAÚJO, V.L. **A Dinâmica do Historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: ARGVMENTVM, 2008.
BOURDÉ, G. e MARTIN, H. **As escolas históricas**. Portugal: Europa-América, 2012.
CHLADENIUS, J.M. **Princípios Gerais da Ciência da História**. Campinas, SP: Unicamp, 2013.
FALCON, F.J.C. **Estudos de Teoria da História e Historiografia I:** teoria da história. São Paulo: HUCITEC, 2011.
MALERBA, J (org.) **Lições de História**. Porto Alegre: FGV: Edipurcs, 2013..

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Legislação Educacional e Gestão Escolar	DHR30067	4º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Compreender a importância da legislação educacional no Brasil, no contexto dos programas e políticas sociais e possibilitar a aquisição de referenciais teóricos e práticos indispensáveis ao exercício de gestor escolar no sentido de construir um referencial para uma escola democrática.

EMENTA
Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil. Organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais; políticas educacionais e legislação de ensino; estrutura e funcionamento da educação básica e do ensino superior; Descentralização e autonomia. Estrutura e funcionamento organizacional e curricular. A administração da educação e da escola e a formação dos elementos profissionais da educação. Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. Gestão e Coordenação do Trabalho Pedagógico no Ensino Fundamental.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

A cultura social da escola e a educação Pública no Brasil; Organização do sistema de ensino: abordagem histórica; A Estrutura do sistema de Ensino: Federal, Estadual e Municipal; Relações entre sistema de ensino e outros sistemas sociais; Organização Administrativa, Pedagógica e Curricular dos Sistemas de Ensino; Níveis e Modalidades de Educação e de Ensino; Políticas Educacionais: aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos com base na legislação; Políticas públicas para a Educação Básica na Atualidade; Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos; A função administrativa da unidade escolar e do gestor: contextualização teórica e tendências atuais; A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do administrador escolar: o projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola; Gestão democrática da escola; Política e Gestão da Educação: os sistemas educacionais e modelos organizativos de escola.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**.1988. (Disponível online)
BRASIL. L.D.B – **Lei de diretrizes e Bases: n° 9394/96.** 1996. (Disponível online)
COSTA, Vera Lúcia Cabral. **Gestão Educacional e Descentralização**: Novos Padrões. São Paulo: Cortez: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1997.

Referências Complementares:
COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. **Do autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa**: história e gestão educacional. Campinas, SP: Autores associados, São Paulo, SP: ENAPE, 2003.
GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (Orgs). **Autonomia da escola** – Princípios e proposições. São

Paulo: Cortez, 1997.
MOREIRA, Carmen Tereza Velanga; COLARES, Maria Lília I.S. (Org.); BRASILEIRO, T. S. A. (Org.); COLARES, Anselmo A. (Org.). **Gestão Educacional e Escolar**: Desafios e possibilidades na Contemporaneidade. São Carlos/Porto Velho: Pedro&João/EDUFRO, 2009.
PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1998.
SANTOS, Clóvis Ribeiro dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração elegislação.** São Paulo, Pioneira 1998.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História do Brasil II	DHR30068	4º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Estudar a sociedade brasileira pós-independência, enfatizando a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, através da análise de documentos e da revisão crítica da historiografia sobre o período monárquico.

EMENTA
Estudo do processo de independência do Brasil. A construção do Estado Nacional e a sociedade brasileira durante o século XIX. As rebeliões no Brasil Império. O declínio do escravismo. A prática liberal e a constituição do mercado de mão-de-obra livre. Instituições, Ideologia e Trabalho. Imperialismo e relações internacionais.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Antecedentes: o Brasil no comércio mundial e a crise dos monopólios e os portos livres;Mudanças nas relações coloniais; A Independência: o pacto entre as elites proprietárias com a monarquia; O primeiro reinado: a administração de Dom Pedro I; O período regencial: as regências Una e Trina; O segundo reinado: a administração de Dom Pedro II; Lei de Terras; Abolição do tráfico internacional de escravos; Primeiras experiências de trabalho livre; A Guerra do Paraguai; Formação do mercado de trabalho livre no Brasil; A política emancipacionista e a permanência dos interesses das elites escravocratas; Política oficial de imigração e Projetos para a sistematização de uma política imigratória; Crise e fim do Império.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro. *Campus*, 1980.
COSTA, Emília Viottida.**Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, vol. I (1808-1831)**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2009.

Referências Complementares:
CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas na escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, vol.II (1831-1870).** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2009.
GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, vol.III (1870-1889).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema:** a formação do Estado imperial. São Paulo: HUCITEC,

2004.
SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo, Ed. Cia das Letras, 1989.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Contemporânea I	30069	4º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Analisar as relações entre o Estado e a Sociedade entre o final do século XVIII e o século XIX, privilegiando o estudo de diferentes abordagens historiográficas, para compreender as transformações das relações socioeconômicas e políticas do período.

EMENTA
A crise socioeconômica do antigo regime e a Revolução Francesa: contextualização e estudo dos desdobramentos. Revolução industrial e surgimento da classe operária. Liberalismo, Anarquismo, Socialismo e Comunismo. Os processos de unificação na Europa: Alemanha e Itália. Novo tipo de revolução: Comuna de Paris e organização do internacionalismo proletário. Desenvolvimento do capitalismo e a contradição nação/imperialismo.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

A Revolução Francesa: possibilidades de abordagem historiográfica; Revolução industrial e condição operária; Liberalismo, Anarquismo, Socialismo e Comunismo; A Comuna de Paris e as novas formas de revolução; Processo de unificação na Europa: Alemanha e Itália; Desenvolvimento do capitalismo e a contradição o conceito de nação;

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
HOBSBAWM. Eric. **A era das revoluções**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
PERROT. M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. RJ: Paz e Terra, 1988.
THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Referências Complementares:
BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo:
HOBSBAWM. Eric. **A era do capital 1848-1875**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
HOBSBAWM. Eric. **Nações e Nacionalismo**. Desde 1780. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.
MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Lisboa: Avante, 1984.
THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História da América III	DHR30071	5º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Estudar o desenvolvimento das nações latino-americanas e o processo de intervenção do imperialismo para melhor compreender os processos de revoluções e contrarrevoluções, o populismo e a instalação de ditaduras militares no continente associados ao subdesenvolvimento dos países da região

EMENTA
Historiografia relativa à temática em estudo. Imperialismo e relações internacionais. A doutrina Monroe e o "Big Stick". Revoluções e contrarrevoluções na América Latina. Populismo e Ditaduras Militares. Desenvolvimento e dependência. Cultura e Sociedade.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

América Latina no século XX; Revoluções e contra-revoluções; O populismo e Ditaduras Militares; Estado, Sociedade e Neoliberalismo; Produção intelectual e os estudos culturais

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. **A sociedade global: educação, mercado e democracia.** Blumenau: FURB, 1999.
HALPERIN DONGHI, Túlio. **História da América Latina.**Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina.** São Paulo: Ática, 1989.

Referências Complementares:

COGGIOLA, Osvaldo. **América Latina:** encruzilhadas da História Contemporânea. São Paulo: Xamã, 2003.
CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.
FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
GONZALEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina: história de meio século**. Brasília: Ed. Unb, 1986.
IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Teoria da História II	DHR30072	5º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Discutir as possibilidades metodológicas da história a partir do séc. XIX, da relação entre história ciência, cultural e literária.

EMENTA
As metodologias da história, a relação com os documentos e suas finalidades perspectivantes. Escrever a história com documentos. As mudanças de orientações com os *Annales*. As relações com fontes orais, imagéticas, indiciárias e literárias.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

A noção de documento na história e sua validade; O documento e a prova histórica; Os critérios de verificação documental, sua pertinência; O problema do método ou da metodização na história; Perspectiva hermenêutica, analítica e dialética; Princípios antropológicos; Etnologia e etnografia; Semiologia; Gêneros literários e estética; Retórica e prova.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

AROSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**: Teoria e Método. Bauru: EDUSC, 2006.
BARROS, J.D'A. **A Expansão da História.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
RÜSEN, J. **A Reconstrução do Passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UnB, 2007.

Referências Complementares:

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2008.
CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, nº 35, 2007. (Disponível online)
PROST, A. Doze Lições Sobre a História. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.
THOMPSON, E.P. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, nº 14, 1997. (Disponível online).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História da Amazônia I	DHR30077	5º Semestre	**CT**	**CP**
			60	--
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Conhecer a construção historiográfica da Amazônia, partindo dos relatos dos séculos XVI a XIX, para compreender o processo de ocupação territorial do período, a economia colonial e os conflitos com as populações nativas.

EMENTA
A construção da Amazônia: a ideia do "paraíso terrestre" e o discurso fundador. Relatos de viajantes dos séculos XVI ao XIX. O mito do eldorado. Os deslocamentos populacionais e a questão indígena. Ocupação do espaço amazônico até o século XIX. A economia colonial amazônica e os conflitos de interesses. A crise do sistema colonial e o impacto sobre a Amazônia.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

A construção historiográfica da Amazônia; Relatos dos viajantes dos séculos XVI ao XIX; O mito do Eldorado e das Amazonas; A ocupação e colonização da Amazônia; A escravização indígena e missões jesuíticas; A conformação da fronteira amazônica colonial e a estratégia militar portuguesa; A economia colonial amazônica e os conflitos de interesses; Ciclos econômicos: a mineração e a pecuária; A resistência indígena; A resistência negra e a formação dos quilombos; A cabanagem; A crise do sistema colonial e o impacto sobre a Amazônia; Do abandono da região ao primeiro ciclo da borracha.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia** – Formação Social e Cultura. Manaus: Editora Valer /. Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
SOUZA, Márcio **Breve história da Amazônia**.

Referências Complementares:
BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: a guerra na floresta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
CUNHA, Euclides. **Um Paraíso Perdido**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem pelo rio Amazonas 1735-1745.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
SMITH, Anthony. **Os conquistadores do Amazonas**: Quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo**.** São Paulo: Best Seller, 1990.
TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História do Brasil III	DHR30073	5º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Analisar aspectos constitutivos da sociedade brasileira desde a Proclamação da República até a primeira metade do século XX, com o objetivo de compreender elementos da cultura política brasileira, redimensionada a partir da República; das relações sociais forjadas no processo de intensificação da urbanização do país, tais como as lutas operárias e a busca de direitos por parte de grupos marginalizados; bem como o papel da intelectualidade e das camadas médias, neste período.

EMENTA

Estudo da sociedade brasileira da passagem do século XIX até o segundo quartel do século XX, com ênfase em nos aspectos socioeconômicos e políticos que perpassam este recorte temporal.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

As origens intelectuais e políticas dos projetos republicanos; A dinâmica político-institucional nas primeiras décadas republicanas; Lutas sociais no campo e na cidade; Transformações urbanas e artes no contexto da sociedade brasileira; O processo de radicalização política nos anos 1930 e o Estado-Novo; O fim da Era Vargas e a redemocratização do Brasil.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CARVALHO, José Murilo de. **Bestializados:**o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
COSTA, Emília Viottida.**Da monarquia à república:** momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
GOMES, Ângela de Castro. **Olhando para dentro 1930-1964.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. (Col. História do Brasil Nação 1808-2010, v. 4).

Referências Complementares:

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
FAUSTO, Boris. (org.). **O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1982/84.
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.).**O tempo do liberalismo excludente.** Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
VISCARDI, Cláudia. **O teatro das Oligarquias:**uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Didática	DHR30074	5º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Discutir as competências, habilidades e conhecimentos que os acadêmicos precisam desenvolver durante a formação para a docência. Fornecer bases teórico-metodológicas que possibilitem ao futuro professor de História o acesso a elementos necessários à prática docente. Analisar o papel dos materiais didáticos e das tecnologias no ensino e aprendizagem em História. Trabalhar a relação entre pesquisa histórica e a prática de ensino em História.

EMENTA

Organização do trabalho pedagógico no cotidiano escolar. Análise crítica dos processos de ensino e de aprendizagem. Elementos fundamentais e estruturantes da prática docente em História. Teria e metodologia, pesquisa e ensino de História: aproximações e deslocamentos entre o saber histórico acadêmico e os saberes escolares. Seleção de conteúdos, organização e elaboração/construção de materiais didáticos para o ensino de História no Ensino Fundamental.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

A sala de aula no processo educativo: Planejamento/Proposta Pedagógica e Projeto Pedagógico; Seleção ordenação, descrição e delimitação de objetivos, conteúdos, métodos de aprendizagem e avaliação; Diretrizes e orientações curriculares, Pesquisas em Ensino de História e prática docente; Definição e atuação de campo: diálogos entre a didática pedagógica e didática da História; Teoria e metodologia da História e ensino de História; Conhecimento histórico acadêmico e saberes históricos escolares: diálogos possíveis; Professor/pesquisador: crítica, estratégias de ensino e produção de materiais didáticos.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. **Revista de História**, p.131 - 152, 2009. (Acesso online)

FREITAS, Itamar. **Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História** (Anos iniciais). São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O Direito ao Passado:**uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: Editora UFS, 2011.

Referências Complementares:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo, Contexto. 1997.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais**: História. Brasília: MEC/SEF, 1998. (Disponível online)

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos temas transversais; Ética; Meio Ambiente; Orientação Sexual; Trabalho e Consumo; e Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF, 1998. (Disponíveis online)
FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & Ensino de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
FREITAS, Itamar. **Didáticas da História**. Natal: EDUFRN, 2015.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Pesquisa em História	DHR30076	6º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Compreender a indispensável relação entre formação historiadora e pesquisa em história para o desenvolvimento da competência didático-pedagógica.

EMENTA

A pesquisa em história e elaboração do conhecimento histórico. Dimensão formal do projeto, o estado da arte e a pertinência da pesquisa. O interesse pessoal, acadêmico e social do historiador. A relação entre o historiador, as metodologias e as teorias da história.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
O projeto de pesquisa em história; Da elaboração do problema; Da escolha metodológica e teórica da história; O lugar do historiador na pesquisa em história; Opções enunciativas e teóricas; As exigências das fontes e as possibilidades de interpretação; Do problema em história.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

AROSTÉGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006
BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2008
VIEIRA, M. do P.A. A Pesquisa em História. 4ªed.; São Paulo: Ática, 2004.

Referências Complementares:

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994.
FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social.** Bauru: EDUSC, 1998.
REIS, José Carlos. **História & Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.
SIMIAND, François. **Método Histórico e Ciência Social**. Edusc, Bauru, 2003.
VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Brasília, Ed. UnB, 1992.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História da Amazônia II	DHR30080	6º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Estudar a sociedade amazônica em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais durante o final do século XIX e do século XX, através da leitura e análise crítica de textos, documentos e da revisão historiográfica regional.

EMENTA

A Amazônia no período áureo da borracha. Oligarquias e crise política. A guerra da Borracha. Políticas do Estado brasileiro para Amazônia contemporânea. Problemas atuais na Amazônia brasileira.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

A Amazônia no período áureo da borracha; O primeiro ciclo da borracha e o interesse internacional; A questão acreana, a navegação em águas amazônicas e a EFMM; O cotidiano do seringal; Oligarquias e crise política; A guerra pela borracha; A política regional no período áureo da borracha; Políticas do Estado brasileiro para Amazônia contemporânea; A construção de ferrovias e as rodovias; A exploração de minério e a questão energética; A expansão da fronteira agrícola e a colonização recente; Problemas atuais na Amazônia brasileira; Conflitos agrários; A questão da internacionalização da Amazônia; Os povos da floresta e a questão ecológica

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia**: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.
MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: Uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. (Dissertação de Mestrado – Programa de Geografia – USP). São Paulo: 2002. (Disponível online)

Referências Complementares:

CUNHA, Manuela Carneiro da.**Cultura com aspas**. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O Objeto em Fuga**: algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras, Dourados, v.10, 2008. (Disponível online)
BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia.** *Estud. av.* [online]. 2005, vol.19, n.53, pp. 71-86. ISSN 1806-9592.
BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Ática: São Paulo, 1990.

CUNHA, Euclides da.**À margem da História**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Contemporânea II	DHR30078	6º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Analisar o contexto socioeconômico e as disputas geopolíticas que marcam a Europa na virada do século XIX para o século XX, bem como as variáveis social, política, econômica e tecnológica relacionadas a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Investigar a ascensão do socialismo e o surgimento da URSS, em 1917; o cenário de crise mundial, na década de 1920 e a emergência e conformação de regimes totalitários no pós-crise. Estudar aspectos relacionados à Segunda Guerra Mundial e os desdobrados sociais, político e econômicos do conflito.

EMENTA

Estudo da conjuntura mundial na passagem do século XIX até a primeira metade do século XX, abordando as noções de nação e nacionalismos com ênfase nos processos socioeconômicos, políticos e culturais relacionados ao contexto da Primeira Guerra, Revolução Russa e crise de 1929 e seus desdobramentos. A Segunda Guerra Mundial.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
As transformações no final do século XIX e o início do XX; Nações e nacionalismos: a constituição dos Estados Modernos; A Primeira Guerra: questões políticas, corrida armamentista, a guerra de trincheiras e o desenvolvimento tecnológico das armas; A Revolução Russa de 1917 e a formação do "mundo socialista"; A crise de 1929 e o New Deal; A expansão do nazi-fascismo na Europa; A Guerra Mundial e as novas configurações do espaço mundial: a criação dos organismos mundial e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, instrumento de poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**. O breve século XX. 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

PERROT, Michele [etall]. **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. Trad. Denise Bottman, Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Referências Complementares:

COGGIOLA, Osvaldo. **História e Crise Contemporânea.** São Paulo: Pulsar, 1994.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOWARD, Michael. **Primeira Guerra Mundial**. Porto Alegre (RS): L&PM, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. (col. Revoluções do século XX).
REIS FILHO, Daniel Aarão (et. all). **O Século XX**: o tempo das crises. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Fundamentos e Práticas do Ensino de História	DHR30079	6º Semestre	**CT**	**CP**
			40	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Refletir sobre a realidade educacional brasileira, notadamente, no diz respeito à constituição da disciplina de História no currículo nacional e as transformações de concepção e conteúdo no decorrer do tempo. Analisar e selecionar conteúdos curriculares de História para o Ensino Médio. Compreender a importância/contribuição das ferramentas didáticas para o ensino de História. Debater e analisar os critérios de avaliação no ensino de história no Ensino Médio.

EMENTA

O ensino e aprendizagem em História no Ensino Médio: parâmetros, orientações e perspectivas contemporâneas. Educação histórica no Ensino Médio: debates entre a formação cidadão e a formação profissional. O ensino de história, a disciplinarização e a interdisciplinaridade. Produção, seleção e avaliação de materiais didáticos. Teoria e metodologia da história e sua relação com a pesquisa e a prática no exercício da docência.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

A formação do professor de História: questões colocadas na contemporaneidade; Os currículos de História e o Ensino Médio: formação para a cidadania ou para o mundo do trabalho?; Diretrizes para o Ensino Médio, a "invenção da juventude" e o desafio da organização de currículos significativos; O livro didático e o conhecimento histórico escolar na história dos currículos da escola pública brasileira; A perspectiva disciplinar e o desafio interdisciplinar; Práticas de Avaliação e processo de ensino aprendizagem; A seleção e organização de conteúdos; A construção do conhecimento histórico em sala de aula e a didática da História; Práticas de pesquisa, entre a investigação histórica e a construção de saberes escolares; Seleção, construção e avaliação de materiais didáticos; O trabalho com fontes no ensino de História.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CERRI, Luís Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. **Revista de História Regional**, v. 15, n.2, p. 264-278, inverno, 2010. (Disponível online)
FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & Ensino de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
SADDI, Rafael. Didática da história como subdisciplina da ciência histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010. (Disponível online)

Referências Complementares:

BRASIL. Ministério da Educação**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio/ Conhecimentos de História**. Brasília: Imprensa Nacional. 1999. (Disponível online)
FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade**: História, teoria e pesquisa. Campinas, SP: Papirus,

1995
SADDI, Rafael. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, p. 211-220, 2012. (Disponível online)
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel ; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **JörnRüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2010.
RUSEN, Jorn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História do Brasil IV	DHR30083	7º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Analisar as relações social, política e econômica e os projetos de poder em disputa nas décadas de 1950 e 1960, destacando o processo que culminou com o Golpe Civil-Militar em 1964, bem como os elementos que configuraram e deram foram ao Regime Militar. Os movimentos de resistência social e cultural. Compreender o processo de reabertura democrática, considerando os aspectos sociocultural, político e econômico e os dilemas do Brasil na passagem do século XX para o século XXI.

EMENTA

Estudo da sociedade brasileira da segunda metade do século XX até os dias atuais: culturas políticas, economia: concepções e práticas de desenvolvimento, sociedade e cultura.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

A Era JK: Bossa Nova, interiorização do Brasil, desenvolvimentismo e endividamento externo; Os governos Jânio Quadros e João Goulart e a crise que culminou com Golpe de 1964; A Ditadura Civil-Militar no Brasil: aspectos políticos e econômicos; Movimentos sociais e culturais no contexto da Ditadura Civil-Militar; Redemocratização e governos pós-ditadura civil-militar; O Brasil contemporâneo: sociedade, economia e política

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática.** Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura**. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura:**o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

Referências Complementares:

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário 1968-1978:** o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Redemocratização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964***:* momentos decisivos. Rio de Janeiro: 2014.

REIS, Daniel Aarão (Cord). **Modernização, ditadura e democracia** – 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. Col. História do Brasil Nação 1808-2010, vol. 05.

SECCO, Lincoln. **A história do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Teoria da História III	DHR30084	7º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Compreender as formas de escrever a história a partir de princípios historiográficos. Apreender as rupturas e continuidades entre Teoria da História e Historiografia. Analisar os limites da representação e da interpretação a partir da indissociável relação entre teoria e historiografia. Fundamentar os princípios orientadores do *LinguistTurn.*

EMENTA

Tendências atuais da Teoria da História a partir do Giro Linguístico. História e representação, História Cultural, Microhistória e História Oral. A história da historiografia e os modelos clássicos da história. O historicismo e o marxismo. Os diálogos entre história e Teoria da Recepção, Teoria Literária, estética, hermenêutica e semântica.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

O Giro Linguístico e a história; A condição pós-moderna da história; História e representação: estética História e representação: ficção; A hermenêutica crítica; A compreensão semântica da história; História e conceitos; A História cultural; A microhistória; Marxismo e história.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição para a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento.** Campinas, SP: UNICAMP, 2007.
WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Trad. André Glaser. - São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Referências Complementares:

ANKERSMIT, Frank. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica,1ª ed.; Paraná: EDUEL, 2012.
BERBERT JÚNIOR, C.O. **A História, a Retórica e a Crise dos Paradigmas**.Goiânia: Ed. UFG, 2012.
HUNT, L. A Nova História Cultural. São Paulo: Martisn Fontes, 2001.
REIS, José Carlos. **História e Teoria:** historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria**: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo; tradução de Maria Lucia Oliveira - Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História da África e Relações Étnico-Raciais	DHR30085	7º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Compreender a África como parte constitutiva da história universal, problematizando questões relacionadas a pluralidade de experiências e trajetória de formação daquela espacialidade. Problematizar como o conceito de civilização foi estruturado em bases etnocêntricas e serviu à construção homogeneizadora de estereótipos sobre a África. Discutir a multiplicidade e a dinâmica das relações estabelecidas entre culturas diferentes, práticas coletivas de resistência e a variedade da ação das elites culturais africanas. Fomentar discussões sobre a temática de (re)construção da história de África a partir da experiência imperialista naquele continente. Tratar das relações étnico-raciais e sua relação com o ensino de História no Brasil.

EMENTA

Historiografia africana. África, eurocentrismo e a construção do conceito de civilização. As estruturas sociais, econômicas e culturais na África antes do Colonialismo. Diásporas e Pós-colonialismos. Afrodescendentes, afro-brasileiros e a questão racial no Brasil. A Lei nº 11.645 e o ensino de História e cultura africana: abordagens e possibilidades práticas e investigativas.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Eurocentrismo, etnocentrismo e civilização: a construção da África como *outro* no ocidente; Desnaturalizando a ideia de África: a pluralidade política, social e cultural do continente; Diásporas africanas e colonização na América Portuguesa; O imperialismo europeu no continente africano; A narrativa sobre a experiência da descolonização africana: imperialismo, escrita da história e identidades nacionais; Eugenia, discurso científico e a emergência do racismo no Brasil; Relações étnico-raciais e lutas pela cidadania das populações negras brasileiras; O Ensino de História e cultura da África e dos afro-brasileiros: perspectiva e desafios

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

APPIAH, K.A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.** RJ: Contraponto, 1998.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África**: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005). Brasília: tese de doutorado, UnB, 2007. (Disponível online)

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. **Metodologia e Pré-História da África; África Antiga; África do século VII ao XI; África do século XII ao XVI; África do século XVI ao XVIII; África do século XIX à década de 1880; África sob dominação colonial, 1880-1935; África desde 1935.** Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010. (Disponível online)

Referências Complementares:

ANPUH-BR. Dossiê: Ensino da História da África e Cultura Afro-brasileira. **RevistaHistória Hoje**Acesso em: (Disponível online)
HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
IANNI, Octávio. **O Preconceito Racial no Brasil**. Estudos Avançados. www.usp.br/iea/revista. São Paulo, 2004. NO. 50, V. 18. (Disponível online).
MBEMBE, Achille. **As formas africanas de auto-inscrição**. Estudos Afro-asiáticos. [online]. 2001, vol.23, n.1, pp. 171-209. ISSN 0101-546X. (Disponível online)
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História de Rondônia	DHR30086	7º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Discutir os antecedentes e as fases da ocupação territorial, para que os acadêmicos possam ter uma visão crítica sobre os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais da formação e estruturação do Estado de Rondônia.

EMENTA

Antecedentes à formação do Estado de Rondônia. Os ciclos econômicos. Ocupação e formação dos primeiros núcleos urbanos. Território Federal: aspectos políticos, sociais e econômicos. A formação do Estado de Rondônia. Ocupação recente: questões econômicas e sociais. O Estado e as políticas de desenvolvimento do território. A cultura popular e o meio ambiente.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Antecedentes à formação do Estado de Rondônia; Território Federal do Guaporé; Aspectos políticos e sociais na criação do território; A atividade garimpeira de cassiterita e pedras preciosas; Os fluxos migratórios; A construção da rodovia federal 364; A criação do Estado de Rondônia; Processos de colonização recente; Economia: garimpo, pecuária e agricultura; Conflitos agrários e ação do Estado: Indígenas, Seringueiros, Camponeses e a questão do Latifúndio; A cultura popular amazônica e meio ambiente; Patrimônios Cultural, Natural e Arqueológico em Rondônia.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo:** a história de uma estrada de ferro na Amazônia. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1987.

HARDMAM, F. Foot. **O trem fantasma:** a modernidade na selva. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

TEIXEIRA, Carlos. **Visões da Natureza:** seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo: Educ., 1999.

Referências Complementares:

CÂNDIDO, Antonio. **Enganos de Nossa História**. Porto Velho: EDUFRO, 2007.

HUGO, Vitor. **Desbravadores.** Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1991.

MENEZES, Esron Penha. **Retalhos para a história de Rondônia**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1980.

PERDIGÃO,Francinete; BASSEGIO, Luiz. **MigrantesAmazônicos**: Rondônia: a trajetória da ilusão. São Paulo: Loyola, 1992.

SOUZA, V. A. **(Des) ordem na Fronteira:** ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40).Assis, 2002, Dissertação (Mestrado em História e Sociedade). (Disponível online em:)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Contemporânea III	DHR30088	8º Semestre	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Compreender as reconfigurações espaciais, os processos de expansão do capital, as disputas por regiões estratégicas, os processos de libertação e revolução existentes posteriores a II Guerra Mundial. Estudar o mundo bipolar na chamada Guerra Fria e suas configurações em âmbito sociocultural. Relacionar o desenvolvimento tecnológico e científico tutelados pelo neoliberalismo e a hegemonia estadunidense no mundo. Problematizar as identidades e a questão nacional na chamada sociedade pós-moderna. Pensar o lugar da mulher e das relações de gênero na sociedade contemporânea. Investigar a relações entre espaço público e privado e indivíduo e sociedade.

EMENTA

Estudos das permanências e continuidades no contexto mundial posterior a II Guerra Mundial, a envolver questões de ordem econômica, política, social e cultural na (re)configuração global após metade da década de 1950.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
O cinema e a história: ferramenta de ensino, fonte de investigação e pesquisa; Ficções na narrativas e projeções de realidades: a histórias do cinema e o cinema na história; O Mundo no pós-guerra e a questão palestina; A Guerra Fria e a divisão do mundo em zonas de influência; A Revolução Chinesa; As revoluções culturais e o ano de 1968; África e Ásia: Imperialismos, diásporas, movimentos de libertação e Descolonização; A queda do muro de Berlim e a reunificação alemã; Neoliberalismo e "civilização capitalista"; Globalização, democracia, terrorismo no Século XXI; A questão nacional e as identidades culturais no novo século; Novos Movimentos Sociais, diversidades e novas bandeiras de lutas: da coletividade ao indivíduo; Transformações culturais: questões de gênero, feminismo e sexualidade.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. O Breve Século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
WALLERSTEIN, I. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

Referências Complementares
ARIES, Philippe e DUBY, Georgs. **História da vida privada**: da primeira guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
NÓVOA, Jorge. FRESSATO, Soleni Biscouto, FEIGELSON, Kristian (Orgs). **Cinematógrafo**: um olhar

sobre a história. Salvador: EDUFBA, SP: Ed. UNESP, 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Historiografia Brasileira	DHR30089	8º Semestre	**CT**	**CP**
			60	
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Promover a discussão sobre a produção historiográfica brasileira, suas categorias de análise, os referencias teóricos e a contextualização no quadro de produção do conhecimento histórico sobre o Brasil nos séculos XIX, XX e XXI.

EMENTA

Estudo das principais vertentes da produção historiográfica brasileira dos séculos XIX, XX e XXI.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: os pressupostos da cientificidade da História no Brasil e construção do discurso de fundação da Nação; A produção historiográfica brasileira no início do século XX: as interpretações do Brasil; As interpretações do Brasil nos anos 1930:os redescobrimentos do Brasil; A produção acadêmica e as interpretações sobre o Brasil anos 1960 e 1970; A historiografia contemporânea brasileira: diálogos teóricos e tendências interpretativas;

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9ª ed. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **O Brasil inventado pelo visconde de Porto Seguro:** Francisco Adolfo Varnhagem, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Império (1838-1860). 1 ed. Cuibá: Entrelinhas, 2015.

SCHUWACRZ, Lilia M. **O espetáculo das raças***:* cientistas, instituições e questão nacional no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Referências Complementares:

FALCON, F. **Estudos de Teoria da História e Historiografia** vol.1: teoria da história. São Paulo: HUCITEC, 2011.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

IGLÉISIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil**: Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

RODRIGUES, J.H. História e Historiografia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARLERBA, Jurandir (org.). **Teoria, Método e historiografia**. Campinas – SP: Papirus, 1996.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Fundamentos e Práticas de Educação Inclusiva	DHR30090	8º Semestre	**CT**	**CP**
			40	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Aspectos históricos da educação inclusiva. Princípios filosóficos da Educação inclusiva. Políticas públicas da educação Inclusiva no Brasil. Paradigmas educacionais da educação inclusiva. O desenvolvimento das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Práticas pedagógicas na Educação Especial. Adaptações curriculares.

EMENTA

Identificar os aspectos históricos referentes à evolução do conceito de deficiência e inclusão. Caracterizar as pessoas consideradas portadoras de Necessidades Educativas Especiais. Interagir com pessoas diferentes em diversos âmbitos da sociedade (Social, Educacional, lazer, trabalho). Conhecer as principais leis referentes à educação inclusiva no Brasil. Discutir as possibilidades de intervenção na educação junto às pessoas com deficiência. Reconhecer atitudes de estigmatização, mitos e preconceitos em torno da pessoa com deficiência.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Aspectos históricos da educação inclusiva; A Educação inclusiva no Brasil; Princípios filosóficos da Educação inclusiva; Políticas públicas da educação Inclusiva no Brasil; Paradigmas educacionais da educação inclusiva; O desenvolvimento das crianças e jovens portadoras de necessidades educacionais especiais; Práticas pedagógicas na Educação Especial; Adaptações curriculares

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

COLL, C. MARCHESI, A. PALÁCIOS, J. (orgs.) **Desenvolvimento psicológico e educação**: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na educação especial**: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

Referências Complementares:

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.
AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.
BRASIL. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial**. Secretária de Educação Especial. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp. Acessado em 25 de fevereiro

de 2008.
MACHADO, A. M. **Crianças de classe especial**: efeitos do encontro entre saúde e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
SASSAKI, R. S. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	DHR30091	8º Semestre	**CT**	**CP**
			20	100
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Orientar o aluno no processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, na modalidade monografia, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e as normas constantes no Regulamento do projeto político-pedagógico do Curso de Licenciatura em História.

EMENTA

Monografia – elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Formatação e Redação final.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Metodologia e Projeto de Pesquisa; Pesquisa Histórica; Projeto de Monografia; Coleta e processamento de dados - aspectos metodológicos distintos das fontes de dados; Técnica de processamento de dados; Redação de Monografia; Forma e conteúdo; Correção e versão final da monografia; Defesa da monografia - a apresentação oral da monografia - o ato de defesa

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

INÁCIO FILHO, Geraldo **A monografia nos cursos de graduação.**Uberlândia: EDUFU, 1997.
ISKANDAR, Jamil I. **Normas da ABNT.** Curitiba: Juruá, 2005.
MARTINS, Gilberto de Andrade**. Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações.** São Paulo: Atlas, 1994.

Referências Complementares:

ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papirus, 2000.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo, Perspectiva. 1994.
LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele **Pesquisa Pedagógica.** Do projeto à implementação. Porto Alegre: Artmed, 2008.
SALOMON, Délcio V. **Como fazer uma monografia.**São Paulo: Martins Fontes, 1992.
THOMPSON, Augusto. **Manual de Orientação para preparo de Monografia.**Rio de Janeiro: Forense Universitária., 1991.

4.4.2 Ementário: Componentes Curriculares Optativa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

UNIR

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Antropologia Cultural	DHR30093	--	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Oportunizar a reflexão sobre aspectos da antropologia cultural nas dimensões relacionadas à alteridade e situações locais. Proporcionar ao acadêmico da área de História a capacidade de ler e interpretar as características e problemas ligados à dimensão social da existência dos indivíduos, grupos e instituições. Introduzir o acadêmico ao estudo da Antropologia – do "Olhar Antropológico" – e da Antropologia Cultural. Propiciar fundamentação teórica básica à compreensão dos processos sociais presente nas organizações sociais através do estudo e discussão das principais correntes Antropológicas; com esse olhar, estabelecer correlações entre temas atuais como justiça, lei, costumes nas sociedades primitivas e contemporâneas, a partir de textos antropológicos clássicos.

EMENTA

Antropologia: conceito, objeto e método. Antropologia cultural. Conceito de cultura. Dimensões antropológicas do ser humano: parentesco-família, trabalho, política, economia, artes, religião. Cultura Brasileira e processos educacionais. Diversidade cultural no Brasil. Cultura popular e escola. Imperialismo e globalização da cultura.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Conceituação de Ideia de Cultura; Conceito de Antropologia cultural; Caracterização e objeto da antropologia cultural; As divisões e campos da antropologia cultural; As divisões e campos da antropologia; Etnocentrismo e Relativismo; Antropologia e alteridade; Antropologia e identidades; Relações entre antropologia cultural e as dimensões cultural locais; Rituais e performances; Manifestações culturais, culturas das minorias; Etnografia e métodos de pesquisa em antropologia

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira.** Temas e situações. SP: Ática, 1987
CERTEAU, Michel de. **A Cultura Plural**. Campinas SP, Papiros, 1995.
RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. SP: Companhia das Letras, 1995.

Referências Complementares:
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
CHILDE, Vere Gordon. **A evolução cultural do homem**. RJ: Zahar Editores, 1971.
FREIRE, Gilberto. **Problemas brasileiros de Antropologia**. RJ: José Olímpio Ed, 1962.
MELO, Luiz Gonzaga. **Antropologia Cultural: Iniciação, Teorias e temas**. RJ: Petrópolis, Vozes,

1986.
RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. RJ: Civilização brasileira, 1970.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Educação Popular	DHR30094	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL
Compreender a educação a partir da práxis pedagógica popular.

EMENTA
A educação popular como possibilidade de emancipação intelectual tendo como pressupostos as ações coletivas para produção do conhecimento.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Educação popular como concepção geral de educação, como prática educacional e teoria pedagógica; Trajetória histórica da educação popular; Interfaces entre a educação popular e a constituição das subjetividades e das identidades dos (as) protagonistas dos processos; Experiências de Educação Popular no Brasil e Amazônia rondoniense; Relações entre prática do ensino de história, protagonismo discente-docente e educação popular; Articulação entre movimentos sociais e a participação popular em propostas educativas; Inferência das organizações não-governamentais e Estado em experiências populares de educação; Participação do intelectual nos processos de organização popular e as alternativas de Educação Popular no Brasil.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Referências Complementares:
BARREIRO, Júlio. **Educação Popular e conscientização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
BETTO, Frei. **Desafios da Educação Popular**. São Paulo: CEPIS, 2000.
BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular**. São Paulo: Pioneira, 1974.
FÁVERO, Osmar (Org.) **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Tópicos de Cultura Social no Século XX: Relações de Gênero e Construção do Feminino	DHR30095	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Analisar premissas teóricas e debates envolvendo a questão gênero feminino no Ocidente, bem como a influência desses movimentos no Brasil, notadamente a partir da segunda metade do século XX.

EMENTA

Estudar as reivindicações femininas no Ocidente ao longo do século XX, com ênfase no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Analisar a constituição dos movimentos feministas: premissas e concepções, o movimento de contracultura e as vertentes do feminismo, particularmente no Brasil, dos anos 1960 em diante.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Histórias das mulheres e escrita da História; A construção da ideia de gênero e a definição de papeis sociais femininos e masculinos; A biologização das práticas sociais e naturalização de relações hierárquicas de gênero; Feminino, feminismos e lutas pela da mulher pela emancipação no século XX; Meu corpo, minhas regras? Identidade de gênero, orientação sexual e o ser mulher; A teoria *Queer* e novas proposições sobre gênero.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

BLUTER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro Civilização Brasileira 2003.
GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

Referências Complementares:

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se:** feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP 1992
SOIHET, Raquel. **Condição Feminina e Formas de Violência**. Mulheres Pobres e Ordem. Forense Universitária, 1989.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Cultura Política e Imprensa no Brasil Republicano	DHR30096	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Analisar as premissas das culturas políticas no Brasil republicano. Compreender como se configurou e atuou a imprensa, bem como verificar as aproximações e distanciamentos entre poder e imprensa ao longo deste período.

EMENTA

Estudar, sob o ponto de vista teórico, as culturas políticas que tiveram lugar no Brasil Republicano bem como as relações entre poder político e os meios de comunicação ao longo deste período.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Cultura política, culturas políticas: uma abordagem conceitual; Cultura política e autoritarismo no Brasil; A imprensa periódica e a construção e poder político na História do Brasil republicano; A imprensa como fonte para o historiador; O lugar do periódico para o estudo do político; Imprensa e formas de narrar histórias por meio de periódicos.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

BARBOSA, Marinalva. **História cultural da imprensa:** Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERSTEIN, Serge.**A cultura Política.**In: RIOX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas políticas na história**:novos estudos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

Referências Complementares:

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário 1968-1978:** o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270. Disponível em

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; ABREU, Luciano A. de. **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História, Cinema e Audiovisual	DHR30097	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Compreender a relação entre narrativas em imagem e movimento e o estabelecimento de novas formas de narrar a experiência humana no tempo. Estudar a linguagem audiovisual e a cultura da imagem na sociedade contemporânea. Formas de apresentação do audiovisual e imbricamentos entre a ideia de ficção e realidade. Diferenciar gêneros narrativos na linguagem audiovisual. Pensar o uso do audiovisual no ensino e na pesquisa em História.

EMENTA

Captação de imagens, emergência da linguagem visual em movimento e o surgimento do cinema. Historiografia, a imagem movimento e o cinema. Conceitos: mídia, representação e audiovisual. Mídias audiovisuais (cinema, televisão, vídeo, infografia). Gêneros audiovisuais (ficção, documentário, etnografia visual). Narrativas audiovisuais como fontes à pesquisa e ao ensino de História. Laboratório de prática de ensino Experimentos narrativas em audiovisuais.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
O cinematográfico e a construção linguagem audiovisual; História, cinema e sociedade; Conceitos e linguagens cinematográficas; Gêneros audiovisuais: ficção, documentário e etnografia visual; O audiovisual e as mídias: cinema, documentário e televisão; O audiovisual, publicidade, propaganda e o desafio de investigar a recepção; Narrativas audiovisuais na pesquisa e no ensino de história.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CAPELATO, Maria Helena. **História e cinema:**Dimensões históricas do audiovisual. São Paulo, Alameda, 2011.
NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.
NÓVOA, Jorge. FRESSATO, Soleni Biscouto, FEIGELSON, Kristian (Orgs). **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA, São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

Referências Complementares:

BORGES, Augusto Carvalho; STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). **Imaginação da Terra**: Memória e utopia no cinema brasileiro. Editora UFMG, 2013.
CERRI, Luis Fernando. A política, a propaganda e o ensino de História. Caderno Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 319-332, set./dez, 2005.
JOST, François. **Compreender a televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
MANUAL DIDÁTICO DOC TV. **Oficina para formatação de projetos**. s/d. disponível in: , acesso em dezembro de 2014.
SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac &Naify, 2004.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História, Narrativa e Fontes Literárias	DHR30098	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Situar quando a discussão pensa as aproximações e distanciamentos entre história e literatura. Refletir sobre o chamado "giro linguístico", a história cultural e discussão referente as formas de apresentação do texto histórico. Pensar o texto literário como fonte à produção de conhecimento histórico e ao ensino de histórico.

EMENTA

Narrativa histórica, narrativa literárias: embates e debates sobre ciência e artes. História, narrativas e formas de apresentação do texto histórico. A literatura nos séculos XIX e XX e projetos à construção da nação. A percepção da literatura dentro e fora da ideia de "escolas literárias". A literatura como representação do mundo. A literatura como fonte histórica.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

A História entre a arte e a ciência; Regimes de escrita da história e formas de apresentação da experiência humana no tempo; A construção do enredo literário e a narrativa histórica: reflexões; Narrativas literários e imaginário: imbricamentos entre realidade e ficção; Relatos literários de viajantes e a representação do outro; Enredos literários e projetos de identidades nacionais; A literatura como fonte histórica.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault Revoluciona a história**. Brasília: UNB, 2014.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

Referências Complementares:

BURKE, P. (org.) **A Escrita da História**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

DERRIDA, J. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

EAGLETON, T. **Teoria da Literatura**: uma introdução. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ed. Ltda., 1983.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa, I**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Oral	DHR30099	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Problematizar o conceito de oralidade frente a tradição histográfica marcada pelos documentos escritos. Abordos imaginários e usos sociais da memória a partir da coleta de relatos orais. Refletir sobre o "presentismo" e as atualizações do passado na história por meio da oralidade. Trabalhar o conceito de memória e suas aproximações com História Oral. Conhecer diferentes perspectivas no trabalho com a oralidade no campo da História.

EMENTA

Relação entre História, memória e oralidade. Métodos, técnicas e tendências da História Oral. Problemas e novas perspectivas de fontes orais. Pesquisa histórica e tempo presente.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Diferentes vertentes da História Oral; A história e a noção de “tempo presente”; Conceito de Oralidade; Conceitos de memória; Passibilidades e desafios no uso da História Oral; História Oral como metodologia: a produção de fontes orais; História como campo especifico do saber histórico: teoria e metodologia; Narrativa histórica e “História oral de vida”.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Revista Brasileira dos Tribunais, 1990.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

Referências Complementares:

BOSI, Ecléa. **Lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

POLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989. (Disponível online).

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Memória e Patrimônio Cultural	DHR30100	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Compreender a emergências das políticas de preservação patrimonial no ocidente. Situar as políticas preservacionistas em suas historicidades. Discutir as ações de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Compreender os usos sociais do passado e as disputas de memórias que envolve a preservação de bens culturais classificados como patrimônios.

EMENTA

Memória e patrimônio: conceitos. A construção da consciência preservacionistas e regimes de escrita da História no Ocidente. Presentismo, monumentalização da memória e políticas preservacionistas. Os modernistas e a discussão patrimonial no Brasil. Materialidade, imaterialidade: patrimonialização, usos sociais do passado e o direito a memória como efetivação da cidadania.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
A Revolução Francesa e o despertar das políticas preservacionistas; O conceito de patrimônio cultural e os deslocamentos temporais e espaciais desse conceito; Aproximações entre o conceito de memória social e instituição de políticas públicas no campo do patrimônio; As cartas patrimoniais e construção da ideia de “patrimônio da humanidade”; Regimes de historicidade, ritualizações do tempo e presenteísmo; Políticas patrimoniais no Brasil: os modernistas e os projetos de construção da nacionalidade;O patrimônio no Brasil: as disputas pelo passado entre a materialidade e imaterialidade dos bens culturais; A Educação Patrimonial: noções, orientações e experiências; Construção de Propostas de Intervenções.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CHOAY, Francoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Edunesp/Estação Liberdade, 2001.
FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**:trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005.
HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Referências Complementares:

ANICO, Marta. **A pós-modernização da cultura**: património e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 71-86, jan/jun de 2005. (Disponível online)
CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio:** continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEPROM, 1995.
RIEGL, Aloïs. **O culto moderno aos monumentos**: sua essência e sua gênese. Goiânia: Ed da UCG, 2002.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol 22 nº 36: p. 261-273, jul/dez 2006. (Disponível online)
NORA, Pierre. **Entre a memória e a história**: problemática dos lugares. In: Projeto história. São Paulo, 1993. (Disponível online)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Ambiental	DHR30101	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Estudar aspectos teóricos e metodológicos que envolve a História como um campo de pesquisa. Compreender os imaginários sobre a natureza em diferentes temporalidades. Investigar a relação entre a visão de progresso e ideia da natureza como espaço vazio. Pensar a relação entre natureza e mundo urbano. Conhecer as políticas públicas destinadas a preservação e meio ambiente e do patrimônio natural no Brasil.

EMENTA

A disciplina busca pensar as visões de natureza que se construíram a partir do projeto de colonização levado a cabo pela Coroa Portuguesa, no chamado Novo Mundo e seus deslocamentos e reconfigurações, observados desde então. Essas representações têm circundado o campo da natureza como: mítica, maravilhosa, sagrada e intocável, de sua oposição à urbanidade, a exploração dela capital e pela tomada de sensibilidade frente a sua destruição e aos apelos/alertas preservacionistas. A proposta busca mapear os imaginários sobre a natureza no ocidente, com destaque ao contexto brasileiro e como meio-ambiente veio a tornar-se, também, uma preocupação dos historiadores.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

História Ambiental: aspectos teóricos e metodológicos; História Ambiental: Definições; História Ambiental: metodologia e fontes; A natureza como campo de pesquisa e preocupação dos historiadores; Invenção do “Novo Mundo” e imaginários sobre a natureza; A visão do paraíso: natureza entre o mítico e maravilhoso; Espaço vazio: a natureza como espaço a ser territorializado; A natureza intocável: a natureza como patrimônio “sagrado”; Meio ambiente, sustentabilidade e estratégias apropriação comuns ao capitalismo pós-industrial; O Ambientalismo no Brasil: Devastação, Crítica e Resistência; A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira; A História dos Movimentos Ambientalistas no Brasil; A História da exploração dos recursos Hídricos e Minerais no Brasil; O Brasil na Nova Ordem Ambiental Internacional.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DUARTE, Regina. H. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HANS, Jonas. **Princípio Responsabilidade**: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica, Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO, 2006.

Referências Complementares:

DEAN, Warren.**A Ferro e Fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo:

Companhia das Letras, 1996.
DURSCHMIED,Erik. **Como a Natureza mudou a História**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.
DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. (Disponível online)
PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010, p. 81-101. (Disponível online).
WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: **Estudos Históricos**, Revista do CPDOC, RJ,Vol. 4, N. 8, pp. 198-215, 1991. (Disponível online)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Local e Regional	DHR30102	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Situar a problemática regional em seus fundamentos teóricos e metodológicos. Identificar os diferentes significados atribuídos ao termo região na sua relação com a historiografia. Compreender a relação nação x região no interior da historiografia brasileira. Conhecer as diversas abordagens sobre o local e o regional, a partir da contribuição de diferentes vertentes do pensamento brasileiro, especialmente da historiografia. Refletir sobre a história regional e local enquanto conteúdos de ensino da escola básica.

EMENTA

História e Região na Historiografia Brasileira. História Nacional/Regional: Novas Perspectivas Metodológicas. O recorte local/regional como Espaço-objeto de Pesquisa Histórica.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Região e movimentos regionalistas; A região numa perspectiva historiográfica; Nação e região na historiografia brasileira; Construção e desconstrução de um espaço regional; O desafio da pesquisa histórica em recortes locais e regionais; A história regional e local e o ensino de História.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

AMADO, Janaina. **Região, Sertão, Nação**. In: Estudos históricos. V. 8, nº 15. Rio de Janeiro, 1995. (Disponível online)

BARROS, José D'Assnção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional** 10(1): 95-129, Verão, 2005. (Disponível online)

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

Referências Complementares:

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **Pesquisa em História Regional:** aspectos conceituais e metodológicos. 2014. Disponível em: http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/64.pdf Acessado em: 12 de março de 2016.

CHARTIER, Roger.História hoje: dúvidas, desafios propostas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994. (Disponível online).

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Bassanezi (Org.) **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Urbana	DHR30103	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Estudar aspectos teóricos e metodológicos ligados a História Urbana. Compreender a formação das cidades em diversas espacialidades e temporalidades. Perceber as aproximações e distanciamentos que estabelecem entre urbanidade e ideia de modernidade/modernização. Entender a cidade como palco de embate sociais. Investigar a relação entre estado e políticas de ordenamento do espaço urbano. Compreender a diversidades de usos das cidades pelos citadinos.

EMENTA

Conceito de História Urbana. A cidade: origens e desenvolvimento; características, contradições, representações e funções. A cidade em distintas temporalidades e espacialidades como objeto da pesquisa historiográfica. Processo de Urbanização na Amazônia.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Introdução à história urbana: aspectos conceituais e historiografia; A História Urbana como área de conhecimento e suas principais vertentes atuais; A colônia e a metrópole moderna: dois estudos sobre as cidades; Abordagens sobre a cidade na história: espaço e disputas sociais; A História Urbana e os estudos locais: temas, abordagens e fontes; Cidade, modernização e estruturas materiais na Amazônia; Modernização e políticas urbanização em Rondônia.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

BARROS, José D´Assunção Barros. **Cidade e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
LE GOFF, Jacques. **Por amor as cidades.** São Paulo: UNESP, 1998.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: por uma História Cultural do urbano. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 279-290.

Referências Complementares:

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret. 2001.
DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A ilusão do fausto**: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.
LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.
MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
WILLIAMS, Raymond. **Campo e cidade**: na História e na Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História da Arte	DHR30104	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Situar as discussões concernentes a conceituação de arte. Contextualizar seu surgimento e desenvolvimento. Conhecer algumas manifestações artísticas. Problematizar manifestações artísticas em sua historicidade e enquanto fontes para a produção do conhecimento histórico e à prática docente. Estabelecer relações entre artes e usos da cidade.

EMENTA

Estudo das artes plásticas, sobretudo da pintura, da escultura e da arquitetura. Da arte Pré-histórica à Gótica: expressão da religiosidade e emoção. Da Renascença ao Romantismo: manifestação da racionalidade moderna. Do Realismo ao Abstracionismo: exteriorização da individualidade humana.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

O que é arte? Discutindo o conceito; Relações entre Arte e História; A formação da História da Arte (métodos, abordagens e teorias); Delimitações no campo das artes: música, dança, pintura, escultura, teatro, cinema, fotografia, história em quadrinhos, digitais (jogos, vídeos de computador etc.);A arte como fenômeno social; Problematizando a percepção e o estudo da História da Arte em recortes espaciais de temporais; Problematizando a percepção e o estudo da História da Arte em escolas artísticas; A ideia de crise e vanguarda no campo das artes; Arte e reprodução: transformações na sociedade de massas.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.
BARDI, Pietro Maria. **História da arte brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1981.
BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Referências Complementares:

AUMONT, Jacques. **O olho interminável** [cinema e pintura]. São Paulo: Cosac &Naïfy, 2004.
BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte**. Os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: EDUSP/ZOUK, 2003.
CALABRESE, Omar. **Alinguagem da arte**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
GOMBRICH, E.H. **A história da arte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.
WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Museologia	DHR30105	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Compreender a estrutura e funcionamento de instituições museológicas. Discutir a importância dos museus enquanto lugares de memória e sua relação com a produção do conhecimento histórico. Estudar o colecionismo e a busca por monumentalização da experiência humana a partir de evidências materiais. Problematizar possibilidades de explorá-los como espaços potenciais de ensino e aprendizagem históricas, em seus diversos níveis.

EMENTA

Conceito e função de museu. Origens e evolução histórica. O museu como espaço de veiculação, produção e divulgação de conhecimentos. O museu como espaço da herança cultural.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Memórias, Identidades e Museus: relações possíveis; O que é um Museu? Conceitos, funções e histórico; Estrutura e funcionamento dos Museus; O público e os museus: cultura como "distinção, cultura de massa e democratização cultural; Os Museus como patrimônios; A Museu, patrimônio e turismo cultural; A construção de conhecimento histórico no Museu; A educação para os sentidos: os Museus e a prática docente; A educação patrimonial/Museal.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: **Revista Eletrônica do Iphan**. Dossiê Educação Patrimonial Nº 3 - Jan. / Fev. de 2006. (Disponível online)

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, NS n. 2, p. 9-42, 1994. (Disponível online)

PINHEIRO, Marcos José. **Museu, memória e esquecimento**: um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

Referências Complementares:

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São. Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade, a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade, **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 8-9, p. 197-205, set. 1984-abr.1985. (Disponível online)

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno aos monumentos**: sua essência e sua gênese. Goiânia: Ed da UCG,

2002.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Os museus etnográficos brasileiros**: Polvo é povo, molusco também é gente. In: O espetáculo das raças:cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História Agrária	DHR30106	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Conhecer produções em História Agrária no Brasil. Identificar, no processo histórico, as linhas básicas do processo de formação da estrutura fundiária brasileira. Refletir a respeito das implicações sociais, políticas e econômicas concernentes a questão agrária no Brasil.

EMENTA

Conceito de Reforma Agrária: Gênese e Evolução. A pesquisa em História Agrária no Brasil: Fontes e Métodos. Terra, Trabalho e Poder na Historiografia Brasileira. Políticas de estado e Perspectivas da Pesquisa em História Agrária em Rondônia.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

História Agrária como área de conhecimento; Métodos e fontes da História Agrária; Marcos da História Agrária brasileira: Sistema Sesmarial, Lei de terras de 1850, Estatuto da Terra e PNRA; Movimentos sociais, políticas de cidadania e embates pela terra no Brasil; Políticas de colonização e territorialização agrária em Rondônia.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CARVALHO, José Murilo de. **A modernização frustrada**: a política de terras no Império. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 1, março 1981, pp. 39-57. (Disponível online)
GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
IANNI, Octavio. **Luta pela terra**:história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

Referências Complementares:

BINSZTOK, Jacob et. all. **Projetos Integrados de Colonização**: Paradigma da Contra-Reforma Agrária promovido pelo Regime Militar nos Anos 70 na Amazônia. Disponível em: Acesso em: 12 de março de 2016.
IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Região e História Agrária, In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8 n° 15, 1995, p.17-26. (Disponível online)
MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.
SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Introdução a Teoria da Interpretação	DHR30107	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Compreender a indissociável posição interpretativa inerente ato trabalho historiador quanto ao seu desempenho didático e cognitivo na produção de conhecimento histórico específico. Analisar a dimensão retórica e estética da historiografia e seus limites conectivos com a Pesquisa Histórica e Teoria da História.

EMENTA

As relações entre texto e leitor através de suas dimensões de recepção e compreensão. Dialogar o texto histórico com a Teoria da recepção, Hermenêutica filosófica e crítica e Teoria Literária.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Interpretação e compreensão; As relações entre texto, autor e leitor; Elementos de epistemologia e literatura no texto; Perspectiva do autor e tematização; As apropriações do leitor; O texto como historiografia e pesquisa histórica; Teoria da História, historiografia e pesquisa histórica; As formas de apresentação do texto histórico; O conteúdo e a forma no texto especializado.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:
ECO, U. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Ática, 1993
GADAMER, H.-G. **Hermenêutica em Retrospectiva I, II e III**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação**. Portugal: Edições 70, 2000.

Referências Complementares:
BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2001.
DERRIDA, J. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005
EAGLETON, T. **Teoria da Literatura:** uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006
ISER, W. **O Ato da Leitura 1 e 2.** São Paulo: Ed.34, 1996, 1999.
RICOEUR, P. **Escritos e Conferências 1 e 2**. São Paulo: Loyola, 2010, 2011.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Português Instrumental	DHR30108	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Aprimorar conhecimento e o domínio no uso oral e escrito da Língua Portuguesa. Ampliar e fazer uso de noções de gramática e as orações do período composto. Organizar estruturas sintáticas de textos em Língua Portuguesa, visando o estabelecimento do processo comunicativo. Produzir textos em linguagem acadêmica.

EMENTA

Desenvolvimento da competência relativa à descrição e análise dos esquemas funcionais das sentenças, de modo a manejar os mecanismos que permitem transformar a intenção comunicativa em conteúdo comunicado, e à produção de textos de forma autônoma e independente, bem como às habilidades relativas ao domínio da estrutura das frases, à sintaxe e à comunicação.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Conceitos de gramática; Noções básicas: sintagma, frase, oração, período; Período composto por subordinação: orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais; Período composto por coordenação: orações coordenadas; Pontuação; Análise da estrutura sintática em textos; Produção de Texto.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CEGALLA, Domingo Paschoal. **Novíssima gramática portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Metáfora, 2007.

RIBEIRO, Manoel Pinto. **Nova Gramática aplicada da língua portuguesa**: uma comunicação interativa. 17ª ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2007..

Referências Complementares:

ALMEIDA, N. M., **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1994.

GAMA, Adriano da.**Novas lições de análise sintática**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 14ª ed. São Paulo: Globo, 2000.

MARTINS, E. **Manual de Redação e Estilo**. São Paulo: Moderna, 2000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Seminário de Teoria e Metodologia da História	DHR30109	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Socializar e debate sobre resultados de pesquisas recentemente desenvolvidas na área. Discutir as dimensões teóricas e metodológicas comuns a produção de conhecimento historiográfico. Aproximar as atividades de ensino e pesquisa universitárias.

EMENTA

O Seminário consiste na socialização e discussão dos resultados de pesquisas desenvolvidas por docentes do curso de história ou de áreas temáticas afins, cujo diálogo possibilite pensar e problematizar desafios e possibilidades da narrativa histórica, da construção de conhecimento histográfico.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Construção e estratégias de apresentação da problemática; Caminhos e descobertas da pesquisa; Exposição dos Resultados e possibilidades que se abrem; Diálogos entre práticas de pesquisa e formação do profissional de história.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
REIS, José Carlos. **História & teoria**. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade, Ed. FGV, São Paulo, 2006.
VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Brasília, Editora da UnB, 2014.

Referências Complementares:

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
HOBSBAWN, Eric. **Sobre História (Ensaios)**. São Paulo, Companhia das Letras.
HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.
RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico, Editora UnB, Brasília, 2010.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História do Oriente	DHR30110	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Conhecer aspectos básicos da história e cultura das sociedades orientais. Historicizar a construção da ideia de "Oriente". Compreender o processo de formação do conceito de "Orientalismo". Estudar as relações de alteridade envoltas na visão eurocêntrica que se tem do Oriente. Conhecer os conflitos de base econômica, étnica e religiosa no Oriente Médio durante o século XX. Compreender as políticas imperialistas e processos de descolonização na Ásia.

EMENTA

Regimes de escrita da história oriental, alteridade e desafios da narrativa histórica no ocidente ou a construção ocidental de "orientalismos" em projetos que vão da antiguidade a contemporaneidade.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Alteridade e narrativas de viajantes sobre o Oriente; Ocidente versus oriente e a ideia de conflitos entre civilizações; A Índia, desafios entre história e historiografia; Perspectivas sobre culturas indianas; A Índia e as narrativas do "exótico", de refúgio espiritual; A China antiga, sociedade e cultura; Confucionismo e budismo; Histórias narradas do Japão; A cultura e sociedade japonesas; O Imperialismo e descolonização na Ásia;O Islã e suas configurações temporais e espaciais; Olhares sobre mulheres e minorias sociais e sexuais no Oriente Médio; A construção do *Orientalismo*, o conflito árabe-israelense e a *questão palestina*; Resistência, terrorismo e violência: o Oriente entre a memória e o esquecimento

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

FERGUSSON, Nall. **Civilização: Ocidente X Oriente**. São Paulo: Planeta, 2012.

FONSECA, Carlos Alberto da. Índia, uma história crítica. **Organon**, Porto Alegre: UFRGS, v. 13, n. 27, p. 207-219, 1999. (Disponível online)

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Referências Complementares:

BATH, Sérgio. **Japão, ontem e hoje**. São Paulo: Ática, 1993.

FAIRBANK, John King e GOLDMAN, Merle. **China**:uma Nova História. Porto Alegre: LP&M, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). **A construção social dos regimes autoritários**: Ásia e África. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SAID, Edward. **A questão palestina**. São Paulo, UNESP, 2012.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
História e Movimentos Sociais no Brasil	DHR30111	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Compreender a dinâmica da sociedade brasileira, no tocante a variadas formas de resistência, articuladas a partir de necessidades coletivas, dentro de contextos determinados.

EMENTA

A historicidade dos movimentos sociais. O fazer-se dos sujeitos em suas múltiplas e diferentes práticas socioculturais, nos modos de viver urbano e rural, nas lutas por trabalho, moradia, saúde e educação. A conformidade ou resistência das ações articulada à cultura e ao movimento histórico de constituição/instituição do cotidiano, dos espaços, da memória e da história.

Conteúdos Programáticos Mínimo

Conteúdos

Historiografia e Movimentos Sociais; Conceitos e definições: trajetórias dos movimentos sociais, orientações ideológicas, formas organizativas e institucionais; Base histórico-conceitual sobre movimentos sociais: conceitos clássicos e contemporâneos sobre movimentos sociais; Diferentes leituras sobre os "velhos" e "novos" movimentos sociais; Percursos e redefinições políticas e culturais dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo; Afirmação e luta das “não-populações” brasileiras: negros, índios, mulheres e homossexuais; Movimentos de trabalhadores: A luta de classes no Brasil; Movimentos sociais por educação pública de qualidade; Abordagens contemporâneas acerca das novas ações coletivas no país e no contexto internacional.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.
HOBSBAWM, Eric. J. A era das Revoluções: 1789 – 1848). São Paulo: Paz e Terra, 2010
THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa, "A árvore da liberdade", vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Referências Complementares:

CHALLOUB, Sdney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no Imaginário Acadêmico: escravos e trabalhadores na Historiografia Brasileira desde os anos 1980. **Cadernos ALE**, Vol. 14. Nº 26. IFCHI. Unicamp, 2009. (Disponível online)
CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e Mobilização Popular.** Rio de Janeiro. Paz e terra: centro de estudos da cultura contemporânea, 1978.
CHAUÍ, Marilena. **Uma nova classe trabalhadora. 10 anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Emir Sader (org). São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
COSTA, E. V. da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/

Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994. (Disponível online)
ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo**: Cortez Editora, 2002.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA**

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO	Licenciatura em História
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Autorizado pela Resolução nº 009/CONSUN, de 24/10/2007, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007(D.O.U. 13.12.2007) e Regularizado pela Resolução 213/CONSEA de 30/06/2009. Curso Reconhecido pela Portaria nº 75/SERES/MEC, de 10 de fevereiro de 2017, foi publicada no DOU nº 31, Seção I, páginas 26 e 27, de 13 de fevereiro de 2017.

DISCIPLINA/UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA(aulas)	
Educação em Direitos Humanos	DHR30112	---	**CT**	**CP**
			60	20
CT: Carga Horária Teórica, CP: Carga Horária Prática				

PRÉ-REQUISITO	-
EQUIVALÊNCIA	-

OBJETIVO GERAL

Analisar a origem histórica e a evolução conceitual da noção de direitos humanos. Compreender a noção de direitos humanos como forma de fortalecer o respeito aos direitos fundamentais dos sujeitos; fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a diversidade étnico-racial. Estabelecer as relações entre direitos humanos e Estado Democrático de direito. Estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos.

EMENTA

Estudo do conceito, fundamentos, evolução e significado contemporâneo dos direitos humanos. Visão panorâmica dos direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, sociais, da nacionalidade e políticos. Compreender as balizas legais de aplicação e respeito aos direitos humanos como pressuposto do Estado Democrático de Direito. Direitos humanos, diversidade, temas transversais e formação educacional.

Conteúdos Programáticos Mínimo
Conteúdos
Direitos Humanos: perspectiva histórico-conceitual; A moderna noção de cidadão e o respeito aos direitos humanos; Direitos Humanos e democracia; Formação educacional cidadã e os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

CANDAU, Vera Maria (coord). **Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos.** Rio de Janeiro, 2003.
COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 2004.
MINISTÉRIO DE JUSTIÇA. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Justiça, 1999.

Referências Complementares:

ABREU, Marta; SOIHET, Raquel (org.) **Ensino de História:** conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
BOBBIO. **A era dos direitos:**a Revolução Francesa e os direitos do homem. Rio de Janeiro: Elvisier, 2004.
CANDAU, Vera M.; SACAVINO, Susana (orgs). **Educar em Direitos Humanos:** construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
SANTOS, Boaventura S. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

4.4.3Alterações na Matriz Curricular

Desde que foi instituída, a Grade Curricular do Curso sofreu alterações, com vistas a oferecer formação melhor qualificada e dinâmica aos estudantes, de forma a atender mais diretamente os objetivos do curso, bem como cumprir normas e prescrições legais que orientam os cursos de licenciatura no país. São elas:

Inclusão de Componentes Curriculares Obrigatórios	- Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Atendendo a Diligência do MEC, o Componente Curricular foi incluso antes de formar a primeira turma do curso, de forma a atender a Legislação vigente). - Para atender mais diretamente a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, foi inclusa na versão atual deste PPC o Componente Curricular História e Cultura dos Povos Indígenas, em substituição a Antropologia Cultural, que poderá ser ofertado como componente optativo.
Inclusão de Componentes Curriculares à grade de Optativas, em cumprimento as DCNs para Educação Ambiental e Direitos Humanos	- História Ambiental - Educação em Direitos Humanos
Alteração de nomenclatura de Componentes Curriculares	- História da África, passou a ser: História da África e das Relações Étnico-Raciais - História do Brasil Colonial: passou a ser História do Brasil I - História do Brasil Império: passou a ser História do Brasil II - História do Brasil República I: passou a ser História do Brasil III - História do Brasil do Brasil República II:

	passou a ser História do Brasil República IV - Historiografia do Brasil: passou a ser Historiografia Brasileira - História da América Colonial: passou a ser História da América I - História da América Independente: passou a ser História da América II - História da América Contemporânea: passou a ser História da América III. - Estágio Supervisionado do Ensino de História: passou a ser Estágios Supervisionados do Ensino de História I, II e III. - Introdução aos Estudos Históricos passou a ser: Teoria da História I - Teoria da História passou a ser: Teoria da História II - Metodologia da História passou a ser: Teoria da História III
Fusão de Componentes Curriculares	- História do Pensamento Econômico e História das Ideias Políticas foram fundidas, passando a ser denominada História das Ideias Políticas e do Pensamento Econômico
Disciplinas Obrigatórias que foram deslocadas para serem ofertadas como Optativas	- História e Movimentos Sociais no Brasil (Antes, História dos Movimentos Sociais no Brasil) - História do Oriente
Carga Horária Total do Curso	Adequações promovidas para contemplar a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que "define As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de

	segunda licenciatura) e para a formação continuada".
Carga Horária (Componentes Curriculares e articulação entre teoria e prática)	- Alteração na Carga Horária dos Componentes Curriculares Obrigatórios, de 80 para 60 horas, a exceção daqueles que tem prática como componente curricular, os quais disporão de 20 horas (1 crédito) destinadas a tais atividades, a serem coordenadas pelo docente responsável;
Inclusão de Componentes Curriculares Optativos	- Não havia no primeiro PPC. A intenção é ampliar e tornar mais completa e dinâmica a formação dos estudantes. (Ver neste Documento, itens 4.2, letra "d", Eixo IV – Disciplinas optativas; 4.2.1 e 4.2.2).
Estágios Curriculares Obrigatórios	- Adequação da carga horária (400 horas). Na proposta inicial estavam indicadas 300 horas. Essa adequação foi realizada antes de formar a primeira turma, assim, todos os acadêmicos que formaram, cumpriram a carga horária prescrita em lei. - Antecipação do início dos Estágios Obrigatórios do 5º para o 4º período do curso. Adequações no Regulamento de Estágio (Compõe este documento) - Alteração na ordem de oferta do Estágio Supervisionado em Ambientes Não-Escolares, que era o primeiro e passou a ser último.
Alteração de ementas, objetivos e referências bibliográficas	Alterações em todos os Componentes Curriculares
Atividades Complementares	Adequações no Regulamento das Atividades Complementares (Compõe este documento)

Adequações na Estrutura do Projeto Político-Pedagógico	Realocação, adaptação e atualização de informações e itens presentes no PPC, conforme orientações da Resolução 278/CONSEA/Unir.
Pré-requisitos	Quebra dos Pré-requisitos em todos os Componentes Curriculares que faziam tal exigência.
Ordem de disposição dos Componentes Curriculares na Grade Curricular	A Grade Curricular sofreu alterações na ordem de apresentação dos Componentes Curriculares em todos os períodos (semestres) do curso. Qual seja, alguns componentes foram antecipados, outros colocados mais ao final do curso, enquanto alguns permaneceram no mesmo período. Tais adequações foram motivadas pela própria vivência docentes e discentes no decorrer do curso e têm por finalidade garantir maior coerência e potencializar os aprendizados no decorrer dessa graduação.

4.4.4 Matriz de Equivalência

EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS ENTRE A MATRIZ ANTERIOR E A REFORMULAÇÃO			
MATRIZ 2017		MATRIZ ANTERIOR	
DISCIPLINA		DISCIPLINA	
CÓDIGO	NOME	CÓDIGO	NOME
1º Semestre			
DHR 30050	História Antiga	DHR 30004	História Antiga
DHR 30051	Filosofia	DHR 30001	Filosofia
DHR 30052	Sociologia	DHR 30002	Sociologia
DHR 30053	História da Educação	DHR 30014	História da Educação
DHR 30054	Pré-História	DHR 30015	Pré-História do Brasil
2º Semestre			

DHR 30055	Antropologia	DHR 30008	Antropologia
DHR 30056	História e cultura dos povos indígenas	----------	Sem equivalente
DHR 30057	História das ideias políticas e do pensamento econômico	----------	Sem equivalente
DHR 30058	História Medieval	DHR 30006	História Medieval
DHR 30059	Metodologia Científica	DHR 30005	Metodologia Científica
	3º Semestre		
DHR 30060	História do Brasil I	DHR 30017	História do Brasil Colonial
DHR 30061	História Moderna	DHR 30011	História Moderna
DHR 30062	História da América I	DHR 30016	História da América Colonial
----------	Optativa I	----------	----------
DHR 30063	Psicologia da Educação	DHR 30018	Psicologia da Educação
DHR 30064	Língua Brasileira de Sinais - Libras	DHR 30047	Língua Brasileira de Sinais – Libras
	4º Semestre		
DHR 30065	História da América II	DHR 30021	História da América Independente
DHR 30066	Teoria da História I	DHR30003	Introdução aos Estudos Históricos
DHR 30067	Legislação Educacional e Gestão Escolar	DHR 30031	Legislação Educacional e Gestão Escolar
DHR 30068	História do Brasil II	DHR 30022	História do Brasil Império
DHR 30069	História Contemporânea I	DHR 30023	História Contemporânea I
DHR 30070	Estágio Supervisionado do Ensino de História I	DHR 30032	Estágio Supervisionado do ensino de História
	5º Semestre		
DHR 30071	História da América III	DHR 30027	História da América Contemporânea
DHR 30072	Teoria da História II	DHR 30009	Teoria da História
DHR 30077	História da Amazônia I	DHR 30019	História da Amazônia I
DHR 30073	História do Brasil III	DHR 30028	História do Brasil República
DHR 30074	Didática	DHR 30025	Didática
DHR 30075	Estágio Supervisionado do Ensino de História II	DHR 30039	Estágio Supervisionado do ensino de História
	6° PERÍODO		
DHR 30076	Pesquisa em História	DHR 30020	Pesquisa da História

DHR 30080	História da Amazônia II	DHR 30038	História da Amazônia II
DHR 30078	História Contemporânea II	DHR 30029	História Contemporânea II
----------	Optativa II	----------	----------
DHR 30079	Fundamentos e Práticas do Ensino de História	DHR 30030	Fundamentos e Práticas do Ensino de História
DHR 30081	Estágio Supervisionado do Ensino de História III	DHR 30045	Estágio Supervisionado do ensino de História
DHR 30082	Seminário de Atividades Complementares	DHR 30033	Seminário de Atividades Complementares
7º Semestre			
DHR 30083	História do Brasil IV	DHR 30034	História do Brasil República II
DHR 30084	Teoria da História III	DHR 30013	Metodologia da História
DHR 30085	História da África e das Relações Étnico-raciais	DHR 30036	História da África
----------	Optativa III	----------	----------
DHR 30086	História de Rondônia	DHR 30024	História de Rondônia
DHR 30087	Estágio Supervisionado em Ambientes Não-Escolares	DHR 30026	Estágio Supervisionado em Ambientes não-escolares
8º Semestre			
DHR 30088	História Contemporânea III	DHR 30040	História Contemporânea III
DHR 30089	Historiografia Brasileira	DHR 30041	Historiografia do Brasil
----------	Optativa IV	----------	----------
DHR 30090	Fundamentos e práticas da Educação Inclusiva	DHR 30090	Fundamentos e práticas da Educação Inclusiva
DHR 30091	Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	DHR 30044	Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)
DHR 30092	Seminário de Atividades Complementares	DHR 30092	Seminário de Atividades Complementares
		Disciplinas extintas da matriz curricular anterior	
		DHR30010	História do Pensamento Econômico*
		DHR30007	História das Idéias Políticas*
Disciplinas Optativas Criadas na Matriz Curricular 2017			
DHR30093	Antropologia Cultural	----------	Sem equivalente
DHR30094	Educação Popular	----------	Sem equivalente
DHR30095	Tópicos de Cultura Social no Século XX: Relações de Gênero e Construção do Feminino	----------	Sem equivalente

DHR30096	**Cultura Política e Imprensa no Brasil Republicano**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30097	**História, Cinema e Audiovisual**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30098	**História, Narrativa e Fontes Literárias**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30099	**História Oral**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30100	**Memória e Patrimônio Cultural**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30101	**História Ambiental**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30102	**História Local e Regional**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30103	**História Urbana**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30104	**História da Arte**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30105	**Museologia**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30106	**História Agrária**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30107	**Introdução a Teoria da Interpretação**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30108	**Português Instrumental**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30109	**Seminário e Metodologia da História**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30110	**História do Oriente**	**DHR30037**	**História do Oriente**
DHR30111	**História e Movimentos Sociais no Brasil**	**----------**	**Sem equivalente**
DHR30112	**Educação em Direitos Humanos**	**----------**	**Sem equivalente**
***Observação:** As disciplinas extintas, quando necessário serão ofertadas em caráter especial, conforme deliberação do Conselho de Departamento.			

4.4.5 Quadro de Disciplinas Optativas – Matriz 2017

Disciplina	Código	Carga Horária
Antropologia Cultural	DHR30093	60h/T, 20/P
Educação Popular	DHR30094	60h/T, 20/P
Tópicos de Cultura Social no Século XX: Relações de Gênero e Construção do Feminino	DHR30095	60h/T, 20/P
Cultura Política e Imprensa no Brasil Republicano	DHR30096	60h/T, 20/P
História, Cinema e Audiovisual	DHR30097	60h/T, 20/P
História, Narrativa e Fontes Literárias	DHR30098	60h/T, 20/P
História Oral	DHR30099	60h/T, 20/P
Memória e Patrimônio Cultural	DHR30100	60h/T, 20/P
História Ambiental	DHR30101	60h/T, 20/P
História Local e Regional	DHR30102	60h/T, 20/P
História Urbana	DHR30103	60h/T, 20/P
História da Arte	DHR30104	60h/T, 20/P

Museologia	DHR30105	60h/T, 20/P
História Agrária	DHR30106	60h/T, 20/P
Introdução a Teoria da Interpretação	DHR30107	60h/T, 20/P
Português Instrumental	DHR30108	60h/T, 20/P
Seminário e Metodologia da História	DHR30109	60h/T, 20/P
História do Oriente	DHR30110	60h/T, 20/P
História e Movimentos Sociais no Brasil	DHR30111	60h/T, 20/P
Educação em Direitos Humanos	DHR30112	60h/T, 20/P

Legenda (Carga Horária): h/T – Carga Horária Teórica; h/P – Carga Horária Prática

4.4.6 Avaliação do Curso pelo ENADE – Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante

Os estudantes do curso de Licenciatura em História foram avaliados pela primeira vez no ENADE em exame aplicado em 2014, obtendo conceito 3 (três), conforme resultado publicado no Diário Oficial da União, em 22 de dezembro de 2015[5]. Não foram aplicadas mais avaliações do ENADE para os estudantes de História, desde então.

4.4.7 Requisitos para Integralização de Currículo

Distribuição de Carga Horária e atividades para Integralização do Curso	Carga Horária	Créditos[6]
Carga Horária Mínima e distribuição dela em Créditos: total mínimo necessário para fins integralização do currículo e titulação nesta Licenciatura – contabilizando Componentes Curriculares Obrigatórios (Atividades teóricas e práticas), Estágios Curriculares Obrigatórios e Atividades Complementares.	3.640	182
Atividades Teóricas durante o curso (Indicadas em parte dos componentes curriculares obrigatórios, conforme tabela apresentada no item 4.4 deste PPC).	2.360	118
Atividades Práticas durante o curso (Indicadas em parte dos componentes curriculares obrigatórios, conforme tabela apresentada no item 4.4 deste PPC).	680	34
Estágios Curriculares Obrigatórios durante o curso (Indicadas em parte dos componentes curriculares obrigatórios, conforme tabela apresentada no item 4.3 deste PPC).	400	20
Atividades Complementares (Sob responsabilidade do/a aluno/a ao longo do curso e distribuídas conforme o Regimento dos Seminários de Atividades	200	10

[5] A íntegra do resultado pode ser acessada no seguinte endereço: O resultado do curso de História pode ser conferido na página 131 desta edição do Diário Oficial.
[6] Cada crédito na Unir equivale a 20/hs.

Complementares do Curso de Licenciatura em História, constante neste PPC)		

4.4.8 Atividades Complementares do curso de História

As atividades complementares têm por objetivo estimular a transversalidade e interdisciplinaridade ao longo da formação acadêmica. Tem por meta, ainda, promover o desenvolvimento do instrumental teórico, técnico e prático dos acadêmicos.

Seguindo a Legislação vigente, a carga horária destinada ao cumprimento das atividades complementares é 200h. A fim de proporcionar o debate sobre a experiência acadêmica vivencia no conjunto de ações que integram as atividades complementares pretende-se, anualmente, que o desenvolvimento das atividades de Iniciação à Pesquisa Histórica, Prática Educativa e Ações de Extensão culmine com um Seminário a ser realizado por professores/as e acadêmicos/as do 6º e 8º períodos do curso. Esse seminário será um momento privilegiado de síntese parcial e de integração entre o conhecimento do campo de atuação de profissionais de História, as disciplinas estudadas, a iniciação à pesquisa e reflexões sobre práticas extensionistas e a comunicação e interação da universidade com a sociedade civil, tendo como foco a formação e atuação do profissional de História.

A participação dos acadêmicos e acadêmicas no Seminário se dará por meio de comunicação/apresentação oral com a socialização das experiências já vivenciadas e entrega de cópias de documentação (certificados, declarações etc.), referentes as atividades complementares já realizadas (Relatório de pesquisa, resumo expandido, Pôster e/ou apresentação oral, produção de artigos acadêmicos, entre outras, conforme previsto do Regimento dos Seminários de Atividades Complementares).

As normas de regem as ações relacionadas às Atividades Complementares, são reguladas por regimento próprio, conforme consta do Anexo I.

4.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso- TCC deverá ser apresentado no 8º

período. O TCC é entendido como a culminância de uma trajetória de formação. Portanto, pretende-se que os/as estudantes sejam capazes de aprofundar teoricamente, com base em pressupostos da pesquisa científica, temas de interesse com os quais se depararam durante os estudos teóricos na área de história e as vivências de estágio, ao longo do curso.

Dentre as modalidades de Trabalho de Conclusão de curso optou-se pela Monografia, que tem como objetivo principal o aperfeiçoamento da capacidade investigativa dos/asfuturos/as profissionais como um recurso importante, não só para a produção de novos conhecimentos, mas também para o aperfeiçoamento do próprio trabalho profissional.

Será realizado sob a coordenação do professor ou professora de TCC e com a orientação de professores e professoras do curso, de acordo com as áreas de ensino e pesquisa de cada profissional, conforme o Regulamento de Monografia (TCC), que conta do Anexo II.

Os trabalhos de conclusão de curso poderão ser divulgados para a comunidade por meio de Seminários de TCC e a participação dos alunos e alunas em outros eventos científicos, que poderão computados também como atividades complementares.

4.6 Articulação entre a Teoria e a Prática, entre Ensino Pesquisa e Extensão

Ao longo da formação os alunos e alunas serão estimulados a participar de projetos de extensão, pesquisa e outros eventos formativos promovidos pela própria instituição ou outras entidades as quais são denominadas no projeto como atividades complementares.

As atividades curriculares complementares, que correspondem a 200 horas, serão desenvolvidas ao longo dos períodos do curso e devem ser vinculadas às disciplinas por meio de projetos elaborados pelos docentes que ministram disciplinas no Curso. Estas atividades devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho de Departamento do Curso, tendo como base o Regimento dos Seminários de Atividades Complementares, Anexo I deste PCC.

No 6º período deverá realizar-se um Seminário de Iniciação à pesquisa, com carga horária de 20 horas e no 8º período, o Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, também com carga horária de 20 horas. Estas serão as duas atividades complementares organizadas obrigatoriamente pelo Departamento de História. A carga horária restante, será cumprida pelos/as discentes ao longo do curso, conforme regimento em anexo.

Convém salientar, frente ao exposto, que as atividades complementares são componentes curriculares de caráter científico, cultural e acadêmico, cujo foco principal é a realização de estudos independentes, transversais, interdisciplinares e opcionais capazes de promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do/a estudante, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o exercício da profissão, podendo também ser realizadas por meio de convênios com instituições e empresas que ofereçam oportunidades de estágios.

As temáticas para as atividades complementares serão consideradas atividades de extensão, com validade de créditos em disciplinas do curso, e deverão estar voltadas para a comunidade extra UNIR, podendo ser realizadas por meio de cursos, conferências, seminários, semanas de estudo, atividades artístico-culturais, de apoio e/ou assessorias a movimentos populares, pesquisas, trabalhos relacionados à documentação histórica, arquivos, museus e patrimônio cultural, entre outras.

Ao final de cada atividade complementar, os alunos e alunas deverão entregar ao/aprofessor/a coordenador/orientador/a de atividades um relatório que terá status de avaliação. No entanto, outros critérios avaliativos poderão ser propostos pelo Conselho de Departamento.

Ao final do curso, para integralização curricular o aluno e aluna terão que apresentar junto à coordenação os comprovantes de no mínimo 200 horas de participação em atividades complementares desenvolvidas ao longo da formação como participação em eventos, projetos conforme normatização em critérios próprios pelo Departamento.

Tal integralização atividades complementares, a exemplo de outras ações, como propostas de intervenção, projetos de extensão e pesquisa etc.,

poderão ser agregadas e organizadas em torno de linhas de pesquisas, a se constituírem no curso. Assim, o discente e a discente, serão orientados para, a partir das disciplinas de Pesquisa em História, aderir uma das linhas de pesquisa do curso que, inicialmente, serão as listadas abaixo. Estas Linhas de Pesquisa constituir-se-ão no eixo condutor das atividades de pesquisa durante todo o curso, orientando ao⁄aaluno⁄a ao final de cada disciplina voltada para a pesquisa, produzir um texto científico.

Estas Linhas de Pesquisa poderão ser discutidas e avaliadas periodicamente pelo NDE, conforme as necessidades do curso, e se considerar pertinente, este Núcleo encaminhará propostas de redefinições ou adequações ao colegiado do Departamento, que fará o seu detalhamento em temáticas, divulgando-as previamente, para que, quando da matrícula semestral, o⁄a discente possa optar por uma destas temáticas, com a qual trabalhará.

As Linhas de Pesquisas iniciais são as seguintes:

- História, Cultura e Poder
- História e Meio Ambiente
- História e Ensino de História
- História, Narrativa e Memória
- História, migrações e concepções de sentidos das percepções de populações amazônicas;

4.7 Perfil do Graduado em História (Licenciatura Plena)

O⁄a profissional egresso⁄a do curso de Licenciatura em História deve estar apto⁄a ao exercício do magistério superior, ensino fundamental e médio. Deve possuir qualificação que lhe possibilite realizar estudos, debates e pesquisas acerca das realidades regional e brasileira, em diferentes temporalidades e estabelecendo as conexões entre presente e passado, entre o regional, o nacional e o internacional.

Pode, ainda, atuar em diversas áreas, a saber:

- Assessorar projetos pedagógicos na área de história;
- Magistério superior em universidades públicas e privadas;

• Magistério nos anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) e no Ensino Médio, em escolas públicas e privadas;

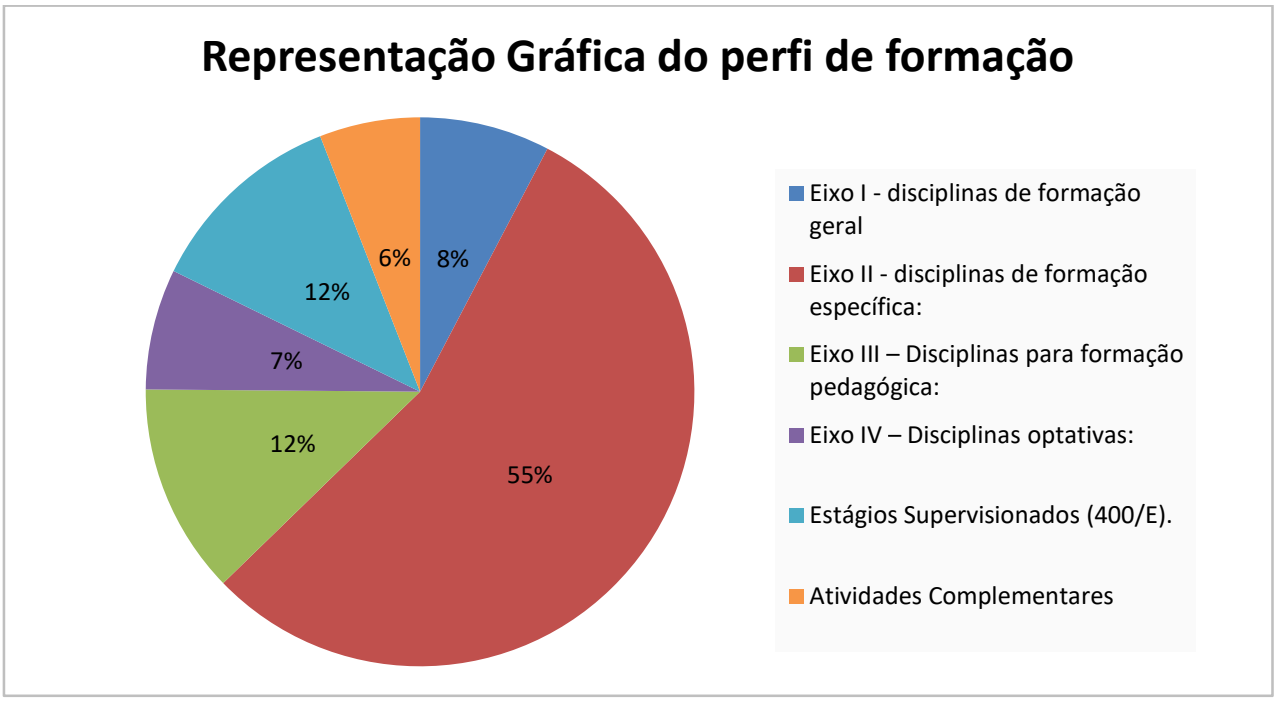
• Assessorias de conteúdo e pesquisa histórica a entidades públicas e privadas, ligadas aos setores culturais, políticos, artísticos, turísticos, de patrimônio e meios de comunicação de massa, entre outros.

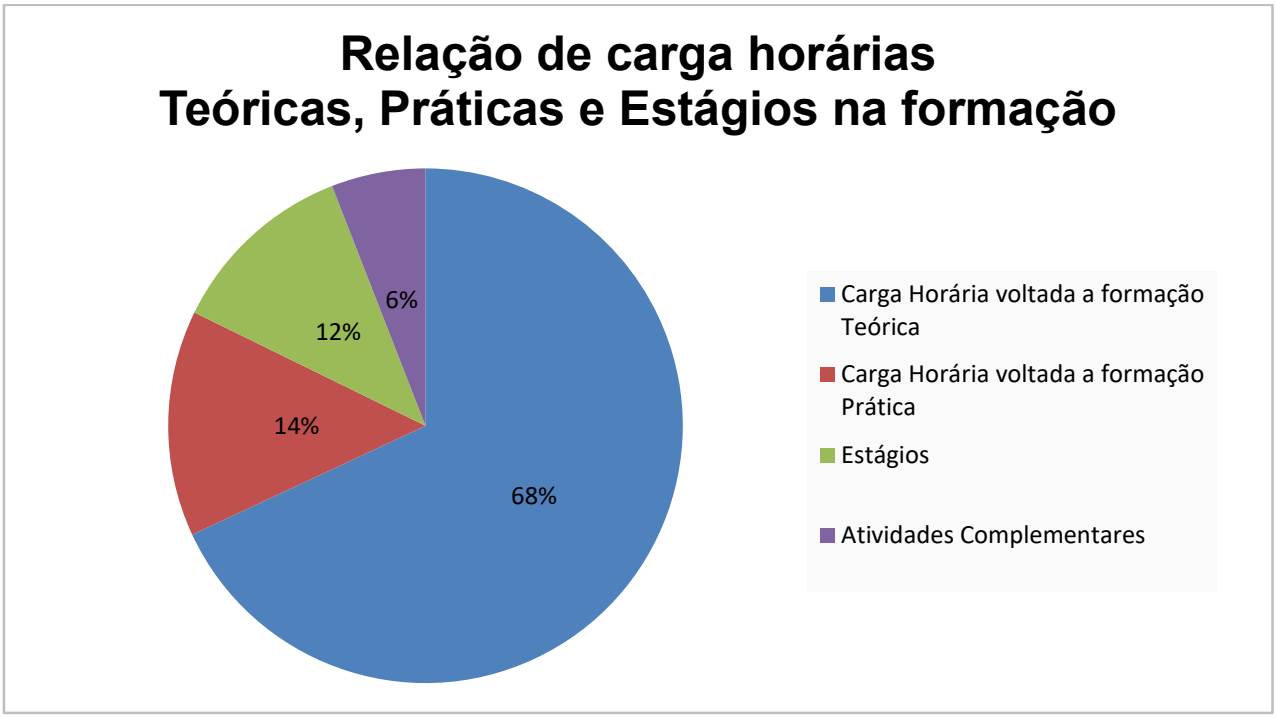
• Atuar junto a comunidades, associações comunitárias e sindicatos, no que se refere ao estabelecimento de políticas de incentivo à preservação de suas memórias e produção de bancos de dados que registrem e mantenham informações referentes a elas;

• Ter iniciativa própria, prestando assessoria em História (pessoa física e jurídica) quando requisitados ou convidados.

4.8 Representação Gráficade um Perfil de Formação

O Plano de integralização da carga horária disposto abaixa informa o percurso da integralização da carga horária: plano de integralização da carga horária do acadêmico/a licenciado em História.





4.9 Metodologias de Avaliação: Curso, Docente e Discente

O sistema de avaliação do curso de Licenciatura em História deve estar em consonância com o processo de avaliação de todas as atividades desenvolvidas pela UNIR, ou seja, a avaliação institucional.

Do ponto de vista do curso de Licenciatura em História, a avaliação compreenderá três dimensões:

● A avaliação da aprendizagem.

● A avaliação do curso.

● A avaliação do desempenho docente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, a avaliação é compreendida de forma ampla, como atitude de responsabilidade da instituição, dos/as docentes e dos/asalunos/as acerca do processo formativo.

A avaliação da aprendizagem é de competência do/a docente, com a participação dos/as discentes. Entende-se que os/as docentes têm autonomia para definir quais as formas adequadas de avaliar seus/as alunos/as frente à peculiaridade da disciplina, os objetivos propostos nos planos de curso e os procedimentos metodológicos utilizados na ministração das aulas. Cabe observar, contudo, que a Universidade dispõe de normativas que orientam

esse processo avaliativo, privilegiando seu caráter processual, cumulativo e contínuo, de maneira a prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme dispõe a Resolução 251/CONSEPE, de 27 de novembro de 1997, que regulamenta o sistema de avaliação discente na UNIR e que deve ser observada pelos docentes do curso.

A avaliação do curso, que inclui a estrutura curricular, a gestão acadêmica, as atividades de ensino, pesquisa e extensão e as possibilidades que o mercado oferece ao egresso do curso, é de competência do NDE junto ao colegiado do curso, que periodicamente deverá se reunir para debater as questões mencionadas e proceder aos devidos encaminhamentos.

Tendo em vista que a gestão do Projeto Político-Pedagógico requer acompanhamento sistemático e reflexivo, está em construção, também, o instrumento de avaliação e acompanhamento dos egressos do curso, por meio de questionários ou entrevistas, que possibilitem investigar a atuação deles e as percepções sobre a formação recebida, frente a prática do exercício profissional. Após coletadas tais informações, esta será uma das possibilidades de se discutir junto ao Núcleo Docente Estruturante – NDE e ao Conselho do Departamento – CONDEP, as potencialidades e desafios que a formação no curso tem possibilitado; bem como de avaliar as condições para a concretização dos objetivos nele propostos.

No que concerne a auto avaliação do curso, o NDE junto ao colegiado do curso fará anualmente a aplicação dos questionários formulados pela CPAv com a base na lei dos SINAES, e partir dos resultados obtidos será feita a avaliação das dimensões do curso e elaboração do relatório e possíveis melhorias quanto aos indicadores que integram a estrutura do curso. A Comissão Própria de Avaliação/CPAv, cuja constituição foi provocada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e Portaria Nº 2.051, de 9 de Julho de 2004, que Regulamenta é responsável pela Avaliação Institucional no âmbito e da UNIR. A “CPAv caberá assessorar, acompanhar, monitorar e mobilizar a UNIR em torno da execução da Política de Avaliação Institucional, observada a legislação pertinente em vigor”, conforme disposto na Resolução nº 021/CONSUN, de 03 de novembro de 2014 (Regimento Interno CPAv).

A avaliação do desempenho docente, que envolve também a pesquisa e a extensão, dar-se-á de três formas:

1. Após o desenvolvimento de cada disciplina semestral, a Comissão de Avaliação, instituída pelo Conselho do Departamento, de posse de um instrumento (formulário), procederá, junto aos alunos, a avaliação do curso realizado, pois os alunos, anonimamente, preencherão o referido formulário, cujos dados devem ser sistematizados e os resultados encaminhados ao/a docente pelo chefe de departamento para que esse possa fazer os ajustes necessários na relação ensino-aprendizagem.
2. Dar-se-á por meio do relatório das atividades realizadas semestralmente pelos/as docentes, ficando a cargo da chefia departamental, em regime de colegiado, propor os devidos ajustes.
3. A auto-avaliação docente, quando cada docente, a partir de um instrumento (formulário) deverá proceder à avaliação de suas atividades, propondo inclusive as mudanças necessárias.

Importante destacar que a avaliação é compreendida na sua dimensão qualitativa, e não punitiva ou mercantilizada, pois neste caso haveria a reprodução e reforço da cultura tradicional da avaliação autoritária e excludente ou premiadora.

Envolve, também, a conscientização, aceitação e adesão voluntária dos segmentos que constituem o curso, visando sua melhoria.

Outro aspecto a destacar é a legitimidade que a avaliação deve ter ao ser sustentada numa metodologia participativa capaz de garantir a construção coletiva dos instrumentos de avaliação, segundo critérios balizadores do trabalho executado e com base em informações fidedignas.

Vale também destacar a devolução de resultados da avaliação às partes interessadas, assim como a privacidade e o sigilo de informações que dizem respeito, exclusivamente, ao indivíduo.

4.10 Programas Especiais de Formação

Com o objetivo de garantir a formação de profissionais qualificados, aptos, cada vez mais a conjugar ensino e pesquisa e, ainda, que tais profissionais consigam experienciar, ainda no âmbito da graduação a

importância da formação continuada, são ofertas aos acadêmicos/as, no âmbito dos Programas Especiais, a oportunidade de participação nos seguintes programas: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID, monitoria acadêmica e, ainda, a ser implantado no Curso de Licenciatura em História o Programa de Educação Tutorial.

4.10.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – Pibic

A Universidade Federal de Rondônia oferece, em parceria com a Capes, cerca de 100 bolsas ao conjunto dos acadêmicos dos 7*campi* que compõem a IES. Seguindo as diretrizes da Capes tem como finalidade:

- Despertar vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional;
- Estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação.
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;
- Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa; e
- Ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.[7]
    - Desde a criação do curso de História em Rolim de Moura a participação de docentes e discente no Pibic tem contribuído, fundamentalmente, para

[7] Informações disponíveis no *site* da Capes, no endereço . Acesso em 04 de dez. de 2016.

estreitar os laços entre ensino e pesquisa no âmbito na formação acadêmico.

4.10.2 Programa de Educação Tutorial – PET

O Programa de Educação Tutorial – PET está Regulamentado pela Lei 11.180 de 23 de setembro de 2005 e Portaria MEC, nº 3.385, de 29 de setembro de 2005 e nº 1.632 de 25 de setembro de 2006. De acordo com seu objetivo central de constituição, o PET destina-se a apoiar grupos que demonstrem potencial, interesse e habilidade destacada em cursos de graduação das Instituições e Ensino Superior.

Segundo manual disponibilizado pela Universidade Federal de Rondônia, o Programa é composto por grupos tutoriais de aprendizagem e busca propiciar aos acadêmicos, sob orientação de um professor tutor, condições para realização de atividades extracurriculares que contemplem sua formação acadêmica, procurando de maneira adequada às necessidades impostas pela formação inicial, e ainda, contribuir para ampliar em extensão e profundidade os objetivos e conteúdos presentes da grade curricular.[8]

Com a futura implantação do PET no curso de licenciatura em História espera-se propiciar a melhoria da qualidade acadêmica e estreitar os laços entre formação teórica e prática e, ainda, entre o acadêmico e o universo escolar que será um dos *locus*de sua atuação profissional.

4.10.3 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid[9]

O Pibid é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica.

O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino.

[8] Programa de Educação Tutorial – PET. Manual de orientações básicas. Disponível em . Acesso em 22 de dezembro de 2016.

[9] Texto extraído do site da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pode ser acessado pelo seguinte endereço:

Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Objetivos do Programa

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- contribuir para a valorização do magistério;
- elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Como funciona?

Instituições de Educação Superior interessadas em participar do Pibid devem apresentar à Capes seus projetos de iniciação à docência conforme os editais de seleção publicados. Podem se candidatar IES públicas e privadas com e sem fins lucrativos que oferecem cursos de licenciatura.

As instituições aprovadas pela Capes recebem cotas de bolsas e recursos de custeio e capital para o desenvolvimento das atividades do projeto.

Os bolsistas do Pibid são escolhidos por meio de seleções promovidas por cada IES.

4.10.4 Monitoria Acadêmica[10]

O Programa de Monitoria Acadêmica, caracterizado como um Programa de fomento a Educação, surge da necessidade e importância de contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico do monitor, bem como, proporcionar uma possibilidade de nivelamento, uma vez que o monitor atende a demanda dos discentes matriculados em períodos anteriores.

No contexto educacional, a Monitoria tem como objetivo preparar o discente para a atividade docente, mesmo nos cursos com grau de bacharelado, e promover melhoria na qualidade de ensino da graduação, articulando teoria e prática, na produção do conhecimento, sob a orientação de um docente responsável pela disciplina na qual o discente for monitor, além de oportunizar subsídios teóricos que auxiliem na consolidação de uma atividade docente coerente a realidade atual, a partir do momento que se fomenta as trocas de conhecimento entre os Professores orientadores, os monitores e os discentes atendidos a partir das discussões, sob as mais variadas a influência teóricas e práticas fortalecendo o processo ensino-aprendizagem. Sua importância na Instituição esta evidenciada com a consolidação do referido Programa e pela busca constante dos departamentos e discentes da UNIR por monitores. Tem-se com isso a necessidade de manutenção, ampliação e renovação do Programa de Monitoria Acadêmica.

Os alunos interessados deverão fazer processo seletivo realizado pelos Departamentos conforme demanda.

Requisitos:

1. Disponibilidade orçamentária anual para o Programa de Monitoria e a PROGRAD informa o número de vagas por departamento.

[10] Texto extraído do site da Progad/Unir – Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Rondônia, pode ser acessado no endereço a seguir:

2. A função do monitor será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação, classificados em processo seletivo, realizado pelo Departamento de Ensino a que se vincule a disciplina ou disciplinas objeto da seleção.
3. O Programa de Monitoria da Universidade abrangerá dois tipos de monitores: o remunerado e o voluntário.
4. Ao monitor remunerado será concedida a bolsa mensal, cujo valor será igual ao valor pago pela Bolsa de Iniciação Científica do CNPQ, no ano de sua concessão.
5. As atividades do monitor não poderão coincidir com suas obrigações acadêmicas em função das disciplinas em que estiver matriculado ou com as obrigações de servidor-aluno.
6. Processo de seleção anual para Monitores realizados pelos Departamentos a partir do Edital Modelo formulado pela PROGRAD, conforme Resolução nº 129/CONSEA, de 13 de julho de 2006.
7. Homologação do resultado da Seleção de Monitores pelos departamentos e encaminhamento da documentação à PROGRAD: Ata de departamento aprovando a seleção e especificando os monitores voluntário e bolsistas; termos de compromisso; RG;CPF; Comprovante de residência, matrícula e histórico escolar; Registro do Monitor; Declaração de não acumulo de bolsa; declaração de disponibilidade; Plano de trabalho; dados bancários (para os bolsistas).
8. Homologação Geral da Seleção para Monitores pela Comissão de Monitoria/UNIR.
9. Após o início das atividades, o departamento deve enviar mensalmente a folha de frequência e relatório dos monitores, devidamente assinados.

Procedimentos

1. O Departamento interessado publica Edital do Programa de Monitoria, realiza o processo seletivo e homologa o resultado.
2. O Departamento, após resultado dos selecionados, encaminha à Comissão de Monitoria/PROGRAD, cópia da Ata de aprovação, com listagem dos

aprovados, especificando os monitores voluntário e bolsistas; termos de compromisso; RG; CPF; comprovante de residência, matrícula e histórico escolar; Registro do Monitor; Declaração de não acúmulo de bolsa; declaração de disponibilidade; Plano de trabalho; dados bancários (para os bolsistas);

3. Homologação Geral da Seleção pela Comissão de Monitoria/PROGRAD.

4. Início das atividades sempre no 1º dia do mês seguinte à homologação final do processo seletivo pela Comissão de Monitoria;

5. Professor Orientador e monitor assinam e entregam o registro de frequência e relatório de atividade mensal ao Departamento;

6. O Departamento encaminha a documentação, via memorando, à PROGRAD;

7. A PROGRAD encaminha relação dos monitores remunerados que entregaram a frequência até o 3º dia útil do mês seguinte às atividades desenvolvidas à PROPLAN para procedimentos quanto ao pagamento. No caso da monitoria voluntária, as frequências são arquivadas e, posteriormente, servirão para contabilizar horas para o certificado;

8. Ao término das atividades de Monitoria de cada ano, o Professor Orientador preenche uma avaliação do monitor e o relatório final que serão encaminhados via Departamento à PROGRAD;

9. A PROGRAD confecciona os certificados e disponibiliza aos monitores e orientadores.

4.10.5 Mobilidade Estudantil (Programa de Mobilidade de Discentes)[11]

UNIDADE RESPONSÁVEL: Pró-Reitoria de Graduação/PROGRAD e Coordenador Local do Programa de Mobilidade Acadêmica/UNIR. LEGISLAÇÃO: Convênio entre as Instituições Federais de Ensino Superior visando ao Programa de Mobilidade Acadêmica e Resolução 225/CONSEA, de 17 de dezembro de 2009.

[11] Informações constantes no site da Prograd/Unir, cujo acesso e consulta podem ser realizadas pelo seguinte endereço:

ANEXO DA RESOLUÇÃO 553/CONSEA, DE 01/11/2018

Requisitos:

1. Ser aluno regularmente matriculado em cursos de graduação presenciais de Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira (IFES) integradas nos termos do Convênio ANDIFES de 26 de outubro de 2011.
2. Alunos que tenham concluído pelo menos vinte por cento (20%) da carga horária de integralização do curso de origem e possuam, no máximo, duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade.
3. As solicitações de Mobilidade devem ser feitas para o período seguinte ao que o discente está cursando e conforme os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico da UNIR e no Convênio ANDIFES.

Procedimentos

1. O discente protocola requerimento até 31 de março (para Mobilidade no 2º semestre letivo do mesmo ano) ou 31 de agosto (para Mobilidade no 1º semestre letivo do ano seguinte), via Protocolo Acadêmico (localizado na DIRCA ou SERCA), endereçado ao Departamento do curso no qual está matriculado, solicitando a participação no Programa, com cópia autenticada do RG, CPF, comprovante de residência (com expedição de no máximo noventa dias), ficha de inscrição informando o meio de contato (e-mail e telefone); atestado de matrícula do semestre em que está matriculado; Histórico Escolar (constando no máximo duas reprovações no total de disciplinas cursadas); plano de ensino com relação das disciplinas com respectivas cargas horárias que pretende cursar na IFES receptora; Matriz Curricular e Ementas das disciplinas solicitadas da UNIR e da Instituição Receptora; Confirmação de disponibilidade de vaga da instituição receptora para o semestre seguinte;
2. O Departamento deverá, até 30 de abril (para Mobilidade no 2º semestre letivo do mesmo ano) e 30 de setembro (para Mobilidade no 1º semestre letivo do ano seguinte), encaminhar à PROGRAD o processo com toda documentação do acadêmico, juntamente com: Plano de Ensino deferido pelo Departamento, verificando se preenche os requisitos da Resolução 225/2009

do CONSEA e do Convênio ANDIFES, de 26 de Outubro de 2011. Cópia da Ata de Reunião do Conselho de Departamento aprovando a Mobilidade do discente.

3. A PROGRAD encaminha a Carta de Apresentação, assinada pelo coordenador local, com cópia da documentação do requerente para a IFES receptora até 31 de maio (para Mobilidade no 2º semestre letivo do mesmo ano) ou 31 de outubro (para Mobilidade no 1º semestre letivo do ano seguinte). Se deferido o pedido, o Coordenador Local da instituição receptora emitirá Carta de Aceite do discente para a UNIR.

4. A instituição receptora, além de enviar a Carta de Aceite do pedido do discente, deverá, posteriormente, enviar o comprovante (atestado) de matrícula à IFES de origem em nome do Coordenador Local da ANDIFES;

5. O Coordenador Local da ANDIFES/UNIR encaminha o processo com o comprovante de matrícula para a DIRCA ou SERCA para registro, com cópia para o Departamento, que informará ao acadêmico sobre o aceite;

6. Semestralmente, a IFES receptora deverá encaminhar o Atestado dos Conceitos das disciplinas cursadas para a PROGRAD, que encaminhará a DIRCA ou SERCA para juntada ao processo de Mobilidade do discente e remessa ao Departamento ao qual ele está vinculado, para validação das disciplinas cursadas, pelo Conselho do Departamento;

7. O Departamento anexa ao processo de Mobilidade do discente a ata validando as disciplinas cursadas e remete os autos para a DIRCA ou SERCA, para os devidos registros; 8. Para a renovação da mobilidade por mais 1(um) semestre, o discente deverá seguir os mesmos procedimentos do 1º passo, observando os prazos lá estabelecidos, para análise do plano de ensino, das ementas das disciplinas solicitadas e aprovação e efetivação da matrícula.

Todos os semestres são publicados na página da UNIR os procedimentos e datas para os tramites internos respeitando os prazos do Convênio.

5. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO

O curso de Licenciatura em História será ministrado prioritariamente pelos/as docentes contratados/as para formarem o Departamento de História.

As disciplinas pedagógicas poderão também ser oferecidas pelo Departamento de Educação do *Campus*.

5.1. Gestão Administrava e Acadêmica do Curso

5.1.1 Chefia do Departamento

Nome completo	CPF	E-mail	Titulação máxima	Função - Docente Docente/ Tutor	Regime de trabalho (integral – DE ou T40) (parcial- T20)	Vínculo empregatício - Estatutário CLT Outros
Rodrigo Tavares Godoi	886313201-10		Doutor	Docente	DE	Estatutário

5.1.2 Vice-Chefia do Departamento

Nome completo	CPF	E-mail	Titulação máxima	Função - Docente Docente/ Tutor	Regime de trabalho (integral – DE ou T40) (parcial- T20)	Vínculo empregatício - Estatutário CLT Outros
Gilmara Yoshihara Franco	766582101-44	gilmara.franco@unir.br	Doutora	Docente	DE	Estatutário

5.1.3 Núcleo Docente Estruturante – NDE

Nome completo	CPF	E-mail	Titulação máxima	Função - Docente Docente/ Tutor	Regime de trabalho (integral – DE ou T40) (parcial- T20)	Vínculo empregatício - Estatutário CLT Outros
José Joaci Barboza	251030752-53	joacijb@unir.br	Mestre	Docente	DE	Estatutário
Cynthia Cristina de Morais Mota	844439106-97	cynthiacristina@unir.br	Doutora	Docente	DE	Estatutário
Adriane Pesovento	569911501-34	pesovento@hotmail.com	Doutora	Docente	DE	Estatutário
Zairo Carlos da Silva Pinheiro	420730222-00	zairo.carlos@unir.br	Doutor	Docente	DE	Estatutário
Gilmara Yoshihara Franco	766582101-44	gilmara.franco@unir.br	Doutora	Docente	DE	Estatutário

5.1.4 Docentes do Curso

Nome completo	CPF	E-mail	Titulação máxima	Função - Docente Docente/ Tutor	Regime de trabalho (integral – DE ou T40) (parcial- T20)	Vínculo empregatício - Estatutário CLT Outros
Adriane Pesovento	569911501-34	pesovento@hotmail.com	Doutora	Docente	DE	Estatutário
José Joaci Barboza	251030752-53	joacijb@unir.br	Mestre	Docente	DE	Estatutário
Cátia Franciele Sanfelice de Paula	054376489-36	catia.sanfelice@unir.br	Mestre	Docente	DE	Estatutário
Cynthia Cristina de Morais Mota	844439106-97		Doutora	Docente	DE	Estatutário
Gilmara Yoshihara Franco	766582101-44	gilmara.franco@unir.br	Doutora	Docente	DE	Estatutário
João Maurício Gomes Neto	046605264-29	joao.mauricio@unir.br	Mestre	Docente	DE	Estatutário
Maurício Silva de Souza	362790214-91	mauricio.souza@unir.br	Doutor	Docente	DE	Estatutário
Rodrigo Tavares Godoi	886313201-10	rodrigo.godoi@unir.br	Doutor	Docente	DE	Estatutário
RoselineMezacasa	356873288-23	roselinemezacasa@unir.br	Mestre	Docente	DE	Estatutário
Zairo Carlos da Silva Pinheiro	420730222-00	zairo.carlos@unir.br	Doutor	Docente	DE	Estatutário

5.2. Recursos Humanos

5.2.1. Docentes Lotados no Departamento

NOME	FORMAÇÃO	PERFIL
Adriane Pesovento	Doutora	Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999), mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2004). Doutora em Educação pela UFMT. Possui experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, Indígena e Regional. Professora efetiva do Estado de Mato Grosso na Educação Básica entre os anos de 2000 e 2010. Professora no ensino superior há mais de treze anos. Atualmente é professora da Universidade Federal de Rondônia, instituição em que ministra aulas de História do Brasil Colônia, História do Brasil Império, História da Educação e Antropologia. Participa do GEM, Grupo de Pesquisa Educação, História e Memória do Programa de Pós-Graduação em educação da UFMT. Participa como membro do conselho do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNIR. Foi coordenadora do curso de pedagogia da União das Faculdades de Alta Floresta. Coordenou o Sub-projeto PIBID História e atualmente é coordenadora de gestão do PIBID – UNIR
Cátia Franciele Sanfelice de Paula	Mestre	É graduada em História pela Universidade Estadual Do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2006), especialista em História: Ensino e Pesquisa pela Universidade Estadual Do Oeste do Paraná (2009), mestre em História também pela Universidade Estadual Do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2012). Doutoranda em História, Linha de pesquisa, Trabalho e Movimentos Sociais, pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Atuou na rede Estadual de ensino. Atualmente é professora de Teoria e Filosofia da História, na Universidade Federal de Rondônia. Atua na área de História Social. Tem experiência nos seguintes temas: ensino de História, história e memória, movimentos sociais, campo e cidade, atingidos por barragens, cultura e

		relações de trabalho e de trabalhadores.
Cynthia Cristina de Morais Mota	Doutora	Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994) e mestrado em História pela mesma universidade (2000). Doutora em História Social pela USP (2008). Professora de História Antiga e Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: História grega e romana e Historiografia helenística e Historiografia Antiga e Antiguidade Tardia. Professora na Pós Graduação de Metodologia e Técnica de Pesquisa e Realidade Educacional Brasileira. Trabalhou na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) lecionando História Medieval e na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) ministrando as disciplinas de História Antiga e Medieval, Sociologia e História da Educação. Trabalhou na FEAD no mestrado profissional e orientando alunos em pesquisa.
Gilmara Yoshihara Franco	Doutora	Possui graduação em História pela Universidade Católica Dom Bosco (1998), mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2007) e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/ Unesp. Foi editora da Revista História e Cultura, Revista Internacional editada pelo corpo discente do PPGH da Unesp/Franca. Atualmente é professora da Universidade Federal de Rondônia - Unir e desenvolve pesquisa de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/Unesp. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea. Tem experiência, principalmente, nos seguintes temas: Culturas Políticas, Brasil República, História Moderna e Contemporânea.
João Maurício Gomes Neto	Mestre	Possui graduação (2007) e mestrado (2010) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp/Franca. Atua na área de História Moderna e Contemporânea. Atualmente, desenvolve projeto de pesquisa na área de História, com ênfase na

		investigação dos seguintes temas: memória, migração, sociabilidades, patrimônio cultural e identidades.
José Joaci Barboza	Mestre	Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia - lotado no Departamento de História Campus de Rolim de Moura. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2009), Especialista em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Rondônia (2001) e, Graduado em História pela Universidade Federal de Rondônia (2000). Pesquisador dos Grupos: Pesquisador em Educação Intercultural; Geografia Socioambiental; Laboratório de Pesquisa em Educação Intercultural na Amazônia e do Grupo de Estudos e Pesquisas de Espacialidades Amazônicas - GEAM. Tem experiência nas áreas de História e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História Regional, História Oral, Metodologia de História, Patrimônio Histórico, História da América, História Contemporânea, Relações Interétnicas História e Memória, História da Educação, Políticas Públicas do Ensino Fundamental, Pensamento Pedagógico Brasileiro e Escola, Estado e Práxis Educativa.
Maurício Silva de Souza	Doutor	Professor Adjunto A do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia UNIR - Campus Rolim de Moura. Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia - Campus Porto Velho. Mauricio Silva de Souza tem Graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1998), Mestrado em Políticas Públicas pela - Universityof Sheffield / Inglaterra (2004) curso reconhecido pelo programa de pós graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco UFPE conferindo o título de Mestre em Ciência Política; Especialista em Economia da Mudança Climática Universityof Cambridge (Inglaterra) e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Experiência de ensino nos cursos de História, Serviço Social, Ciências Contábeis, Direito, Pedagogia, Especialização em

		Políticas Públicas e Sistema de Informações nas Disciplinas: Movimentos Sociais, Avaliação de programas Sociais, Desenvolvimento do Capitalismo, Teoria Geral da Administração TGA, Direito Internacional Público, Economia Política, Sociologia, Filosofia, História Contemporânea e do Brasil, Relações Internacionais, Comércio Exterior, Metodologia da Pesquisa Social, Estágio Supervisionado, Gestão Pública, Ciência Política e Tópicos Especiais em Administração. Atuou como professor de Educação a Distância EAD e Semipresencial nas disciplinas de Lógica e Sociologia. Experiência comprovada por 23 anos em cargos da Gestão Pública.
Rodrigo Tavares Godoi	Doutor	Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás-UFG; mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD; especialista em História: Brasil, Regional e Local pela Universidade Federal de Goiás-UFG e graduado em História pela Faculdade de Estudos Sociais de Barra do Garças-FESB/UNIVAR. Possui como área de concentração Teoria e Filosofia da História, atuando nos seguintes temas: história, memória e hermenêutica.
RoselineMezacasa	Mestre	Docente Universidade Federal de Rondônia - UNIR - Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) - Área de concentração História Indígena. Especialista em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Sustentabilidade - UFGD. Graduação em História Licenciatura - UFGD. Tem experiência na área de História, Ensino de História, História Indígena, Educação Escolar Indígena.
Zairo Carlos da Silva Pinheiro	Doutor	Professor Assistente do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus de Rolim de Moura. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestrado em Geografia (UNIR). Especialização em Ciências Humanas (UNIR). Tem experiência nas áreas de História da América Colonial, Geografia Regional, Filosofia e pesquisa em História Oral. Atualmente coordena a linha de

		pesquisa: Populações Amazônicas: oralidades, imaginários e modos de vida. Linha que faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas de Espacialidades Amazônicas - GEAM/UNIR.

Necessidades de Contratação: Realização de concurso para contratação de 03 (três) professores/as, com titulação de doutor, de forma a completar o total de 15 (quinze) docentes, conforme previsão da proposta de criação do curso apresentada e aprovada nas instâncias competentes desta Universidade. Tais contratações possibilitarão aos docentes reduzir a excessiva carga horária destinada as atividades de ensino, dado o número ainda insuficiente de professores, e ampliar as ações em pesquisa e extensão universitárias. Essas contrações devem ser nas seguintes áreas, observadas as carências do curso em profissionais nesses campos de atuação:

TITULAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Doutor	História e Cultura dos Povos Indígenas
Doutor	História e Ensino de História
Doutor	História da África e das Relações Étnico-Raciais

Há ainda 2 (dois) códigos de vagas em pendência. Um relativo ao prof. Cleber Duarte Coelho, que era lotado no Departamento de História/Unir/Rolim de Moura, passou em concurso na Universidade Federal de Santa Catarina e pediu vacância. Outro, referente a profa. Francismary Alves da Silva, transferida pelo MEC deste Departamento para a Universidade Federal do Sul da Bahia/UFSB, cabendo as instâncias competentes da Universidade Federal de Rondônia acertarem os trâmites legais junto à UFSB, para que esta encaminhe o código de vaga a este Departamento.

Necessidades e ações de qualificação do corpo docente: Garantir a formação continuada do quadro docente, de forma a possibilitar que todos tenham titulação de doutor. Assim, a prioridade inicial é criar condições para que os 3 (três) mestres do curso se titulem doutores.

5.2.2 Corpo Discente

No que diz respeito ao corpo discente do curso, a Universidade, por meio de suas Pró-Reitorias (Prograd, Procea e Propesq) e o Departamento, a partir do desenvolvimento de projetos de ensino, extensão e pesquisa, têm levado aos estudantes ações que visam à formação acadêmica e humanística deles, bem como incentivar e desenvolver políticas que possibilitem minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, ampliar e democratizar as condições de permanência na Universidade e reduzir os índices de evasão.

As ações que tem por finalidade reduzir os efeitos das desigualdades sociais e regionais, são desenvolvidas principalmente pela Procea (Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis), a partir de chamadas públicas (editais) para concessão de auxílios Alimentação, Transporte, Moradia, Creche e Permanência do Programa de Assistência Estudantil da UNIR. Há também, pela mesma Pró-Reitoria, editais para Bolsa Monitoria Especial do Programa de Assistência Estudantil, com vistas a possibilitar o acompanhamento a discentes com deficiências física, auditiva, visual ou mental e também estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD.

A Procea também tem desenvolvido também ações cujo objetivo é fomentar o protagonismo dos estudantes no acesso e produção de bens artísticos e cultuais, como são exemplos os Festivais de Cultura e Arte promovidos na Universidade.

No plano do ensino, em parceria do Departamento com a Pró-Reitoria de Graduação/Progad, destacam-se duas iniciativas: o programa de Monitoria Acadêmica da Unir, “caracterizado como um Programa de fomento a Educação, [que] surge da necessidade e importância de contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico do monitor, bem como, proporcionar uma possibilidade de nivelamento, uma vez que o monitor atende a demanda dos discentes matriculados em períodos anteriores”[12] e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/PIBID, “que tem como objetivo a concessão de bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos de licenciatura e para coordenadores e supervisores responsáveis institucionalmente pelo programa”[13].

[12] Informações concernentes ao Programa de Monitoria, extraídas do seguinte endereço: http://www.unir.br/?pag=submenu&id=332&titulo=Monitoria%20Acad%EAmica

[13] Ver informações adicionais no site do Programa nesta Universidade: http://www.pibid.unir.br

A pesquisa também tem sido outra linha de atuação que tem possibilitado aos estudantes a construção de aprendizados e a formação direcionada a investigação histórica, notadamente por meio dos editais para Projetos de Iniciação Científica/Pibic/CNPq, dos quais professores do curso de História têm participado e conseguido bolsas e voluntários em ações de pesquisa.

A essas ações indicadas, somam-se eventos acadêmicos, a exemplo da Semana de História, a qual caminha para sua quarta edição e outras atividades e projetos de extensão, realizados por docentes curso e/ou em parceria com professores de outros Departamentos, as quais têm estreitado os laços e canais de comunicação com a sociedade rondoniense e tornado mais plural à formação dos discentes, futuros professionais de história egressos deste curso. Relaciona-se a seguir algumas dessas ações: Projeto Temático de Estágio em História; Projeto de Extensão Para não calar os sentidos: 50 anos do golpe militar; I Encontro PIBID de História – Reflexões sobre saberes e práticas na formação docente; I, II e III Tributo a Legião Urbana; I e II Seminário “Visões do Oriente, a alteridade em debate”; Curso de Extensão A imprensa como fonte de pesquisa sobre a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985): aspectos teóricos e metodológicos; Projeto de Extensão – Proposta de Educação Patrimonial e Arqueologia; Projeto de Extensão “O que faz do Brasil, brasileiro?”, Seminário Etnias indígenas em Rondônia: etnicidades, territorialidades e r-existências, I e II Seminário sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Evento Diálogo Sobre Africanidade".

5.2.3. Técnicos Administrativos

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Bruno Eduardo Sant’Ana Silva	Assistente em Administração	Graduação em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2016)

Necessidades e ações de qualificação do corpo técnico administrativo:

Contratação de técnicos administrativos para o Departamento de História, ainda que apenas o Chefe de Departamento executa as atividades administrativas. Atualmente o Departamento conta um (01) Assistente em Administração. Mantém-se

a necessidade de contratar mais profissionais frente à necessidade de instituir o departamento de História em suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Assim, será necessário contratar ao menos 02 técnicos administrativos para atender o curso: um (01) Técnico em Assuntos Educacionais e um (01) Técnico em Arquivologia. A contratação desses profissionais é fundamental para o funcionamento do Laboratório de Ensino de História e do Centro de Documentação do curso.

6. INFRAESTRURA

6.1 Apresentação da infraestrutura do Campus de Rolim de Moura

Conforme relatório emitido pela comissão de espaços do Campus de Rolim de Moura através da Ordem de Serviço n° 11 emitida pela Direção do Campus. O Campus de Rolim de Moura atualmente possui 5 salas no bloco antigo e sete salas no bloco novo totalizando 14 salas de aula com carteiras, sendo que destas três tem ar condicionado, mas não funciona. Possui também quatro salas que estão sem carteiras e sem ar condicionado no bloco novo. Além dessas salas, há no Campus os seguintes espaços:

- Bloco A: 05 salas de aula e Laboratório de informática.
- Bloco B: Sala do projeto Amigos da Gente do curso de pedagogia, Laboratório GEPPEA do departamento de educação, Sala do departamento de Educação, Sala do Departamento de Eng. Florestal, Sala com o Departamento de Veterinária, Sala da secretaria, Laboratório de águas – Curso – Engenharia Florestal, Sala do Departamento de História, Sala do Departamento de Agronomia, Sala da Direção, Sala copa e de repouso dos servidores da limpeza e manutenção, Sala com cozinha e banheiro – (antiga cozinha), Sala para motoristas e vigilantes e Banheiros (02 femininos e 01 masculino)
- Bloco D: Antigo laboratório de bioquímica - laboratório de uso comum que está sendo utilizado para apoio a pesquisas, Três laboratórios recém montados de Microbiologia, Bioquímica e Anatomia, Sala do laboratório de geoprocessamento, 01 banheiro feminino, 01 banheiro, 09 salas de aula com carteiras, 04 salas de aula sem carteiras, Sala da Pós-Graduação em ciências ambientais, Sala que serve

como almoxerifado da CSG, Sala da CSG já equipada com móveis e condicionador de ar que está funcionando, Bloco biblioteca, Prédio da biblioteca contendo sala de informática, salas de bibliotecários e salas de estudo, DTI, Mini Auditório, 01 banheiro feminino, 01 banheiro feminino, 01 Mini Cozinha, Sala 08 – futuras instalações do GEPPEA e Sala 17 – Centro de Documentação em História Regional/Laboratório de Ensino de História.

- Laboratório de informática:O laboratório de informática, de uso comum a todos os cursos do *campus* universitário de Rolim de Moura, conta com 20 computadores, Core i5, com monitores de 17 polegadas e 20 nobreaks. Os softwares dos computares é o *Windows.* A sala possui metragem de 8X8 e sua estrutura comporta até 40 acadêmicos, com 2 acadêmicos por cada máquina.

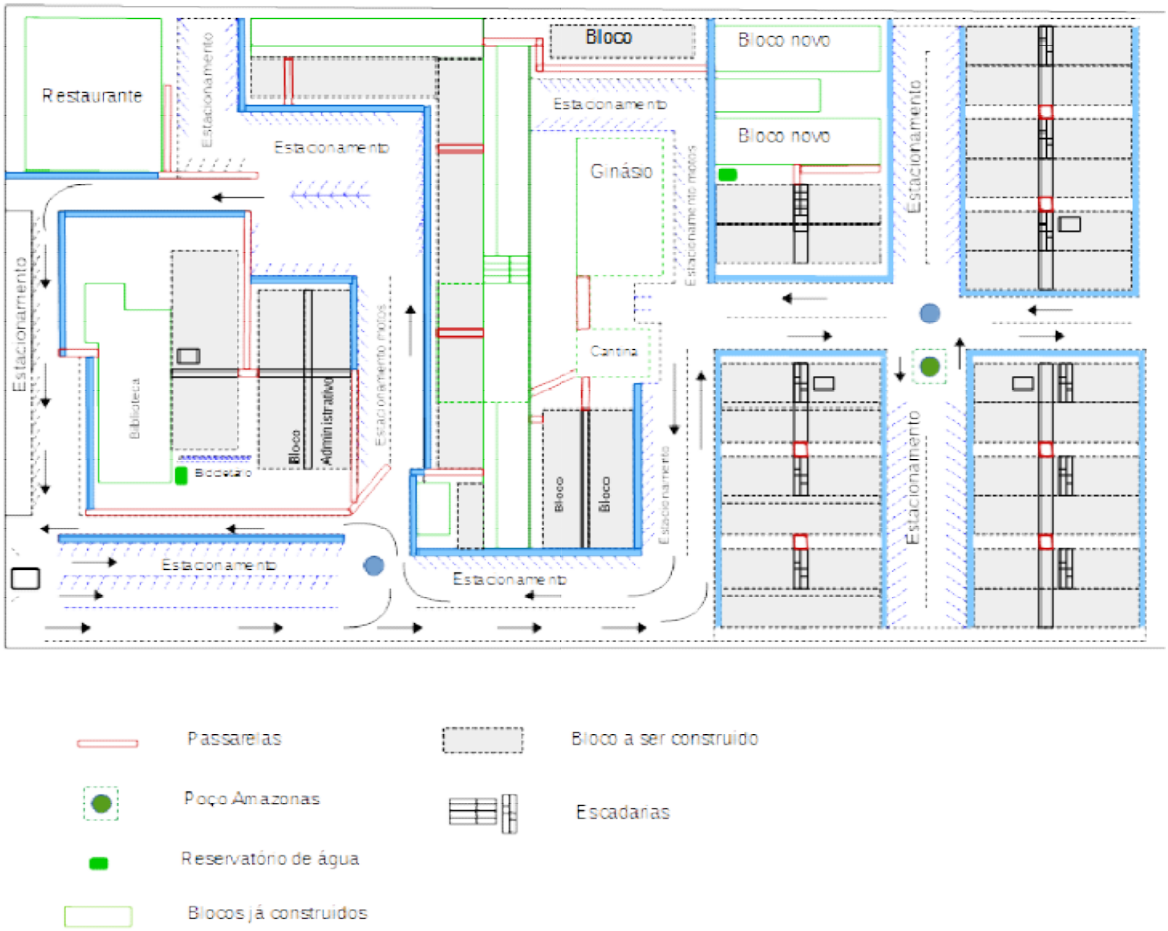
6.2 Requerimentos de Instalação:

Laboratório de práticas (Departamento de Educação), Residência Florestal – (solicitação Projeto de Pesquisa – prof. Emanuel e prof. José de Sá), Laboratório de Silvicultura. (Engenharia Florestal), Laboratório de Eng. Rural. (Agronomia e Engenharia Florestal), Sala de convivência de professores e técnicos. (Direção), Laboratório de apoio pedagógico (Direção), Sala para atendimento veterinário de aulas práticas. (Medicina Veterinária), Casa de vegetação – (Engenharia Florestal), Laboratório de Ensino de História – (História) e Laboratório (Brinquedoteca). (Pedagogia)

Entrada do Campus

6.3. Planta Baixa do Plano Diretor Físico

6.3.1 Planta Baixa do Plano Diretor Físico



Entrada do Campus

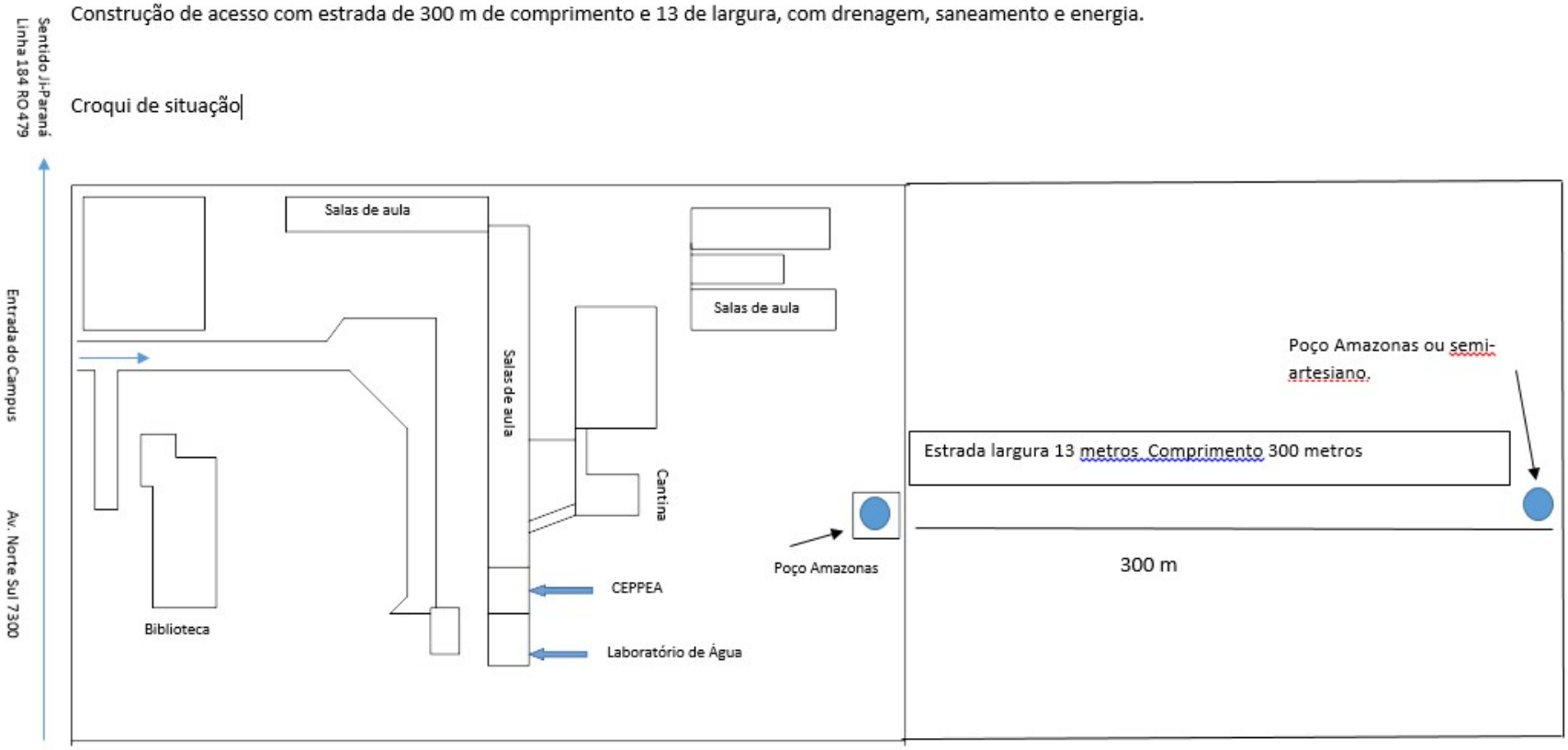
Continuação da planta – Campo de futebol, área experimental

Entrada do Campus

6.3.2 Abertura de área, estrada de acesso

Construção de acesso com estrada de 300 m de comprimento e 13 de largura, com drenagem, saneamento e energia.

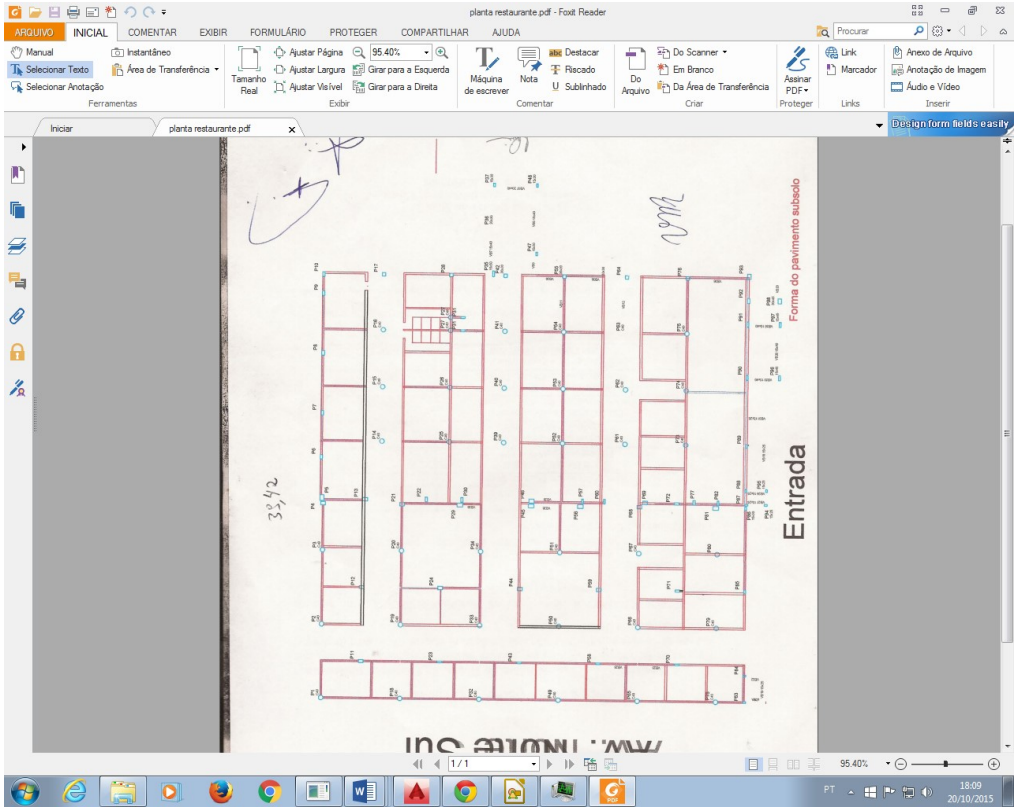
Croqui de situação



Entrada do Campus

6.3.3 Planta baixa do pavimento térreo do restaurante

A
V.
No
rte
Su
1



6.4 Infraestrura do Curso de História

6.4.1 Chefia de Departamento

O Curso de Licenciatura em História conta com 04 (quatro) salas de aula e 01 (uma) sala para atendimento de suas funções administrativas, localizada no Bloco Administrativo, onde está instalada a Chefia e Secretaria do Curso de História.

A sala onde está instala a Chefia e Secretaria do Curso de História é compartilhado com o Núcleo Docente Estruturante – NDE e a Comissão de Avaliação Docente, tem atuação permanente no curso, para discussões e encaminhamentos dos aspectos pedagógicos do curso. As reuniões de Comissões, como a Comissão de Monografias, que é permanente, ainda que seu funcionamento se efetive principalmente nos períodos/semestres nos quais o componente curricular Trabalho de Conclusão – Curso TCC é ofertado. As reuniões das Comissões também ocorrem da Sala do Departamento de História, tendo em vista, na estrutura física do *campus,* a ausência de espaços para este tipo de atividade.

6.4.2 Salas de Aula

O Curso de História dispões de 4 sala paras aulas teóricas que estão localizadas no bloco A. As salas são amplas salas com paredes brancas e iluminação clara do tipo fria. Possui quadro branco, sistema de condicionamento de ar e carteiras tipo estudante em metal e plástico recém adquiridas. Cada sala possui cerca 80 metros quadrados, com piso em cimento polido, janelas com vista para área externa.

6.4.3 Centro de Documentação em História Regional – CDR

O Centro de Documentação de História Regional – CDR está vinculado ao curso de História da Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Rolim de Moura. O propósito do CDR é reunir e organizar, de forma sistematizada, fontes documentais relativas a história de Rondônia, que encontram-se dispersas nos municípios que compreendem a chamada zona da mata rondoniense.

Atualmente, o Centro de Documentação está instalado nas dependências da Universidade Federal de Rondônia, *campus* de Rolim de Moura, na sala 17, do

Bloco D, e conta com um acervo composto por jornais publicanos na região da Zona da Mata Rondoniense, que está em fase de organização – separação, higienização e catalogação. Sua estruturação completa possibilitará tanto a salvaguarda das fontes coletadas como a constituição de um espaço destinado à pesquisa e à extensão que abranja o curso de História e os demais cursos da Unir, notadamente, do *Campus* de Rolim de Moura; bem como a comunidade civil rondoniense, visto que cumprirá importante papel na preservação da memória histórica do estado.

6.4.4 Laboratório Prática de Ensino de História

O curso de História no campus Rolim de Moura da UNIR é um curso de licenciatura. Nossa atividade fim é, essencialmente, formar professores de História. Embora parece um truísmo é preciso reafirmar nossa vocação primeira de contribuir para a formação de professores que atuarão no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. Por ser nossa região carente de instituições públicas que proporcionem esta formação que visa o atendimento maior não somente de nossa comunidade próxima, mas também de outras regiões do estado de Rondônia, faz-se necessário pensar no laboratório de história como um local que proporcione a reflexão e a prática do saber docente na sala de aula visando dar voz ao educando em suas angústias, dúvidas e discussões sobre o *tornar-se professor.* O laboratório de história tem por objetivoprincipal proporcionar educação continuada a serviço dos profissionais que atuam com a disciplina de História nos ensinos fundamental e médio. Para tanto pretende-se:

- Propiciar a atualização historiográfica dos professores de História dos Ensinos Fundamental e Médio.
- Realizar trocas de experiências com professores do Ensino Fundamental e Médio das escolas de Rolim de Moura e região que visem a elaboração de recursos didáticos, possibilitando o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem juntamente com os acadêmicos do curso de História.
- Estabelecer um elo entre os professores dos três níveis de ensino, que permita repensar o ensino de História nos Ensinos Fundamental, Médio e na Universidade.

- Organizar um banco de dados bibliográficos temáticos, a partir dos temas de consulta solicitados pelos professores dos ensinos fundamental e médio, nos acervos da Biblioteca Fernando Pessoa, da Biblioteca Pública Municipal, das distribuidoras e editoras para facilitar a pesquisa dos professores.

6.4.5 Linhas de Pesquisa e Ações de Extensão

História e ensino de História: Entender o processo de construção dos saberes escolares. Procurar conhecer através da História do ensino de história como a formação de professores de história influenciam a modo como ensinam história. Pesquisar os materiais didáticos que servem como suporte para o ensino de história: manuais didáticos, currículos e programas de ensino. Pesquisar os suportes e representações da consciência histórica nos estudantes do ensino fundamental, médio e universitário.

Teatro Greco-romano:

Ler e apresentar peças teatrais greco-romanas no âmbito da universidade e das escolas com participação de acadêmicos do curso de História e discentes do Ensino Médio. Discutir e refletir sobre a importância do teatro como mecanismo de ensino-aprendizagem e fomentador de uma perspectiva de compreensão de tempo cronológico mas também de compreensão da relação passado/presente.

6.4.6 Políticas e Ações de Acessibilidade e Inclusão

O *campus*da UNIR de Rolim de Moura passou recentemente por obras que adequaram o espaço construído para pessoas com deficiência, notadamente, para cadeirantes e deficientes visuais. Isso incluí ambientes administrativos, áreas de circulação e acesso a ambientes coletivos, a exemplo do Espaço de Vivência, da Quadra de Esportes, Blocos e Salas de aulas, Laboratórios, entre outros.

No tocante as ações especificas ensejadas no âmbito do curso de História, quando identificadas, as situações são encaminhadas e discutidas no Núcleo Docente Estruturante/NDE, o qual por sua vez, aciona os dois Técnicos em Assuntos Educacionais, vinculados à Direção e cuja finalidade é assessorar e orientar professores e estudantes do *campus* a respeito de procedimentos a serem a serem observados em cada caso. Quando necessário, tais questões são levadas

também ao Conselho do Departamento, para discussão e orientação dos conselheiros no que diz respeito a matéria, o que pode envolver questões variadas, como a adoção de procedimentos específicos e diferenciados de avaliação, preparação de aulas e atividades, sensibilização dos colegas de sala sobre a melhor maneira de efetivar a inclusão, entre outros.

Consta também, na grade curricular do curso, os componentes curriculares Língua Brasileira de Sinais – Libras e Fundamentos e Práticas da Educação Inclusiva, cuja finalidade é preparar os professores formados no curso para lidarem com tais situações na atuação profissional deles na rede básica de ensino.

O Departamento de História, com recursos do Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), também adquiriu máquina de escrever e impressora em Braille. Os dois equipamentos ficaram sob a custódia do Departamento de Educação, que dispõe de profissional especializada na área e deve atender a todo o campus, a partir das demandas identificadas.

7. BIBLIOTECA E ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Ainda no tocante a infraestrutura, há materiais bibliográficos nas áreas de História e Ciências Humanas, de forma mais geral, presentes na Biblioteca Setorial do *Campus* de Rolim de Moura, cujo acervo de História, em larga medida, foi adquirido durante o funcionamento das turmas oferecidas nos anos de 1995 a 1996 ou constituído por doações de professores/instituições. Tal acervo deverá ser ampliado e atualizado para atender, com qualidade, as novas demandas dos/as docentes e discentes do curso de licenciatura em História, sendo, nesse aspecto, fundamental dotá-lo de novas publicações que acompanhem as inovações na área e dos clássicos necessários ao estudo de história, conforme indicações dos Planos de Ensinos, constantemente avaliados e atualizados pelos docentes, visando garantir uma formação mais plural e qualificada.

A Biblioteca Setorial Fernando Pessoa, localizada em Rolim de Moura da Universidade Federal de Rondônia, dispõe de uma área física de 360m^2 distribuídos em 2 salas para estudo em grupo, uma sala de informática com 15 terminais com acesso à internet e um espaço amplo para estudo coletivo. O acervo bibliográfico é gerenciado pelo software Sistema Integrado de Gestão Universitária (SINGU). É um sistema de automação de acervo bibliográfico e dos serviços de Bibliotecas.

O acervo é de aproximadamente 9.715 exemplares. Destes, 4.083 títulos contemplam as áreas de agrárias e humanas. Neste universo, o acervo de História, em larga medida, foi adquirido durante o funcionamento das turmas oferecidas nos anos de 1995 a 1996 ou constituído por doações de professores/instituições. Tal acervo deverá ser ampliado e atualizado para atender, com qualidade, as novas demandas dos⁄as docentes e discentes do curso de licenciatura em História, sendo, nesse aspecto, fundamental dotá-lo de novas publicações que acompanhem as inovações na área e dos clássicos necessários ao estudo de história, conforme indicações dos Planos de Ensinos, constantemente avaliados e atualizados pelos docentes, visando garantir uma formação mais plural e qualificada.

A parte de periódicos é composta por 10 assinaturas científicas e informativas de revistas e jornais adquiridas por doação e compra. As assinaturas contemplam as grandes áreas, (conforme a tabela de classificação de conhecimento da CAPES) de ciências agrárias e ciências humanas.

As assinaturas são: Gestão Educacional, Sentidos, Sociologia, Profissão Mestre, Conhecimento Prático: literatura, Conhecimento Prático: língua portuguesa, Conhecimento Prático: filosofia, Ciência Hoje, Ciência Hoje das Crianças, Leitura da História entre outras. Possui também Acta Scientiarum, AgronomyJournal, Bragantia, Rev. de Fitopatologia Brasileira, Pesquisa Agropecuária Brasileira, Planta Daninha, Revista Árvore, Revista Brasileira de Ciências do Solo, Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal, Revista Brasileira de Milho e Sorgo, Revista de Agricultura, além de Teses, Dissertações e outros. Ademais, qualquer computador da Biblioteca tem acesso livre aos periódicos assinados pela Capes.

O horário de funcionamento da Biblioteca é de 8:00 as 21:00 horas.

7.1 Periódicos Especializados indicados na Bibliografia do ementário

Conforme a Resolução 278 do CONSEA, de no ponto “2.7 – Estrutura Curricular”, que trata da Matriz Curricular, mais precisamente no item “b”, intitulado “Ementário”, “Incentiva-se, também, a indicação de periódicos da área. Deve se observar o acervo da UNIR visto que a Bibliografia Básica deve atender à proporção de, no mínimo, uma obra para cada oito alunos e, na Bibliografia Complementar, no mínimo, um título com até três exemplares por título”. Nesse sentido, entende-se que o PPC atende a essa indicação quando consta nele a indicação de artigos

publicados em periódicos especializados, conforme se observa nas indicações bibliográficas dos seguintes Componentes Curriculares: Sociologia; Pré-História do Brasil; História da América Independente; Didática; Teoria da História III; Fundamentos e Práticas do Ensino de História; História da Amazônia II; História da África e Relações Étnico-Raciais; História do Oriente; História de Rondônia; História e Movimentos Sociais no Brasil; Cultura política e imprensa no Brasil Republicano; História, Cinema e Audiovisual; História Oral; Memória e Patrimônio Cultural; História Ambiental; História Local e Regional; História Urbana; Museologia; e História Agrária. Ademais, trata-se de uma recomendação, compreensível mediante as dificuldades desta Universidade em realizar a aquisição de acervo bibliográfico, mas entende-se, ainda que assim, os docentes que construíram os programas, especialistas em suas áreas, devem ter autonomia para fazer as indicações bibliográficas que considerar pertinente aos componentes curriculares que leciona e em cujas áreas também realizam pesquisas.

8. BIBLIOGRAFIA

ANKERSMIT, F. A Escrita da História: a natureza da representação histórica. Londrina, PR: Eduel, 2012.

BARROS, José D`Assunção. Teoria da História V. A Escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CHOSSUDOVSKY, M. **A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

CORAGGIO. J.L. **Educação e desenvolvimento humano: o papel dos organismos internacionais na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1994.

DUARTE, N. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social do indivíduo.** Campinas: Autores Associados, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GADOTTI**. Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILLI, Pablo. **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo na educação. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais:** morfologia e história. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. **Relações de Força:** história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HADAD, S. Os bancos multilaterais e as políticas educacionais no Brasil. In: VIANNA, Jr.A. **Estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil.** Brasília: Instituto de Estudos Sócio-econômicos/Rede Brasil, 1998.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSIK.K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1989.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, cultura e formação de professores. **Revista Educar**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 17, 2001.

MOREIRA, A. F. B. e CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação.** n. 23. Rio de Janeiro, Mar/Ago, 2003.

MOREIRA, A. F. B. e CANEN, A. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: MOREIRA, A. F. B. e CANEN, A. (orgs.) **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MOREIRA, A. F. B. e MACEDO, E. F. de. Em defesa de uma orientação cultural na formação de professores**.** In: MOREIRA, A. F. B. e CANEN, A. (orgs.) **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

RÜSEN, J. **História Viva. Teoria da História III:** formas e funções do conhecimento histórico. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

TOMMASI L; WARDE, M. HADAD, S. (Orgs). **O Banco Mundial e as políticas Educacionais.** São Paulo: Cortez, 2000.

9. ANEXOS

ANEXO I: REGIMENTO DOS SEMINÁRIOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Estabelece critérios para cumprimento pelo corpo discente da integralização da carga horária de 200 (duzentas) horas em Atividades Complementares.

Capitulo I – Das disposições preliminares

Art. 1° - Sabendo-se que a fim de obter o título de licenciado em História o acadêmico deverá cursar e ser aprovado no corpo de disciplinas que compõem a sua grade curricular do Curso de Licenciatura em História. E entendendo que as Atividades Complementares, inseridas nesta, demandam maiores especificações acerca de sua integralização deverão regulamentar-se a partir deste instrumento.

Capítulo II – Das Atividades Complementares

Art. 2° - As Atividades Complementares visam:

Integrar corpo docente e discente desta IFES e de outras instituições de Ensino Superior;

Estimular a transversalidade e interdisciplinaridade;

Promover o desenvolvimento do instrumental teórico, técnico e prático dos acadêmicos;

Art. 3° - Enquadram-se como tais as atividades abaixo listas e definidas nos art. 5º a 11º deste regimento, que desenvolvidas pelo alunado dentro ou fora desta IFES, sejam organizadas e/ou referendadas pelo Conselho de Departamento do Curso de Licenciatura em História do *Campus* de Rolim de Moura.

Seminários;

Disciplinas Extracurriculares ou Eletivas integralizadas tanto no Curso de História quanto de Pedagogia do *Campus*, quanto em áreas afins;

Curso de Língua Estrangeira;

Monitorias;

Projetos e programas de pesquisa;

Projetos e programas de extensão;

Eventos diversos nas áreas afins;

Publicação de artigos acadêmicos em anais de eventos e/ou revistas especializadas.

Art.4° - Compreendem-se como seminários especiais:

I – Seminários, congressos, conferências, encontros, debates, mesas redondas, comunicações (coordenadas e/ou individuais), painéis e congêneres em História ou áreas afins.

Parágrafo 1º - Podendo ser a participação como palestrante, ouvinte, moderador, debatedor ou membro da organização deste(s) evento(s), desde que feita comprovação mediante apresentação de certificado, a ser apreciado e deferido pelo Conselho de Departamento do Curso de História.

Parágrafo 2º - Serão válidas as atividades descritas no inciso I que:

a) Sejam organizadas e/ou apoiadas pelo Curso de Licenciatura em História ou Pedagogia;

b) Quando os certificados apresentados sejam de eventos que não se enquadrem na alínea "a", deverão ser homologados pelo Conselho de Departamento do Curso de História.

Art. 5° - Em casos de disciplinas eletivas e/ou extracurriculares:

Parágrafo 1° - Far-se-á o aproveitamento destas, mediante a análise e deferimento da documentação de matrícula, frequência e aprovação do aluno apresentada ao Conselho de Departamento do Curso de História, desde que estas sejam oferecidas pelo curso de História ou por outros cursos superiores deste ou dos demais departamentos da UNIR

Parágrafo 2° - Ainda quanto ao aproveitamento de disciplinas extracurriculares, será aberta exceção para sua realização junto às outras Instituições de Ensino Superior, quando estas respeitarem o critério de afinidade com a Licenciatura de História ou de relevância para realização de projetos de pesquisa e/ou trabalhos de conclusão de curso do graduando. Entretanto, enfatiza-se ainda assim a necessidade neste caso da realização do procedimento descrito no § 1º.

Art. 6 º – Tanto o aproveitamento de cursos de língua estrangeira, quanto o de curso de informática, será efetivado mediante comprovação de matrícula, frequência e aprovação através da entrega de certificado junto a Conselho de Departamento e deverá ser submetido a apreciação e deferimento pelo Conselho de Departamento.

Art. 7 º.– No que concerne às atividades de monitoria, para a integralização de sua carga-horária far-se-á necessária a entrega ao departamento da certificação conferida pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD.

Art. 8 º - Das atividades e projetos de pesquisa:

I - Entendem-se como atividades de pesquisa a realização de trabalhos vinculados a projeto de pesquisa, sob orientação de docentes desta IFES, desde que o referido projeto tenha sido aprovado ou no Conselho de Departamento do Curso de Licenciatura em História ou de outro departamento de curso afim ou na Pró-Reitoria de Pesquisa.

II – Enfatiza-se que as atividades e programas de pesquisa envolvem também a publicação de trabalhos científicos, sejam eles:

Vinculados na internet em sites oficiais;

Em periódicos;

Em livro(s);

Em Anais de Eventos Acadêmicos.

Parágrafo Único – Compreendem-se como sites oficiais: página da UNIR; página de outras Instituições de Ensino Superior do país; página de Associações e Instituições relacionadas ao Ensino e Pesquisa de História ou de Áreas Afins.

Art. 9 º - Da participação em extensão:

São compreendidas como atividade(s) de extensão:

a) Cursos na área de História ou em áreas afins;

b) Estágios, desde que em convênio com a UNIR;

c) Participação em Projeto de Extensão aprovado no Conselho de Departamento do Curso de Licenciatura em História, Departamento afim, ou na Pró-Reitoria de Extensão;

d) Cursos de curta duração com Minicursos e Oficinas.

Os eventos de extensão caracterizados na alínea “a” do inciso acima, quando não promovidos ou apoiados pelo Curso de Licenciatura em História, terão sua validade condicionada a apresentação e avaliação do requerimento com cópia de certificado pelo Conselho de Departamento de Licenciatura em História.

Parágrafo Único – Os estágios referidos na alínea “b” do inciso I somente serão considerados válidos para a carga-horária das Atividades Complementares quando:

a) Não tiverem suas horas computadas dentro das demais disciplinas da Grade Curricular do Curso de Licenciatura em História;

b) Feita comprovação do estágio com a entrega de relatório mensal ou cópia do ponto assinada pelo chefe do estágio e analisada pelo Conselho de Departamento de Curso de Licenciatura em História.

Art. 10º - Consideram-se como eventos diversos na área de História:

I – Palestras;

II – Serviço de assistência comunitária;

III – Participação certificada como ouvinte e/ou apresentador de comunicação em Encontros, Seminários, Simpósios, Semanas Acadêmicas, Ciclo de Debates e afins.

Parágrafo 1º - Para efeitos de integralização de créditos nas atividades complementares, também poderão ser enquadradas como palestras todas as atividades relacionadas à área de História, mas não inseridas nos art. 4 º e 5 º.

Parágrafo 2º - Compreendem-se como serviços de assistência comunitária a participação em serviço voluntário e/ou ações sociais, que serão considerados válidos quando promovidos ou apoiados pela UNIR, bem como por instituições conveniadas com esta IFES.

Parágrafo 3º - Para validação dos itens relacionados nos incisos I, II e III, será necessária a apresentação, ao Conselho de Departamento do Curso de História, de certificado ou declaração de participação nestes eventos.

Parágrafo 4º - Em específico no item III a declaração deverá ser fornecida pelo presidente da banca, contando ainda com assinatura de mais um dos membros desta.

Art. 11º - A fim da plena obtenção dos créditos nas disciplinas de Seminário de Atividades Complementares, os discentes deverão obter 200 horas, que poderão ser distribuídas dentro da seguinte proporção:

ESPÉCIE DE ATIVIDADES	LIMITES DE HORAS POR ATIVIDADE
Seminários Especiais	Até 100 horas/atividade
Disciplinas Eletivas ou Extracurriculares em Áreas Afins	Até 60 horas/ atividade
Cursos de Línguas Estrangeiras	Até 100 horas/atividade
Monitorias	Até 60 horas/atividade
Projetos e Programas de Pesquisa	Até 60 horas/atividade
Projetos e Programas de Extensão	Até 60 horas/atividade
Eventos diversos na Área de História	Até 100 horas/atividade
Estágio	Até 60 horas/atividade
Publicação de Artigos Acadêmicos	Até 20 horas/atividade, computando 5 horas por publicação.

Parágrafo Único - **É exigido no mínimo experiência em duas espécies de Atividades Complementares.**

Art. 12º - Do procedimento oficial para integralização dos créditos das Atividades Complementares:

I – Para obtenção dos créditos nas disciplinas de Seminários de Atividades Complementares é obrigatório que os alunos formalizem junto ao Conselho de Departamento do Curso de Licenciatura em História a validação destas, mediante requerimento – conforme modelo em anexo – com cópias de certificados, declarações, relatórios mensais, pontos, publicações, bem como da documentação de disciplinas extracurriculares, acrescidos dos originais para conferência.

II – Não serão entregues documentos originais (certificados, declarações, histórico etc.), mas estes serão exigidos para fins de conferência junto as cópias apresentadas, para fins de conferência e validação dos créditos destas atividades complementares.

III – Somente serão analisados os requerimentos em que conste na documentação em anexo a quantidade de carga-horária, bem como a comprovação de aproveitamento.

IV – Não será válida a apresentação de declarações e certificados de atividades complementares de períodos anteriores a entrada dos acadêmicos na Licenciatura em História, posto que o período de integralização desta é concomitante à realização da supracitada graduação.

V – Serão realizados Seminários, nos 6º e 8º períodos/semestres, com carga horária de 20 horas, para que os estudantes apresentem os resultados e reflexões concernentes às atividades já realizadas, conforme previsto na grade curricular do curso.

VI - O registro documentado (declaração) da participação nos referidos Seminários ficará a cargo do professor pelas atividades complementas naquele período/semestre, em parceria com a Chefia do Departamento.

Parágrafo Único – Entendem-se como comprovantes de aproveitamento: os relatórios de desempenho, ou notas, ou certificação de frequência e participação.

Art. 13º - Após a análise dos requerimentos, aqueles que forem deferidos deverão ser encaminhados à secretaria do Curso para a efetivar o registro na ficha individual dos discentes.

Art. 14º - Em caso de recursos interpostos:

I – Somente caberá recurso no prazo de até cinco dias, contados a partir da publicação dos resultados dos requerimentos no mural e no *site* do Curso.

II – O Chefe de Departamento do Curso terá o prazo de uma semana para apreciação dos recursos, a contar da entrada do pedido de recurso.

III – Feita análise do(s) recurso(s) o resultado será publicado no mural e no site do Curso de História.

Art. 15º - É de inteira responsabilidade dos acadêmicos a observância da totalidade das 200 horas de atividades complementares em tempo hábil para sua formatura com a turma a qual está vinculado. Assim, não será efetuada análise de requerimentos e recursos de integralização de créditos nos seminários de atividades complementares com menos de um mês de antecedência da data marcada para formatura da turma a qual o acadêmico esteja vinculado.

Capítulo III - Disposições Gerais

Art. 16º - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo Conselho de Departamento do Curso de Licenciatura em História.

Art. 17º - O presente Regimento dos Seminários de Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em História foi **aprovado em concomitância com o PPC deste curso pelo Conselho de Departamento, em reunião extraordinária realizada em 07 de abril de 2016,** entrará em vigor após a apreciação e aprovação das demais instâncias competentes (Conselhos) desta Universidade.

ANEXO II:REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

CAPÍTULO I
DEFINIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - O Trabalho de Conclusão do Curso de História — doravante denominado TCC —, previsto no Projeto Político Pedagógico do Curso de História, da Universidade Federal de Rondônia (Campus Rolim de Moura) deverá ser realizado nos termos deste regulamento.

Artigo 2º - O TCC será elaborado individualmente pelo discente, seu autor, sob a orientação de um docente que integre o quadro regular do curso de História do Campus Rolim de Moura.

Parágrafo Primeiro - O Trabalho deverá ser apresentado na modalidade, a saber: Monografia na área de História.

Parágrafo Segundo - Quanto à apresentação do TCC:

I – A definição do formato (número mínimo e máximo de páginas, itens e subitens que integrarão o texto, bem como outras características para a sua elaboração) ficarão a cargo do discente autor e de seu orientador, respeitando a estrutura formal em: introdução, subdivisão em capítulos e conclusão em conformidade com a ABNT.

II – A pertinência do TCC e o texto efetivamente apresentado pelo discente autor será objeto de avaliação de banca examinadora.

CAPÍTULO II
DA COORDENAÇÃO

Artigo 3º - Caberá a uma Comissão, indicada pelo Conselho do Departamento de Historia, a coordenação do processo de recepção e de distribuição para avaliação dos TCCs.

Parágrafo Primeiro - A referida Comissão será composta por cinco (5) docentes, indicada pelo Conselho do Departamento de Historia escolhidos entre seus pares.

Parágrafo Segundo – Os docentes integrantes da Comissão terão mandato de dois Anos renovável por mais um mandato.

Artigo 4º - São atribuições da Comissão Coordenadora do TCC:

Parágrafo Primeiro – Zelar pelo cumprimento das normas expressas no presente regulamento.

Parágrafo Segundo - Definir, com anuência do Conselho do Departamento de História, o calendário das atividades pertinentes à recepção e avaliação.

Parágrafo Terceiro – Coordenar a composição das bancas examinadoras dos TCCs, garantindo que os docentes tenham acesso aos textos a serem avaliados em prazos adequados com no mínimo quinze (15) dias de antecedência à banca examinadora.

Parágrafo Quarto – Atuar na resolução de imprevistos ocorridos durante a elaboração do TCC.

I - As ocorrências mencionadas no Parágrafo Quarto deverão ser comunicadas no endereço eletrônico do Departamento, endereçado à Comissão, acompanhado, nos casos em que for necessário, da documentação comprobatória pertinente.

II - Nas ocorrências em que o cronograma de defesas não for respeitado o discente poderá ficar impedido de colar grau no mesmo ano da sua matrícula no TCC.I

II Excepcionalmente o item dois será revisto em casos de jubilação.

Parágrafo Quinto - Propor ao Conselho do Departamento de História soluções para os casos omissos neste Regulamento.

CAPÍTULO III
DA INSCRIÇÃO

Artigo 5º - A inscrição no TCC será feita no ato da matrícula realizada no ano em que o discente autor provavelmente apresentará o seu trabalho para avaliação.

CAPÍTULO IV
DA ORIENTAÇÃO

Artigo 6º - Os TCCs serão necessariamente orientados por um docente habilitado.

Parágrafo Primeiro – é considerado habilitado o docente do Departamento de História.

Parágrafo Segundo - a orientação será firmada oficialmente mediante carta de aceite assinada pelo docente.

Parágrafo Terceiro- até o encerramento do sexto período o orientando necessita ter oficialmente um orientador a fim de evitar:
I-orientação compulsória;
II- impedimento de encerramento do curso.

Artigo 7º - A carga horária despendida na orientação dos TCCs corresponde a duas (2) horas semanais.

Artigo 8º - Cada Docente poderá orientar até 05 (cinco) alunos.
Parágrafo Único – Casos excepcionais serão resolvidos pela Comissão de TCC.

CAPÍTULO V
DA ELABORAÇÃO E DEPÓSITO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo 9º - O discente regularmente matriculado na disciplina de TCC deverá enviar por e-mail do departamento a versão final de seu trabalho, elaborada segundo as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em via digital, sendo obrigado a entregar via impressa desde que solicitado por qualquer membro da banca com antecedência mínima de 15 dias da realização da banca, conforme parágrafo terceiro do Artigo 5º.
Parágrafo Primeiro – O orientando deverá entregar formulário de indicação da banca examinadora — devidamente assinado pelo discente autor e por seu orientador —, deverão ser depositados no Departamento de História do Campus Rolim de Moura até a data e horário limite divulgados pela Comissão responsável.
Parágrafo Segundo – O Departamento de História não se responsabiliza por problemas técnicos no envio dos trabalhos para o e-mail institucional.
Artigo 10º – Os Orientandos devem se comprometer com os prazos máximos para correção e postagem das versões digitais no Departamento e na Biblioteca.
Artigo 11 – O orientando deverá entregar em formato impresso Termo de Cessão para publicação do Trabalho de Conclusão de Curso na página institucional da Universidade Federal de Rondônia – UNIR e do Departamento de História Campus Rolim de Moura.

CAPÍTULO VI
DAS BANCAS EXAMINADORAS

Artigo 12 - As Bancas Examinadoras do TCC serão compostas obrigatoriamente por um docente do Departamento de História (orientador) e dois (02) arguidores: um do Departamento de História e outro podendo ser externo ao Departamento e/ou campus, sendo indicados de comum acordo entre orientando e orientador, avalizados pela Comissão de TCC e homologados pelo CONDEP.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO

Artigo 13 – Os critérios de avaliação do TCC serão estabelecidos pelos membros da Comissão sendo repassados à banca examinadora em formato de formulário, os quais levarão conta a apresentação (defesa) oral e a parte escrita do trabalho.

Artigo 14 -. A nota final será obtida por meio do cálculo da média simples das três (3) notas atribuídas pelos membros da banca examinadora do TCC.

Artigo 15 - Será considerado aprovado o trabalho que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos (60).

Parágrafo Primeiro – A nota do TCC estabelecer-se-á mediante relação entre normalização, conteúdo e defesa oral.

Parágrafo Segundo – O discente reprovado no TCC deverá matricular-se na disciplina homônima no ano imediatamente subsequente ao da reprovação.

Artigo 16 – A contar da data defesa, o discente terá o prazo de trinta (30) dias para fazer a entrega da versão final do TCC, no Departamento e na biblioteca, em meio digital (formato pdf, salva em CD-ROOM), devendo contemplar os ajustes sugeridas pela banca de avaliação e o Departamento terá o mesmo prazo para publicar no sítio do Departamento.

Artigo 17 - Será considerado automaticamente reprovado o TCC no qual a banca examinadora verificar cópia, plágio ou quaisquer outras infrações ou violações previstas nas legislações brasileiras.

O presente Regulamento do Trabalho de

Conclusão de Curso/TCC do curso de Licenciatura em História foi **aprovado pelo Conselho de Departamento, em reunião ordinária realizada em 05 de abril de 2018,** eentrará em vigor após a apreciação e aprovação das demais instâncias competentes (Conselhos) desta Universidade.

ANEXO III - REGIMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS

APRESENTAÇÃO

O Estágio Supervisionado está amparado entre outras legislações, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002, e Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002. O Estágio Supervisionado constitui o ato educativo escolar supervisionado e em ambientes não escolares, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do acadêmico (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008). O Estágio integra o itinerário formativo do licenciando como atividade obrigatória, definida como pré-requisito no projeto pedagógico do curso para aprovação e obtenção do diploma (Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008).

Adequando-se às demandas por mudanças no processo de formação de docentes, o curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Rolim de Moura, compreende o Estágio como um "campo de conhecimento" cujo eixo principal é o da pesquisa e da docência, vinculado ao desenvolvimento de projetos educativos, segundo as demandas encontradas pelas comunidades escolares, onde os licenciandos realizarão os seus estágios.

O estagiário é compreendido dentro do processo de formação de docentes como sujeito capaz de construir conhecimento sobre o ensino, sobre a investigação e sobre a reflexão crítica acerca das suas atividades educativas em ambiente escolar, visando eliminar, progressivamente, as barreiras tradicionais que separam a licenciatura (campo das práticas pedagógicas e campo das práticas de pesquisa nas áreas específicas do conhecimento histórico).

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E PRELIMINARES

Art.1º- O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) constitui um conjunto de atividades de ensino que visa desenvolver, por meio de processo crescente de complexidade, estudos teórico-práticos e vivências através de metodologias que garantam a união teoria e prática, uma vez que a formação do professor de História não se desvincula da formação do pesquisador em História.

§1º - O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) poderá contemplar a situação de ensino propriamente dita em instituição educativa, atividades extraclasse e de extensão, proporcionando o exercício contextualizado da prática pedagógica, com a articulação do conhecimento científico em saber escolar didaticamente assimilável, em função da prática social.

§ 2º - O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) terá como alvo o ensino mediante a observação e participação do estagiário em ambientes não escolares e nas atividades escolares em andamento, a partir dos sextos aos nonos anos (anos finais do Ensino Fundamental) e Ensino Médio.

§3º - As atividades de ECS contemplarão planejamento, execução, avaliação e documentação de projeto de intervenção e/ou docência que esteja em consonância com o projeto educativo da instituição escolar, do campo de estágio e com a proposta do Departamento e do (s) professor (es) responsável (eis) pelo ECS no âmbito da Universidade**.**

§4º **-** Os estágios podem constituir-se, ao mesmo tempo em continuidade à disciplina de Didática e Fundamentos e Práticas do Ensino de História e Pesquisa em História, iniciação à pesquisa em ambientes de aprendizagem e em articulação com as demais disciplinas do currículo.

§ 5º - O estágio somente poderá realizar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário, devendo o aluno estar em condições de realizar o estágio, segundo o disposto na regulamentação da lei 11.788 de 2008.

§ 6º - Obrigatoriamente o Estágio Curricular Supervisionado I, II e III deverão ser realizados em instituições educativas mantidas pelo Poder Público (Federal, Estadual e/ou Municipal), podendo ser validadas as atividades de Estágio C. S. em instituições privadas e filantrópicas.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

1. I - Proporcionar aos acadêmicos e acadêmicas oportunidades para integrar e confrontar teoria e prática, através de discussões e produção acadêmica;
2. II - Permitir ao acadêmico e acadêmica uma reflexão crítica da realidade

educacional, ofertando-lhe instrumentos transformadores das realidades educacional e social;

3. III - Capacitar o acadêmico para conviver, analisar, compreender e intervir na realidade de sua formação profissional;
4. IV - Propiciar aos graduandos experiência de exercício profissional, ampliando e fortalecendo conhecimentos e atitudes éticas;
5. V - Promover a integração entre a Universidade e a comunidade.

CAPITULO III
DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO

Art.3º- O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do Curso de Licenciatura em História, terá duração de 400 horas e seu início ocorrerá a partir do 4º semestre do Curso, com as seguintes características:

I - É componente curricular pertencente ao núcleo do cursodenominado de aprofundamento e diversificação de estudos.

II - Subdivide-se em Estágio Supervisionado do Ensino de História I (4º semestre), Estágio Supervisionado do Ensino de História II (5º semestre), Estágio Supervisionado do Ensino de História III (6º semestre) e Estágio Supervisionado em Ambientes Não Escolares (7º semestre), todos eles com matrícula semestral.

III – A carga horária total do ECS é de 400 horas, que deverá ser cumprida integralmentepelo aluno estagiário, subdividida respectivamente em 100 horas no Estágio Supervisionado do Ensino de História I, 120 horas no Estágio Supervisionado do Ensino de História II, 120 horas no Estágio Supervisionado do Ensino de História III e 60 horas para o Estágio Supervisionado em Ambientes Não escolares.

IV - Estágio Supervisionado do Ensino de História I (100 horas) será de observação, nos vários espaços que compõem o ambiente escolar (Secretaria, Sala de reuniões, Salas de aula, locais de práticas de laser, atividade esportivas e culturais etc.) e deverá ser orientado de maneira a integrar aspectos teóricos e práticos que marcam a vivência escolar. Terá início pela construção de diagnóstico da instituição escolar e de seu contexto, leitura e conhecimento do Projeto Político-Pedagógico da escola, gradativa inserção e participação em projetos e ações desenvolvidas pela escola, tanto no âmbito dos processos de ensino, quanto nas dimensões relativas à gestão

educacional, formação continuada e/ou aprofundamento teórico na compreensão das realidades vivenciadas. (Anexo 1).

V – O Estágio supervisionado em ambientes não escolares (60 horas) deverá ocorrer prioritariamente a partir das investigações desenvolvidas pelos acadêmicos, por meio de cooperação entre a Universidade e as Unidades com fins educacionais ou espaços dedicados ao Estágio em Ambientes Não Escolares. Seu objetivo e finalidade é pensar o ensino de História para além da sala de aula, concebendo a cidade, em sua multiplicidade de espaços e especificidades de uso, como lugar passível e possível de se construir saberes, ensinar e aprender História. Ao final desse Estágio o/a estudante deverá entregar uma Proposta de Intervenção, na qual pense e explore aquele espaço e/ou acervo documental nele contido como ferramenta ao ensino de História e cuja aplicação prática não se restrinja ao ambiente escolar nem a sala aula.

VI – Estágio Supervisionado do Ensino de História II (120 horas) de regência deverá ocorrer nos anos 6º aos 9º anos da Educação Básica, privilegiandoo estudo e o conhecimento da prática desenvolvida pelos profissionais de História. Em seguida, em conjunto com a instituição de educação, o acadêmico ou acadêmica deverá elaborar uma proposta de regência aprovada pelo professor responsável pela disciplina, que permita a atuação em sala de aula e sua aplicação.

VII - Estágio Supervisionado do Ensino de História III (120 horas) deverá ocorrer em escolas públicas, tem como foco o exercício da prática docente e será exercido em turmas do Ensino Médio (1º, 2º ou 3º ano). Nesta etapa, para finalizar as atividades de Estágio Supervisionado, o aluno deverá, sob orientação do (s) professor (es), elaborar um relatório final em conformidade com as normas estabelecidas por este regimento (Anexo) contendo todos os anexos estabelecidos no Plano de Trabalho de Estágio Supervisionado.

VIII - A nota mínima para aprovação nas atividades de Estágio Supervisionado em ambientes escolares e não-escolares serão aquelas adotadas para os demais componentes curriculares, ou seja, no mínimo 60 pontos.

X - Os alunos que exerçam atividade docente no Ensino da História dos sextos aos nonos anos (anos finais do Ensino Fundamental) e/ou no Ensino Médio, poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas. No caso de docentes que exerçam atividades nos anos iniciais da

Educação Básica será computado 20% da Carga Horária total (400 h) obrigatoriamente no Estágio Supervisionado do Ensino de História I.

XI - Os alunos que atuarem em programas de alfabetização de adultos, nos termos da Portaria Ministerial Nº 2252 de 21 de agosto de 2003, terão sua carga horária contabilizada em dobro, para efeitos de cumprimento de horas destinadas às práticas e atividades previstas nos incisos I, II e IV do Art. 1º da Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002.

XII - Os acadêmicos que participam do Programa de Iniciação à Docência - PIBID terão aproveitamento de 120h em sua carga horária de estágio, desde que tenham participado no mínimo de um semestre do subprojeto de história.

XIII – Os acadêmicos que compõem a equipe de apoio (vigia, zeladora, merendeira, monitores de pátio, de transporte, motoristas, secretário, bibliotecário e técnico administrativo) da escola poderão ter aproveitamento em 15% do total da carga horária de 400 horas.

Art.4º- O Estágio Curricular deverá ser supervisionado pelo professor responsável pela disciplina.

§1º- A realização do Estágio Curricular Supervisionado deveráocorrer exclusivamente em ambiente da Instituição ou Entidade Social que recebe o estagiário, sendo obrigatório a oferta pela mesma de atividades da área profissional pretendida, tanto em instituições públicas quanto privadas.

§ 2º - Embora o estagiário possa “receber bolsa”, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, ele não é empregado, pois, de acordo com o artigo 4º da Lei 11.788/2008 o "*estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza*".

§3º - O ECS deverá contemplar atividades em ambientes escolares de observação, participação, exercícios de Prática Pedagógica *tanto em sala de aula*, quanto em *âmbito de organização* da Instituição Educativa, o que envolve: legislação respectiva e gestão; instituições auxiliares e/ ou órgãos colegiados da Escola (APP, Grêmio Estudantil, Conselho Escolar, Conselho de Curso, Conselho de Ciclo/Classe, Reuniões de Pais e Mestres, Clube de Mães, Clube de Pais etc.).

§4º - O estagiário deverá assumir progressivamente o efetivo papel de professor conforme propõe o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura, preservando a integridade do Projeto Pedagógico da Unidade Educativa que o recepciona.

Art.5º - O Estágio em Ambientes não-escolares poderá ser realizado em ambientes educativos institucionais nos níveis Municipal, Estadual e Federal (órgãos da Administração da Educação, Conselhos de Educação, Conselhos da Infância e Adolescência),

§ 1º – No caso de estágio em Instituições Privadas ou Organizações Sociais deverá haver anuência do professor responsável pelo estágio.

§ 2º - Entre o conjunto de instituições públicas, privadas e/ou sociais, que firmarão termo de cooperação com a Universidade Federal de Rondônia – Departamento de História, para Estágio em Ambientes Não Escolares estão:

I. Associações, Sindicatos, Cooperativas de trabalhadores e Movimentos Sociais (Categorias de trabalhadores, Camponeses, Seringueiros, Indígenas, Catadores e/ou recicladores de lixo, Moradia, Gênero e Etnia.)

II. Autarquias, Fundações, Institutos Públicos (Fórum, INCRA, IBGE, Museus, Arquivos Públicos, Bibliotecas, Meios de Comunicação, Presídios, entre outros).

Art.6º - A definição de conteúdos, atividades e critérios de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado será norteada pelo *perfil do profissional de História a ser formado* e sua correspondência expressa no Projeto Político Pedagógico do Curso de História da Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Rolim de Moura.

§ Único - Os conteúdos e atividades, no que se referem à construção do conhecimento por parte dos alunos da Instituição Educativa, deverão levar em conta, além da proposta constante do Projeto Pedagógico do Curso, também as diretrizes curriculares fixadas pelos Conselhos de Educação nos diferentes âmbitos do Estado (Nacional, Estadual e Municipal), bem como dos respectivos Sistemas de Ensino.

Art.7º - Deverá ser firmado termo de colaboração(cf. art. 211 da Constituição Federal) entre a Instituição Formadora (UNIR - Rolim de Moura), e a Instituição educativa acolhedora da presença dos estagiários do Curso de História.

§1º - A solicitação do regime de colaboração deverá ser firmada entre Chefia do Departamento de História e pelas autoridades escolares competentes, conforme a jurisdição da Instituição que recepcionará os estagiários.

§2º - Ao professor responsável pelo estágio de História compete encaminhar o estagiário à Instituição Educativa, mediante Carta de apresentação.

§3º - Ao estagiário compete assinar com a Instituição Educativa que o recebe um termo de compromisso, juntando o Plano de Atividades do Estágio.

Art.8º - Os procedimentos e atividades didático-pedagógicos dos estagiários são de competência do professor orientador da disciplina de estágio.

Art.9º - O total de 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado previsto para o Curso de Licenciatura em História da UNIR – Campus de Rolim de Moura.

a) A realização do Projeto de Intervenção será supervisionada em seu planejamento, execução e avaliação, por um professor da UNIR, *Campus* de Rolim de Moura, do Departamento de História.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 10 Ao professor supervisor de estágio cabe:

I – O trabalho de orientação, organização, planejamento das atividades e avaliação dos acadêmicos;

II – Oferecer acompanhamento pedagógico das atividades desenvolvidas ao longo da realização do Estágio Curricular Supervisionado;

III – Informar ao estagiário sobre normas, procedimentos e critérios de avaliação do estágio;

IV – Elaborar em conjunto com o acadêmico (a) o Plano de Atividades do Estágio;

V – Dar assistência ao estagiário, de modo a efetivar satisfatoriamente o Plano de Atividades de estágio;

VI – Contatar em conjunto com os acadêmicos (as) as Instituições que se habilitam como campo de estágio, para firmar Termo de Cooperação;

VII – Elaborar uma forma de controle e registro para acompanhamento e avaliação do desenvolvimento efetivo e progressivo do estagiário;

VIII – Encaminhar à Secretaria Acadêmica/SERCA o registro de frequência e notas;

IX – Manter o Conselho de Departamento sempre informado sobre o andamento do estágio, progresso dos acadêmicos e eventuais problemas para serem resolvidos.

Art. 12 – Ao Conselho de Departamento do curso de História caberão as seguintes atribuições:

I – Elaborar o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado;

II – Aprovar o Plano de Atividades de Estágio (Plano de Ensino);

III – Acompanhar o trabalho do professor coordenador;
IV – Promover reuniões de esclarecimento aos acadêmicos da importância do desenvolvimento do estágio, juntamente com o professor responsável pela disciplina;

Art. 13 Ao estagiário compete:
I – Informar-se e cumprir as normas e regulamentos do estágio;
II – Definir com o professor responsável o período e as condições para cumprimento do seu estágio (datas, períodos, horários);
III – Elaborar plano de trabalho de estágio sob orientação do professor em até 20 dias corridos contados a partir do início do período de cada estágio;
IV – Cumprir o plano de estágio que foi estabelecido;
V – Apresentar relatórios ao professor coordenador;
VI – Respeitar o sigilo da unidade concedente do estágio e obedecer às normas por ela estabelecidas;
VII – Comunicar por escrito de imediato ao responsável pelo estágio nas unidades acolhedoras e/ou unidades escolares a sua ausência quando justificada, e, concomitantemente o professor responsável pela disciplina
VIII – Entregar no prazo estipulado os formulários, fichas, caracterizações e outros documentos relacionados ao estágio.

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO

Art. 14 A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado, deve estar de acordo com o sistema de avaliação adotado pela UNIR – *Campus* de Rolim de Moura e em comum acordo com a Proposta Pedagógica do Curso de História.
I – Para efeitos de avaliação, ao final de cada disciplina de estágio, cada estagiário elaborará um relatório, constituído pela descrição e reflexão das experiências e atividades desenvolvidas, a ser submetido à avaliação individual pelo professor de Estágio.
II – Preferencialmente, aavaliação da atividade de conclusão será exercida pelo professor de Estágio em conjunto com os Profissionais da Instituição Acolhedora e/ou Escola onde tais atividades foram realizadas.

§ 1º São critérios para serem avaliados quanto à prática de Estágios:

a-) Frequência, assiduidade, pontualidade nas atividades de estágio e regência no espaço escolar e nas Instituições Acolhedoras;

b-) Clareza metodológica e consistência teórica para elaboração do plano de trabalho, plano de aula/proposta de intervenção e relatório final de atividades desenvolvidas, seguindo o referencial teórico/ metodológico e as normas da ABNT;

c-) Desempenho satisfatório na execução das atividades e regência em sala de aula;

§ 2º Para aprovação em estágio, o aluno deve atingir a média igual ou superior a sessenta pontos.

Art. 15 Caso ocorra reprovação e/ou o acadêmico não cumpra a carga horária do Estágio, ele não poderá colar grau.

Art. 16 - O acadêmico (a) que se encontrar em licença – maternidade ou para tratamento de saúde, mesmo amparado por lei, deve cumprir a carga horária prevista para o estágio, através de reposição das horas, em comum acordo com o professor responsável pelo estágio.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.17 - Os estudantes do Curso de História que optarem por aproveitamento da Carga Horária em qualquer das modalidades previstas neste Regimento, poderão requerer sua redução, no prazo de 15 dias, a contar do 1º dia de aula de cada semestre voltado para a sua realização.

§1º - O requerimento deverá ser encaminhado pelo interessado à Secretaria Acadêmica, via Protocolo, contendo comprovante expedido pela autoridade competente da sede de trabalho ou instituição acolhedora:

a-) A Secretaria Acadêmica encaminhará ao Chefe de Departamento do Curso de História para análise e decisão em conjunto com o professor de estágio.

b-) O requerimento será analisado e encaminhado à apreciação do Núcleo Docente Estruturante/NDE do curso, que emitirá parecer a respeito.

Art. 18 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos Conselho de Departamento, observadas as normas que regulamentam a Instituição, assim como as disposições legais vigentes.

Art.19 - O presente Regimento de Estágio Curricular Supervisionado para o Curso de Licenciatura em História foi **aprovado em concomitância com o PPC deste curso pelo Conselho de Departamento, em reunião extraordinária realizada em 07 de abril de 2016,** entrará em vigor após a apreciação e aprovação das demais instâncias competentes (Conselhos) desta Universidade.

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO II **ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO ENSINO DE HISTÓRIA I** TOTAL: **100 HORAS**		
OBJETO A SER EXECUTADO	CH	AÇÕES
Articulação participativa entre os sujeitos pesquisadores (professor responsável e estagiários).	10 horas	Encontro com orientador acadêmico (membros da comissão de estágio e/ou professor responsável).
Planejamento e Observação, análise e elaboração de ações no espaço de atuação.	70 horas	Observação e Planejamento de ações: a) Coleta de dados para elaboração de diagnóstico escolar (estrutural, social e pedagógico); (5 horas) b) Observação das ações desenvolvidas pela escola nos processos de ensino para o Ensino Fundamental; (05 horas) c) Observação de espaços escolares diversos corresponde a uma Unidade de Ensino, observando o Projeto Político-Pedagógico da Escola, o plano anual de Ensino do professor e aplicação de seu plano de aula em qualquer nível de ensino (Elaboração de Relatório parcial contendo: 1) etnografia da(s) sala(s) de aula escolhida(s); 2) análise detalhada do que foi observado em sala de aula; 3) Análise sobre a prática docente; 4) Análise dos materiais didáticos utilizados pelo professor; 5) Proposta de unidade de ensino, com os respectivos planos de aula; (15 horas) d) Aprofundamento em leituras teóricas que pensam o ensino de história e a prática docente. A reflexão a respeito delas deve constar no Relatório Final do referido Estágio.
Avaliação e auto avaliação do processo de estágio	10 horas	Seminário de Socialização de intervenção em sala de aula e seus resultados.
Relatório Final do Estágio II	10 horas	Elaboração e entrega de Relatório Final do Estágio Supervisionado do Ensino de História I

PLANO DE TRABALHO III **ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO ENSINO DE HISTÓRIA II** TOTAL: **120 HORAS**		
OBJETO A SER EXECUTADO	CH	AÇÕES
Articulação participativa entre os sujeitos pesquisadores (professor responsável e estagiários).	15 horas	Encontro com orientador acadêmico (membros da comissão de estágio e/ou professor responsável).
Planejamento e Observação, análise e elaboração de ações no espaço de atuação.	50 horas	Observação e Planejamento de ações: a) Coleta de dados para elaboração de diagnóstico escolar (estrutural, social e pedagógico); (5 horas) b) Observação das ações desenvolvidas pela escola nos processos de ensino para o Ensino Fundamental (Anos Finais); (05 horas) c) **Observação de aulas de História, que podem ocorrer entre as turmas do 6º ao 9º ano do Fundamental**, corresponde a uma Unidade de Ensino, observando o plano anual de Ensino do professor e aplicação de seu plano de aula (Elaboração de Relatório parcial contendo: 1) etnografia da(s) sala(s) de aula escolhida(s); 2) análise detalhada do que foi observado em sala de aula; 3) Análise sobre a prática docente; 4) Análise dos materiais didáticos utilizados pelo professor; 5) Proposta de unidade de ensino, com os respectivos planos de aula; (15 horas) 6) Elaboração de atividades de intervenção em sala de aula (Plano de Aula) (5 horas)
Regência/Prática de Ensino	20 horas	a) Prática de Ensino mediante aplicação dos planos de aula previamente elaborados.
Avaliação e auto avaliação do processo de estágio	20 horas	Preparação e Seminário de Socialização de intervenção em sala de aula e seus resultados.
Relatório Final do Estágio III	15horas	Elaboração e entrega de Relatório Final do Estágio Supervisionado do Ensino de História II

PLANO DE TRABALHO IV **ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO ENSINO DE HISTÓRIA III** TOTAL: **120 HORAS**		
OBJETO A SER EXECUTADO	CH	AÇÕES
Articulação participativa entre os sujeitos pesquisadores (professor responsável e estagiários).	15 horas	Encontros com orientador acadêmico (membros da comissão de estágio e/ou professor responsável).
Planejamento e Observação, análise e elaboração de ações no espaço de atuação.	40 horas	Observação e Planejamento de ações: a) Coleta de dados para elaboração de diagnóstico escolar (estrutural, social e pedagógico); (5 horas) b) Observação das ações desenvolvidas pela escola nos processos de ensino para o Ensino Médio; (05 horas) c) **Observação de aulas de História,** que deve ocorrer entre as turmas do 1º, 2º ou 3º ano do Ensino Médio, corresponde a uma Unidade de Ensino, observando o plano anual de Ensino do professor e aplicação de seu plano de aula (Elaboração de Relatório parcial contendo: 1) etnografia da(s) sala(s) de aula escolhida(s); 2) análise detalhada do que foi observado em sala de aula; 3) Análise sobre a prática docente; 4) Análise dos materiais didáticos utilizados pelo professor; 5) Proposta de unidade de ensino, com os respectivos planos de aula; (10 horas) d) Planejamento de atividades de História para atendimento à pessoas com deficiência (10 horas) e) Elaboração de atividades de intervenção em sala de aula (Plano de Aula) (10 horas)
Regência/Prática de Ensino	30 horas	a) Prática de Ensino mediante aplicação dos planos de aula previamente elaborados para as séries do Ensino Médio. (20 horas) b) Atividade de prática de ensino / intervenção pedagógica para pessoas **portadoras de necessidades especiais** (PNE'S)(10 horas)
Avaliação e auto avaliação do processo de estágio	15 horas	Preparação e Seminário de Socialização de intervenção em sala de aula e seus resultados.
Relatório Final do Estágio III	20 horas	Elaboração e entrega de Relatório Final do Estágio Supervisionado do Ensino de História III

PLANOS DE TRABALHO DE ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS EM AMBIENTES ESCOLARES E NÃO-ESCOLARES

PLANO DE TRABALHO I **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM AMBIENTES NÃO-ESCOLARES** TOTAL: **60 HORAS**		
OBJETO A SER EXECUTADO	CH	AÇÕES
Articulação participativa entre os sujeitos pesquisadores (professor responsável e estagiários).	04 horas	Encontro com orientador e professor responsável.
Planejamento e Observação, análise e preparação de ações no espaço de atuação.	10 horas	Observação e Planejamento de ações: a) Observação do Espaço de atuação e dos sujeitos da pesquisa; b) Análise das possibilidades de observação participativa do ambiente indicado c) Leituras de aprofundamento teórico para elaboração de projetos de acompanhamento e intervenção em Instituições não- Escolares.
Construção do Projeto	40 horas	a) Análise da entidade/instituição e/ou do seu acervo documental; b) Sistematização das reflexões e construção das Proposta de Intervenções.
Relatório Final do Estágio I	06 horas	Elaboração e entrega de Relatório Final do Estágio Supervisionado em Ambientes Não Escolares.

ANEXO II

Fichas para avaliação de Estágio e minuta de documentos

FICA DE OBSERVAÇÃO E AVALIAÇÃO DE AULA

Escola: _____

Estagiário (a) : _____

Disciplina: _____

Professor Avaliador: _____

ASPECTOS A CONSIDERAR	SIM	NÃO
• Demonstra domínio do assunto da aula.		
• Seleciona técnicas de acordo com os objetivos e o conteúdo do programa.		
• Maneja com habilidade as técnicas de ensino.		
• Proporciona a participação ativa dos alunos, estimulando o desenvolvimento do pensamento e atitudes.		
• Comunica-se com precisão e clareza.		
• Demonstra naturalidade e confiança.		
• Esclarece o aluno no momento em que ele apresenta dúvida.		
• Utiliza recursos didáticos adequadamente.		
• Desenvolve o assunto de maneira equilibrada e no tempo previsto.		
• Avalia o rendimento da aprendizagem de acordo com os objetivos propostos.		
• Propõe atividades diferenciadas considerando o nível de aprendizagem dos alunos.		
• Estabelece regras que facilitam as relações de convivência da turma.		
Observações complementares:		

_____ _____

Prof. Avaliador Professor Orientador

CARTA DE APRESENTAÇÃO
(Estágio em Ambiente Não Escolar)

Rolim de Moura, ____ de _____ de 20___.

Prezado (a) Senhor (a),

Venho pelo presente informar a V.Sª. que _____, é acadêmico(a) do Curso de História e, segundo consta da matriz curricular do referido curso, o (a) mesmo (a) deve realizar Estágio em Ambientes Não Escolares. Portanto, esta Universidade conta com a vossa compreensão e colaboração no sentido de viabilizar a realização da carga horária do estágio, sem prejuízos no que se refere as suas atividades laborais.

Atenciosamente,

_____

Nome

Professor (a)de Estágio

CARTA DE APRESENTAÇÃO
(Estágio Supervisionado em Ambiente Escolar)

Rolim de Moura, ____ de _____ de 20___.

Senhor (a) Diretor (a)

O Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Rolim de Moura, vem, por intermédio do (a) Professor (a) de Estágio, que esta subscreve, solicitar de V. Sª. a concessão de estágio para o (a) acadêmico (a) _____, matrícula:_____, do Curso de História desta Instituição de Ensino. Informamos que a mesma acompanhará, como responsável, o (a) estagiário (a) aqui apresentado. Anexamos a relação de atividades que o (a) estagiário (a) deverá desenvolver durante o período de estágio.

Atenciosamente,

_____

Nome

Professor (a)de Estágio

CARTA DE ACEITE
(Estágio em Ambiente Não Escolar)

Rolim de Moura, ___ de _____ de 201___.

Ilmº (ª)Professor (a),

A Direção desta Entidade/Instituição, denominada (Indicar o nome aqui) vem, por intermédio de seu (sua) responsável legal _____, conceder o pedido para Estágio Supervisionado em Ambiente Não-Escolar neste Estabelecimento, do (a) acadêmico (a) _____, matrícula:_____, vincula ao curso de História da Universidade Federal de Rondônia/*campus* de Rolim de Moura.

Atenciosamente,

_____

(Nome por extenso e assinatura do responsável)

CARTA DE ACEITE
(Estágio Supervisionado em Ambiente Escolar)

Rolim de Moura, ___ de _____ de 20____.

Ilmº (ª)Professor (a),

A Direção da Escola _____vem, por intermédio de seu (sua) diretor (a) Professor (a) _____, conceder o pedido para estágio neste Estabelecimento de Ensino, do (a) acadêmico (a) _____,
matrícula:_____, dessa Instituição de Ensino.

Atenciosamente,

_____
Diretor (a)

FORMULÁRIO PARA RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

	Nº.
	Cidade:

	Estadual		Particular

ão Infantil	E. Fundamental – 1º./5º. Ano ( ) Seriação
lamental – 1º./ 9º. Ano riação ( ) Ciclo	EJA – 1º. Segmento ( ) Regular ( ) Seriado
º Segmento gular ( ) Seriado	Ensino Médio ( ) Regular ( ) Seriado

		Manhã		Tarde

	Educação Infantil		E. Fundamental – 1º./5º. Ano

	E. Fundamental – 6º./ 9º. Ano		EJA – 1º. Segmento (1º./4º.)
	EJA – 2º Segmento (5º./8º.)		Ensino Médio

Madeira		Alvenaria			
Boa		Regular		Ruim	
Salas de Aula - Total		Salas de Aula 1º/ 5º Ano		Salas de Aula 6º/ 9º Ano	
Salas de Aula – EJAII Segmento		Direção		Secretari	
Sala dos Professores		Sala de Multimídias		Laboratório de In	
Biblioteca		Cozinha		Almoxarifa	
Área livre para lazer		Quadra de areia		Banheiro Feminino	

a acessibilidade (rampas, portas e banheiros adaptados, etc)		Sim		Não

		CAERD			
		Suficientes		Insuficientes	

		TV e Vídeo Aparelho de CD e DVD		Projetor de Imagens: Retroprojetor ou Data show	

		Adequados		Não Adequados
		Possui horário de reforço do 1º o 5º ano		Não Possui
		Sim		Não

forço? E para o planejamento?

são Escolar?

	Quinzenalmente		Mensalmente
	Trimestralmente		Semestralmente

Quantidade	Efetivo	Emergencial	Estagiário	

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO EM AMBIENTE NÃO ESCOLAR – PREENCHIDO PELA ENTIDADE/INSITUIÇÃO

Acadêmico(a)/Estagiário(a):_____

Responsável pela entidade/instituição (a):_____

Professor (a):_____

entidade/instituição:_____

Período de Estágio: _____/_____/_____ à _____/_____/_____

Carga horária total das atividades: _____ horas

CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO: PARA CADA ITEM AVALIADO ATRIBUIR A LETRA CORRESPONDENTE AO CONCEITO CONFORME ESPECIFICADO ABAIXO			
Ótimo = O	Bom = B	Regular = R	Insuficiente = I
ASPECTOS AVALIADOS			CONCEITO ATRIBUÍDO
Manteve postura profissional adequada em suas atividades de estágio			
Cumpriu o período de estágio conforme dias e horários estabelecidos.			
Demonstrou bom relacionamento com os membros do local.			
Obteve bom desempenho no desenvolvimento das atividades que lhes foram atribuídas			
Demonstrou ter conhecimento teórico/prático na realização das atividades			
Demonstrou ter conhecimento do conteúdo a ser trabalhado			
Demonstrou interesse pela aprendizagem sobre o local			
Demonstrou ter iniciativa na realização de suas tarefas de estágio			
Apresentou espírito de cooperação durante o estágio			
Foi cuidadoso no uso das instalações e equipamentos a ele/a disponibilizados para a realização do estágio			
Parecer final sobre a atuação do (a) aluno (a) no estágio:			
Considerações dos responsáveis pelas informações sobre a atuação do (a) aluno (a) no estágio:			

Rolim de Moura – RO, _____ de _____de _____

_____
Dados e assinatura do Profissional Responsável

_____
Nome e assinatura do Professor

_____
Nome e assinatura do (a) Aluno (a) Estagiário (a)

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO – PREENCHIDO PELA ESCOLA

Acadêmico(a)/Estagiário(a):_____

Diretor (a):_____

Professor (a):_____

Escola:_____

Período de Estágio: _____/_____/_____ à _____/_____/_____

Carga horária total das atividades: _____ horas

CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO: PARA CADA ITEM AVALIADO ATRIBUIR A LETRA CORRESPONDENTE AO CONCEITO CONFORME ESPECIFICADO ABAIXO			
Ótimo = O	Bom = B	Regular = R	Insuficiente = I
ASPECTOS AVALIADOS			CONCEITO ATRIBUÍDO
Manteve postura profissional adequada em suas atividades de estágio			
Cumpriu o período de estágio conforme dias e horários estabelecidos.			
Demonstrou bom relacionamento com os membros da equipe escolar			
Obteve bom desempenho no desenvolvimento das atividades que lhes foram atribuídas			
Demonstrou ter conhecimento teórico/prático na realização das atividades			
Demonstrou ter conhecimento do conteúdo a ser trabalhado			
As aulas transcorreram de modo a contribuir com a aprendizagem dos estudantes da escola			
Utilizou recursos didáticos pedagógicos em suas aulas			
Demonstrou interesse pela aprendizagem dos educandos			
Demonstrou ter iniciativa na realização de suas tarefas de estágio			
Grau de qualidade da comunicação técnica, oral e escrita, apresentada pelo aluno no estágio			
Apresentou espírito de cooperação durante o estágio			
Foi cuidadoso no uso das instalações e equipamentos a ele/a disponibilizados para a realização do estágio			
Demonstrou ter disciplina quanto a organização de materiais e utilização do tempo na realização de atividades			
Parecer final sobre a atuação do (a) aluno (a) no estágio:			
Considerações dos responsáveis pelas informações sobre a atuação do (a) aluno (a) no estágio:			

Rolim de Moura – RO, _____ de _____de _____

_____
Carimbo e assinatura do Diretor

_____
Nome e assinatura do Professor

_____
Nome e assinatura do (a) Aluno (a) Estagiário (a)

FICHA DE FREQUÊNCIA E REGISTRO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM AMBIENTE NÃO ESCOLAR

Instituição:_____
Aluno (a) Estagiário (a):_____

Data	Horário	Atividade	Professor Responsável

Carga Horária Total:_____ horas

Assinatura do (a) Estagiário (a):_____

Assinatura e carimbo do Responsável:_____

FICHA DE FREQUÊNCIA E REGISTRO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM AMBIENTE ESCOLAR

Escola:_____

Aluno (a) Estagiário (a):_____

Data	Horário	Atividade	Conteúdo/Atividade específica	Professor Responsável

Carga Horária Total:_____ horas

Assinatura do Diretor/Supervisor Escolar:_____

Assinatura do (a) Estagiário (a):_____

DECLARAÇÃO
(Estágio Supervisionado em Ambiente Não Escolar)

Declaro que o (a) acadêmico (a) _____, estudante do Curso de História da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Rolim de Moura, com matrícula de nº. _____, realizou as etapas do **Estágio em Ambientes não Escolares** nesta Instituição, no período de _____/_____/_____ à _____/_____/_____.

Rolim de Moura, _____ de _____ de_____.

_____
(Nome e função por extenso e assinatura do responsável)

DECLARAÇÃO
(Estágio Supervisionado em Ambiente Escolar)

Declaro que o (a) acadêmico (a) _____, estudante do Curso de História da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Rolim de Moura, com matrícula de nº. _____, realizou todas as etapas do Estágio de Ensino Fundamental e Médio neste estabelecimento de ensino, no período de _____/_____/_____ à _____/_____/_____.

Rolim de Moura, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura e carimbo do Diretor

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO EM AMBIENTE NÃO ESCOLAR – PREENCHIDO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR, *CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA

Aluno (a) /Estagiário (a):_____

Diretor (a):_____

Professor (a) Supervisor (a):_____

Período de Estágio: _____/_____/_____ à _____/_____/_____

CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO: PARA CADA ITEM AVALIADO ATRIBUIR A LETRA CORRESPONDENTE AO CONCEITO CONFORME ESPECIFICADO ABAIXO			
Ótimo = O	Bom = B	Regular = R	Insuficiente = I
ASPECTOS AVALIADOS			CONCEITO ATRIBUÍDO
Pontualidade do (a) aluno (a) nas reuniões de Supervisão			
Atendimento a prazos estipulados na apresentação de documentos			
Qualidade dos relatórios/resenhas apresentados pelo(a) Acadêmico (a)			
Domínio de conceitos teóricos apresentados pelo (a) Acadêmico (a)			
Efetivação das leituras recomendadas			
Ética/profissional apresentada pelo(a) Acadêmico (a) em supervisão			
Cooperação do acadêmico (a)com a equipe supervisionada			
Levando-se em consideração os relatórios/resenhas/formulários			
9. Nota atribuída ao aluno nas tarefas de estágio			
10. A Proposta de Intervenção construída dialoga com os conteúdos, conceitos, habilidades e competências correspondes ao componente curricular de História e ao grupo de referência para o qual foi pensada/elaborada			

Considerações do professor supervisor em relação ao acadêmico:_____

_____

_____

Carga horária total das atividades: _____ horas

Professor Supervisor:_____

Aluno (a) Estagiário (a):_____

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO – PREENCHIDO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR, *CAMPUS* DE ROLIM DE MOURA

Aluno (a) /Estagiário (a):_____

Diretor (a):_____

Professor (a) Supervisor (a):_____

Período de Estágio: _____/_____/_____ à _____/_____/_____

CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO: PARA CADA ITEM AVALIADO ATRIBUIR A LETRA CORRESPONDENTE AO CONCEITO CONFORME ESPECIFICADO ABAIXO			
Ótimo = O	Bom = B	Regular = R	Insuficiente = I
ASPECTOS AVALIADOS			CONCEITO ATRIBUÍDO
Pontualidade do (a) aluno (a) nas reuniões de Supervisão			
Atendimento a prazos estipulados na apresentação de documentos			
Qualidade dos relatórios/resenhas apresentados pelo(a) Acadêmico (a)			
Domínio de conceitos teóricos apresentados pelo (a) Acadêmico (a)			
Efetivação das leituras recomendadas			
Ética/profissional apresentada pelo(a) Acadêmico (a) em supervisão			
Cooperação do acadêmico (a)com a equipe supervisionada			
Levando-se em consideração os relatórios/resenhas/formulários			
11.Nota atribuída ao aluno nas tarefas de estágio			
12. Capacidade de diálogo entre estagiário e educandos da escola			
13. Habilidade em contornar situações adversas e/ou conflitivas no contexto da sala de aula.			
14. Utilizou recursos pedagógicos e instrumentos variados de ensino			
15. A didática utilizada corresponde aos conteúdos ministrados e as séries equivalentes.			

Considerações do professor supervisor em relação ao acadêmico:_____

_____

_____

Carga horária total das atividades: _____ horas

Professor Supervisor:_____

Aluno (a) Estagiário (a):_____

DECLARAÇÃO
(Informa de atividade Curricular na Grade do curso)

Rolim de Moura – RO, _____de _____de 20____.

Prezado (a) Senhor (a),

Venho pelo presente informar a V.Sª. que _____, é acadêmico(a) do Curso de História e, segundo consta da matriz curricular do referido curso o (a) mesmo (a) deve realizar ___ horas de Estágio _____ (Indicar o Estágio). Portanto, esta Instituição conta com a vossa compreensão e colaboração no sentido de negociar com o (a) aluno (a) as condições de trabalho que lhe possibilite a realização da carga horária do estágio, sem prejuízos no que se refere as suas atividades laborais.

Atenciosamente,

_____

Nome e dados da Chefia do Departamento